

Auceia Matos Dourado

**O novo rural paraibano: um estudo de caso  
sobre as ocupações rurais não agrícolas  
(ORNAs) em Aparecida-PB**

Campina Grande – Paraíba  
2003

---

Auceia Matos Dourado

**O novo rural paraibano: um estudo de caso sobre  
as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) em  
Aparecida - PB**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Economia Rural e Regional da  
Universidade Federal de Campina Grande,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. Robério Ferreira dos  
Santos.

**Área de concentração:** Economia Rural e  
Regional.

---

Campina Grande – Paraíba  
2003

**DIGITALIZAÇÃO:**  
**SISTEMOTECA - UFCG**

D 739n  
2003

DOURADO, Auceia Matos.

O novo rural paraibano: um estudo de caso sobre as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) em Aparecida - Paraíba / Auceia Matos Dourado – Campina Grande, UFCG, 2003 (131 p.).

Inclui bibliografia

Dissertação (Mestrado) UFCG/CH/DEF

1- Emprego rural 2- Rendas não agrícolas 3- Novo rural

CDU: 331.5 (1-22)

Auceia Matos Dourado

**O novo rural paraibano: um estudo de caso  
sobre as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs)  
em Aparecida - PB**

Dissertação defendida e aprovada em ----/----/----

---

**Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos - Orientador**  
EMBRAPA – CNPA / Universidade Federal de Campina Grande -  
UFCG

---

**Prof. Dr. Pedro Carlos Gama da Silva - Examinador**  
EMBRAPA – SEMI-ÁRIDO/ Petrolina- PE

---

**Prof. Dr. José Bezerra de Araújo - Examinador**  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estaremos sempre começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar. Fazer da interrupção um novo caminho, fazer da queda um passo de dança, do medo uma ponte e da procura um encontro.

Fernando Sabino

## Dedico...

a Maria Elza e Alcides (meus pais), razão das minhas conquistas, inspiração para as minhas poesias. O meu amor por vocês é o que tenho de mais suave, mais terno e mais infinito...

A Humberto, Roberto, Lidiane, Tiara e Samara (meus irmãos), que pela presença e amor renovam em mim, a cada dia, a fé na vida e o desejo de continuar sonhando e pensando.

Aos meus tios, tias, primos, primas e aos meus amigos da graduação, em especial a Antonio Carlos, Marilva, Luciene, João Luiz e Clóves, que sempre torceram pelo meu sucesso e se alegraram com as minhas conquistas.

A Damião de Lima, que esteve comigo durante todo esse tempo de Paraíba, apoiando-me e principalmente me incentivando no percurso da minha vida acadêmica. Nem sei como expressar sua importância na minha vida prefiro, dizer simplesmente que você é meu Nego e é meu amigo na expressão maior da palavra.

A minha avó Adelaide e aos meus tios Libia e João Bento, pessoas cuja especialidade, nem se define, nem se questiona...

A Edilma, minha Nega Dida, mais que amiga, mais que companheira de casa, mais que as palavras conseguem explicar...

A Sérgio Alex pela presença constante em minha vida, pela amizade e pelo carinho.

A Lucy e Deisy, pessoas que estiveram comigo nos tempos do mestrado e com quem dividi medos, ansiedades, mas, sobretudo dividi sonhos e alegrias.

A Gustavo que se revelou uma pessoa presente no meu dia a dia e que me cativou com sua descontração e alegria.

A D. Madalena, minha mãe campinense, alguém que sempre torceu por mim e confiou nos meus esforços.

A Raimundo Amâncio e seu João Teodoro testemunhas vivas da história de Aparecida

## **Agradeço...**

a Deus pelos desafios e pela capacidade de superá-los.

Ao meu orientador Professor Robério Ferreira dos Santos, não só pela orientação precisa e segura deste trabalho, mas pelo exemplo de pessoa que é, sempre bem humorado, confiante e solícito quando lhe procurei. Minha empatia com Robério foi instantânea, meus agradecimentos são para toda a vida.

Aos colegas do mestrado pelos bons momentos que passamos, dentro e fora da academia, em especial a Zilas, Marcos e Geraldo, pelo espírito de luta.

Ao companheiro Odilon que compartilhou comigo todas as fases da pesquisa.

Aos professores do Mestrado pelo empenho e pelo incentivo.

A Neuma, Everaldo, Joanice e Rosicler que se colocaram sempre se mostraram á disposição quando lhes solicitei.

Aos professores Érico Miranda e Renato Kilpp pelo empenho na aquisição dos questionários da pesquisa de campo.

Aos professores Mauro Eduardo Del Grossi, do Instituto Agronômico do Paraná e Henrique Neder, da Universidade Federal de Uberlândia, pela prestatividade com que sempre atenderam nossas inúmeras solicitações.

A Kleodosio Leôncio da Silva e Wellington Pereira que tanto me ajudaram na pesquisa de campo e tabulação dos dados.

A Nísia Luciano Leão e Margareth Félix pelo trabalho dedicado nas correções.

Aos companheiros de Aparecida, Laércio Filho e J. França pelo apoio e pela luta em prol da cultura e da liberdade de pensamento.

A Ana e Marluce, que me acolheram gentilmente em sua casa, durante toda a pesquisa de campo.

Qualquer agradecimento seria pouco para expressar minha gratidão.

## Sumário

Lista de tabelas	
Lista de gráficos	
Lista de siglas	
Resumo	
Abstract	
Introdução	

### 1-) Reinventando a ruralidade: características e especificidades do fenômeno do novo rural

1.1- O novo rural nos países desenvolvidos.....	24
1.2 - O novo rural brasileiro.....	27
1.3 - Elementos do novo rural.....	34
1.3.1 - Agricultura de tempo parcial e pluriatividade - aspectos teórico e conceituais.....	34
1.3.2 - Ocupações rurais não agrícolas - dinâmicas, características e especificidades.....	38
1.4 - O novo rural em perspectiva.....	43
1.4.1 - O estado da arte das pesquisas.....	43
1.4.2 - Políticas públicas para o novo rural.....	48

### 2-) Aparecida de Canto a canto: evolução histórica e aspectos socioeconômicos do município de Aparecida - PB

2.1- Evolução histórica.....	53
2.2- Evolução política.....	60
2.3- O município de Aparecida no contexto atual.....	62
2.3.1 - Aspectos geográficos.....	62
2.3.2 - Aspectos sociais.....	63
2.3.3 - Aspectos culturais.....	65
2.4 - Aspectos econômicos.....	68
2.4.1 - A agricultura.....	68
2.4.2 - A pecuária.....	79
2.4.3 - O artesanato.....	82

### 3-) A face dos números - análise quantitativa sobre as atividades e rendas agrícolas e não agrícolas do município de Aparecida - PB

3.1 - Aspectos metodológicos da pesquisa.....	89
3.2 – Configurações e especificidades do espaço rural de Aparecida.....	91
3.2.1 – Caracterização dos domicílios e estrutura agrária.....	91
3.2.2 – Perfil ocupacional dos residentes rurais do município de Aparecida.....	100
3.2.3 - A ocupação principal da população rural de Aparecida.....	103
3.2.4 – Pessoas com dupla atividade.....	107
3.2.5 – A posição na ocupação.....	110
3.2.6 – As rendas agrícolas e não agrícolas do município de Aparecida.....	112

Considerações finais.....125

Bibliografia.....129

Anexos

Apêndices

## Lista de tabelas

<b>Tabela 1</b> .....	70
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (arroz em casca)	
<b>Tabela 2</b> .....	70
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (cana-de açúcar)	
<b>Tabela 3</b> .....	71
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (algodão herbáceo)	
<b>Tabela 4</b> .....	71
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (feijão)	
<b>Tabela 5</b> .....	72
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (arroz)	
<b>Tabela 6</b> .....	72
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (banana)	
<b>Tabela 7</b> .....	73
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (coco-da baía)	
<b>Tabela 8</b> .....	73
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (goiaba)	
<b>Tabela 9</b> .....	74
Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (manga)	
<b>Tabela 10</b> .....	80
Pesquisa pecuária do município de Aparecida/PB – 2000/2001 (número de aves e suínos)	
<b>Tabela 11</b> .....	80
Pesquisa pecuária do município de Aparecida/PB – 2000/2001 (número de bovinos, eqüinos, asininos, muares, caprinos e ovinos)	
<b>Tabela 12</b> .....	81
Pesquisa pecuária do município de Aparecida/PB - 2000/2001 (produção de leite e ovos)	

<b>Tabela 13</b> .....	86
Número e distribuição das empresas de artesanato do município de Aparecida/PB - 1996	
<b>Tabela 14</b> .....	92
Descrição demográfica dos membros do domicílio da amostra segundo gênero e parentesco, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 15</b> .....	93
Nível de escolaridade dos membros do domicílio da amostra, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 16</b> .....	95
Infraestrutura dos domicílios - condições de moradia e percentual de eletrodomésticos dos domicílios da amostra, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 17</b> .....	96
Infraestrutura dos domicílios – abastecimento e aspectos sanitários dos domicílios da amostra, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 18</b> .....	98
Número absoluto e relativo de estabelecimentos por extrato de área da amostra, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 19</b> .....	102
Caracterização dos residentes rurais ativos e inativos acima de 10 anos de idade e local de trabalho dos ativos, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 20</b> .....	103
População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade principal, Aparecida/PB – 2002	
<b>Tabela 21</b> .....	106
Grupo de ocupações e total de residentes rurais segundo gênero, Aparecida/PB – 2002	
<b>Tabela 22</b> .....	108
População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundária, Aparecida/PB – 2002	
<b>Tabela 23</b> .....	109
População rural ocupada com dupla atividade, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 24</b> .....	110
População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação na atividade principal, Aparecida/PB – 2002	

<b>Tabela 25</b> .....	112
População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação na atividade secundária, Aparecida/PB – 2002	
<b>Tabela 26</b> .....	116
Composição da renda segundo tipo de família, no período de janeiro a setembro de 2002, Aparecida/PB - 2002	
<b>Tabela 27</b> .....	120
Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade agrícola, segundo posição na ocupação, no período de janeiro a setembro, Aparecida/PB – 2002	
<b>Tabela 28</b> .....	121
Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade não agrícola, segundo posição na ocupação, no período de janeiro a setembro, Aparecida/PB – 2002	
<b>Tabela 29</b> .....	123
Renda per capita dos residentes rurais inativos, no período de janeiro a setembro, Aparecida/PB – 2002	

## Lista de gráficos

<b>Gráfico 1</b> .....	99
Condição de ocupação da terra dos estabelecimentos da amostra, Aparecida/PB - 2002	
<b>Gráfico 2</b> .....	107
Distribuição das pessoas ocupadas, Aparecida/PB – 2002	
<b>Gráfico 3</b> .....	113
Tipos de família, Aparecida/PB - 2002	
<b>Gráfico 4</b> .....	114
Percentual de renda segundo tipos de família, Aparecida/PB - 2002	
<b>Gráfico 5</b> .....	117
Composição da renda familiar, aparecida /PB - 2002	
<b>Gráfico 6</b> .....	124
Composição da renda dos residentes rurais inativos, Aparecida/PB - 2002	

## Lista de siglas

- APC** – Acauã Produções Artísticas
- CAIs** - Complexos Agroindustriais
- COOAAP** - Cooperativa dos Artesãos de Aparecida
- CAGEPA** - Companhia de água e Esgotos da Paraíba
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FESERP** – Festival Sertanejo de Poesia e Prêmio Augusto dos Anjos
- FPM** – Fundo de Participação dos Municípios
- GTAA** – Grupo de Teatro Amador de Aparecida
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- JUP** – Jovens Unidos de Prensa
- ONGs** – Organizações Não-governamentais
- ORNAs** - Ocupações Rurais Não Agrícolas
- PAC** - Política Agrícola Comum
- PEA** - População Economicamente Ativa
- PEAr** - População Economicamente Ativa rural
- PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PNADs** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PRODER** – Programa de Geração de Emprego e Renda
- PSF** – Programa Saúde da Família
- SAIA** – Secretaria de Agricultura Irrigação e Abastecimento
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
- SESI** – Serviço Social da Indústria

## Resumo

A urbanização verificada nas duas últimas décadas tem mudado a face do rural brasileiro e levado ao campo serviços e infra-estrutura que antes pertenciam ao saber fazer e ao espaço citadino. Levando-se em consideração as diferenças históricas e estruturais e a heterogeneidade econômica de cada região, o que se pode observar é que o espaço rural brasileiro já não pode ser definido apenas a partir da velha noção do rural como “locus” de atividades produtivas agrícolas tradicionais. Ultrapassou-se o limite da porteira e, em maior ou menor grau, em diversas partes do rural brasileiro, a produção de serviços (lazer, turismo, preservação do meio ambiente) e de bens não agrícolas, já faz parte do cotidiano dos moradores da zona rural, assim como o emprego rural tem apresentado especificidades nunca vistas em outros períodos. Neste sentido, o problema central do trabalho é entender como regiões marcadas pelas adversidades climáticas e por um desenvolvimento atrasado, a exemplo do Nordeste e, mais especificamente, o município de Aparecida no Sertão paraibano, consegue desenvolver dinâmicas capazes de gerar ocupações rurais não agrícolas, contribuindo assim para incrementar a renda das pessoas com domicílio rural. Para nortear os questionamentos levantados ao longo das análises, este trabalho tem, como objetivo principal destacar a participação efetiva das atividades e das rendas não agrícolas na composição das rendas das famílias com domicílio rural no município de Aparecida, destacando também aspectos da ruralidade do município. O caminho metodológico adotado e que viabilizou uma compreensão melhor sobre a realidade estudada, foi a pesquisa bibliográfica e a história oral, seguido da pesquisa de campo, em que através das análises quantitativas, pode-se destacar que as ocupações rurais não agrícolas e as transferências públicas no município de Aparecida, são hoje, as principais responsáveis pela manutenção das famílias com domicílio rural. Essas atividades ligadas, sobretudo, ao artesanato têxtil da região, são responsáveis pela geração dos principais postos de trabalho na região não sendo, contudo inteiramente valorizadas, uma vez que os artesãos trabalham por conta própria e não recebem nenhum incentivo do governo estadual ou municipal, estando os mesmos sujeitos ao monopólio de preços estabelecidos pelo pólo de São Bento, principal consumidor das varandas de rede, fabricadas em Aparecida.

## Abstract

The urbanization seen in the last two decades has changed the face of rural Brazil and taken to the countryside services and infra-structure which earlier belonged to the self learning and city dwellers space. Considering the historical and structural differences and the economical heterogeneity of each region what can be observed is that the rural Brazilian space cannot be defined from only the notion of rural as "locus" of traditional agricultural productive activities. Surpassing the limits and in a greater or lesser degree, in various parts of the rural Brazil, the production of services (leisure, tourism, environmental protection etc) and of non agricultural properties are already a regular part of the habitants of the rural areas as the rural employments have shown specifications never seen before in other periods. In this respect the central problem is to understand how regions marked by such adverse climatic conditions and by under development as in the Northeast of Brazil and more precisely, in the municipality of Aparecida in the "sertão" of Paraíba, which could develop dynamics capable of generating non agricultural occupations, contributing in this manner to increase the family income of the rural people. To solve the questions brought up in this analysis, this study has as its main aim to emphasize the effective participation of non agricultural activities and the income, in the composition of the family income of the population of Aparecida, also emphasizing the rural aspects of the region. The methodology adopted, which enabled a better understanding of the reality studied, was bibliographical research and oral history followed by a field research, where through quantitative analysis it was possible to show that the non agricultural rural activities and the public transferences in the city are today the main sources responsible for the maintenance of the families in this area. These activities, linked above all to handwoven textiles of the region, are responsible in generating main points of jobs in the region and aren't given due value as the weavers work on their own and don't receive any incentives from either the government or the municipality, at the same time they are also subject to a monopoly set by the people of São Bento who are the main consumers of the lace work for hammocks manufactured in Aparecida.

## Introdução

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano (...). Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano: do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, J.G.da. 1999a, p. 1).

O atual estágio das pesquisas sobre o espaço rural, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, nas últimas décadas “vem mostrando uma redefinição da agricultura como sustentáculo econômico e social, verificando-se crescentemente a emergência de um conjunto de novas funções e ocupações no espaço rural. Desta forma, observa-se uma reorganização dos processos de produção e de trabalho e se tornam nebulosas as velhas fronteiras que separavam os setores, tendo como consequência uma maior inter-relação entre eles” (SOUZA, 2001, p.1).

O chamado novo rural começou a desenvolver-se primeiramente nos países desenvolvidos, quando estes começaram a **exibir** novas formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas relacionadas ao bem-estar social, ao desenvolvimento rural, à sustentabilidade e a atividades orientadas para o consumo, além do surgimento de um novo ator social chamado agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*).

No Brasil, a percepção de que o espaço rural estava passando por transformações significativas data da década de 1980, tendo como elemento principal dessas transformações o processo de urbanização ocorrida nas duas últimas décadas.

Assim, devido às mudanças provocadas pelo processo de urbanização, o espaço rural brasileiro não pode mais ser considerado estritamente agrário. Ganham importância atividades que não são inteiramente novas, mas que foram recriadas com um conteúdo novo e que atendem a mercados específicos.

De acordo com Lima (2002) essas mudanças interferem de maneira significativa nos movimentos populacionais, uma vez que são, em parte, responsáveis pela fixação do homem no campo, revertendo uma tendência migratória ainda marcante na década de 1980.

Se entre os anos de 1981 e 1992 se observa uma pequena redução da população com dez anos ou mais residente no meio rural, demonstrando ainda tendência ao êxodo rural, nos anos 90 tem-se uma reversão desse quadro, com uma população rural crescendo a uma taxa de 0,9% a.a e tendo apresentado um incremento de aproximadamente 1,4 milhões de pessoas entre os anos de 1992 e 1999. Contudo, percebe-se que, mesmo com o crescimento da população rural nos anos 90, os dados sobre a população rural ocupada em atividades agrícolas demonstram uma queda de - 1,7 % a. a., entre esses anos.

Uma das explicações para o fato da população rural ocupada estar aumentando, mesmo quando cai o emprego agrícola, segundo Lima (2002), é o crescimento das atividades rurais não agrícolas em áreas rurais, concluindo-se que o fenômeno da agricultura em tempo parcial e a pluriatividade das famílias, combinando atividades agrícolas e não agrícolas (ORNAs) no meio rural ou em áreas urbanas, têm possibilitado a manutenção das famílias no campo, uma vez vêm contribuído para incrementar a renda dessas famílias, uma vez que somente a atividade agrícola não é suficiente para garantir a sobrevivência das famílias residentes no meio rural.

O crescimento dos inativos com renda residente em áreas rurais, também contribui para a permanência da população no campo, uma vez que, devido à estagnação das atividades agrícolas tradicionais, as aposentadorias e outros tipos de transferências públicas, a exemplo do vale-gás, bolsa-renda, bolsa-alimentação e bolsa-escola, são as únicas fontes de renda dessa população.

Em regiões do País, como o Sudeste, o aumento do número de aposentados que residem no campo indica, segundo Silva e Del grossi (2001: 5-6), que “o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado do local de trabalho. (...) as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas”.

Assim, o que se pode afirmar é que as atividades rurais agrícolas não são mais as únicas fontes de renda da população rural, somando-se a esse quadro a crescente participação das rendas não agrícolas e das transferências públicas na composição da renda das pessoas com domicílio rural.

De acordo com Silva, J.G.da (1999a) nos segmentos não patronais as atividades agrícolas vêm-se convertendo em ocupações parciais, já que não utilizam todo o tempo de trabalho disponível das famílias, além dessas atividades também não gerarem renda suficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida.

Assim, diante das questões explicitadas, reconhece-se que o mundo rural não é mais o mesmo, da mesma forma as dinâmicas de geração das ocupações no espaço rural não se restringem exclusivamente ao setor agrícola.

Nesse novo contexto devem ser incluídas as ocupações rurais não agrícolas, atentando-se para a percepção de que as dinâmicas de geração das ORNAs não obedecem a um mesmo critério, pois o setor agrícola brasileiro passou por um processo desigual de mudanças, uma vez que o processo de modernização não contemplou todas as regiões do País com as mesmas dinâmicas observadas no Centro-Sul. Como resultado, observa-se a emergência de padrões muito distintos das relações campo-cidade, tanto entre as distintas regiões, quanto dentro das próprias regiões e, também, padrões completamente distintos de geração das ORNAs, mesmo em regiões de agricultura moderna.

Trazendo a discussão para o espaço regional com suas diferenças e particularidades e se levando em consideração mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro nas últimas décadas, o principal questionamento que norteia este trabalho é, sobretudo, saber como estão sobrevivendo as famílias do Sertão paraibano e de onde provém a renda capaz de sustentá-las e mantê-las com domicílio rural, uma vez que, segundo Moreira e Targino (apud LIMA, 2001, p.3) mesmo com a queda nas ocupações agrícolas, tem-se observado nos últimos anos redução do êxodo rural, tendo a população do campo voltado a subir, principalmente em função do número de mulheres residentes no rural paraibano. Lima (2001) ainda destaca que o entendimento deste fenômeno só é possível se houver a inclusão das rendas não agrícolas como estratégia de manutenção das unidades familiares.

Assim, observadas as condições da realidade estudada, buscar-se-á explicar como tem ocorrido o desenvolvimento das ocupações rurais não agrícolas em locais que não seguem o mesmo curso de desenvolvimento observado nos países desenvolvidos.

Que dinâmicas e especificidades têm impulsionado a emergência de elementos novos num espaço rural marcado por um desenvolvimento atrasado como, por exemplo, a Região Nordeste e, mais especificamente, o Sertão nordestino, tendo em vista que a mesma foi inteiramente atingida por um processo de desenvolvimento desigual da agricultura, seja do ponto de vista da produção, seja relacionado aos produtores que dela se beneficiaram ou, mesmo, no que diz respeito aos novos vínculos intersetoriais que se geraram.

Desta forma, o tema central do trabalho, configura-se num estudo de caso sobre as características e especificidades do espaço rural do Município de Aparecida, localizado no Sertão paraibano, uma vez que o município vem se destacando, nos últimos anos, como produtor e comercializador de produtos artesanais ligados ao setor têxtil (produção e comercialização de redes, varandas, mantas, colchas, almofadas de crochê, artefatos de cozinha, entre outros).

Como a atividade artesanal faz parte do cenário de Aparecida desde os tempos do povoamento, a hipótese levantada pelo estudo em questão é que as rendas não agrícolas têm contribuído para incrementar a renda das pessoas que residem no meio rural, que passaram a exercer atividades agrícolas e não agrícolas, sinalizando que as estratégias de sobrevivência das famílias de Aparecida vão além da migração para outros recantos do País, podendo incluir-se, nessas estratégias, as atividades não agrícolas.

Procurar-se á mostrar que, mesmo em condições adversas e fora do padrão de desenvolvimento apresentado por outras regiões do País, a pluriatividade responde pelo incremento da renda das famílias com domicílio rural.

Os questionamentos gerais explicitados e a realidade do município estudado apontam para a necessidade de se realizar uma leitura diferente sobre o espaço rural brasileiro, com destaque para as suas diferenças e especificidades, uma vez que não se pode analisar a realidade em questão, tendo-se como base exclusiva o processo de urbanização ocorrida em outras regiões do Brasil.

Nesse contexto, o tema suscita algumas questões básicas, essenciais para a compreensão dessa nova ruralidade que envolve o espaço agrário brasileiro: a tese de que o rural está se urbanizando pode ser aplicada a uma realidade marcada por um desenvolvimento atrasado e por condições climáticas adversas?

Será que o espaço rural de Aparecida está recebendo atividades não agrícolas, que estão contribuindo para incrementar a renda das pessoas que residem no meio rural, que passaram, nos últimos, anos a exercer atividades agrícolas e não agrícolas? Que fatores influenciaram para a extinção dos postos de empregos relacionados à agropecuária? Quais as dinâmicas que impulsionaram a geração de atividades não agrícolas no município? O crescimento dessas ORNAs está associado ao crescimento da agricultura da região e das atividades a ela relacionadas (comércio e serviços)? Ou seria um reflexo da estagnação da economia agrícola do município? Essas atividades estão fortemente vinculadas às próprias atividades agropecuárias da região, como se fossem um desdobramento natural das mesmas, assumindo a forma de atividades externalizadas, que antes eram realizadas no interior das unidades agrícolas de produção? Ou seriam, ainda, atividades rurais não agrícolas sem nenhuma relação com as atividades agrícolas desenvolvidas na região, que absorvem parte da mão-de-obra sobrando do setor agrícola estagnado?

Deve-se considerar, contudo, que a procura pelas respostas aos inúmeros questionamentos, será realizada tendo como pano de fundo uma realidade completamente diferente das características e especificidades presentes no rural dos países desenvolvidos e até mesmo diferentes do Centro-Sul do País incluindo-se, na análise, além dos aspectos históricos, questões geográficas e também as relacionadas ao desenvolvimento da agricultura da região.

Quanto aos objetivos do trabalho destaca-se, como objetivo geral:

- identificar os principais elementos que caracterizam a realidade rural do município de Aparecida, levando-se em consideração suas especificidades e peculiaridades históricas e socioeconômicas, com destaque para a participação das ORNAs na composição da renda das famílias com domicílio rural.

E, como objetivos específicos:

- analisar os principais aspectos teórico-metodológicos que envolvem as análises sobre o novo rural, destacando características e especificidades desse processo de transformação do espaço rural, observado com maior intensidade nos países desenvolvidos, mas com matizes significativas no Brasil;
- descrever o município de Aparecida, destacando-se aspectos históricos e sua realidade socioeconômica;

- estudar as ORNAs em Aparecida, destacando-se a participação efetiva das rendas agrícolas e não agrícolas na composição da renda monetária das famílias com domicílio rural, através da análise de dados primários.

A perspectiva metodológica adotada para a investigação do objeto de estudo e que operacionalizará a análise sobre o espaço rural no município de Aparecida, contemplará, sobretudo, a pesquisa bibliográfica, que é de sobremaneira importante, pois possibilita uma compressão melhor quanto aos aspectos teóricos que envolvem o debate sobre o tema novo rural e, também, possibilitará uma melhor compreensão sobre a emergência das ORNAs no local de estudo proposto pela pesquisa, uma vez que possibilita o encontro com informações anteriormente trabalhadas por outros pesquisadores.

O resgate histórico sobre o Município de Aparecida, com ênfase para os aspectos relacionados à fundação, evolução histórica no contexto regional e aspectos socioeconômicos, pauta-se na pesquisa documental em órgãos e instituições oficiais, além da história oral, indispensável para o conhecimento e para a preservação da memória histórica do município.

A partir da estruturação teórica e histórica do trabalho, será realizada a análise dos dados da pesquisa de campo viabilizada através do questionário para Pesquisa Local por Amostra e Domicílio Rural (PLADR) (ANEXO A) do Projeto Rurbano - Fase III, e que se insere num dos objetivos do referido Projeto, que é realizar alguns trabalhos de campo (estudos de caso) com vistas a qualificar melhor as tendências apontadas nos dados secundários em relação às ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas de algumas regiões do País, além de aprofundar o estudo sobre as dinâmicas de geração de ocupações não agrícolas identificadas a nível de Brasil, para algumas regiões específicas. Convém destacar, contudo, que o referido questionário passou por algumas modificações que se fizeram necessárias, tendo em vista as especificidades do objeto de estudo e as condições gerais em que a pesquisa de campo foi realizada.

Da dissertação fazem parte a introdução e três capítulos, bibliografia utilizada e considerações finais, além dos anexos e apêndices.

No Capítulo I tem-se uma análise sobre os principais aspectos teóricos que envolvem a emergência do tema novo rural, com destaque para o atual estado da pesquisa no Brasil,

ênfatizando também as características e peculiaridades que esse espaço apresenta. Esta análise será realizada utilizando-se trabalhos dos principais autores que pesquisam sobre o assunto, a exemplo de José Graziano da Silva, Aldenor Gomes da Silva, Otávio Valentim Balsadi, Ângela Kageyama, Sérgio Schneider e João Ricardo Ferreira de Lima, entre outros, sendo que este último destaca, de forma mais detalhada, aspectos sobre o desempenho da economia paraibana nos últimos anos, possibilitando assim, situar o objeto de estudo no contexto regional, realizando-se sempre as inter-relações necessárias.

Esta leitura possibilita o entendimento sobre os caminhos, saídas ou estratégias de sobrevivência encontradas pelos trabalhadores rurais durante os períodos em que os rendimentos agrícolas foram insuficientes para prover o sustento das famílias rurais.

O Capítulo II é dedicado ao resgate histórico sobre o município de Aparecida, ênfatizando-se os aspectos relacionados à sua fundação e evolução histórica e também, aspectos socioeconômicos, cujos dados foram colhidos em órgãos e instituições oficiais.

A pesquisa sobre a história do município foi realizada utilizando-se basicamente, fontes orais, através de entrevistas (APÊNDICES A, B e C).

O Capítulo III demonstrará toda a evolução da pesquisa de campo com detalhamento mais específico sobre a metodologia utilizada e os principais resultados alcançados através da análise dos dados.

## Capítulo I

### Reinventando a ruralidade: características e especificidades do fenômeno do novo rural

#### 1.1 - O novo rural nos países desenvolvidos

A dicotomia rural-urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não-agrícolas – indústrias e serviço -- e que atribuía ao rural as atividades agrícolas, vem perdendo a sua importância histórica. Sob a ótica socioeconômica e política, essa separação deixa de ter relevância, a ênfase passando, então, para as relações de troca, a divisão do trabalho, as relações sociais e as novas dinâmicas originadas na interface rural-urbano (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 61).

A compreensão sobre as transformações ocorridas no espaço rural contemporâneo deve ser percebida num contexto mais amplo de mudanças, que incluem aspectos relacionados à urbanização do espaço agrário, como resultado do processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que, tradicionalmente, era definido como rural, e as mudanças que ocorreram no processo de trabalho em direção a um padrão de acumulação flexível, caracterizado por Laurenti & Del Grossi (2000, p.15) “como um processo de redução do tamanho das plantas industriais e desverticalização do processo produtivo”.

Outro aspecto que contribuiu para transformar o cenário rural dos países desenvolvidos foi o surgimento de uma nova sociedade definida como pós-industrial e avançada, que inaugurou um novo estilo, cuja preocupação com a qualidade de vida ganhou importância dentro do “status profissional”.

Para Blakely e Bradshaw (apud SILVA, J.G.da, 1999a, p. 4) a emergência dessa nova sociedade caracteriza-se “pelo crescimento das empresas do setor de serviços, pelo decréscimo relativo da produção de bens materiais e pela substituição dos processos intensivos de mão-de-obra pela produção com base na aplicação intensiva do conhecimento e manejo das informações”.

Segundo Laurenti e Del Grossi (2000) associada a essas transformações, destaca-se uma série de mudanças no mercado de trabalho e na estrutura ocupacional, com gradativa homogeneização do perfil ocupacional entre a agricultura e a indústria manufatureira, passando a indústria a adquirir características típicas da agricultura, no que diz respeito ao desemprego, sazonalidade do emprego, expressivo número de pessoas no setor terciário, aumento do emprego em tempo parcial, precarização das relações de trabalho e desdiferenciação social atrelada a pluriatividade.

Nesse sentido o mundo rural não pode mais ser identificado como um espaço dominado pelas atividades exclusivamente agropecuárias, sendo necessário realizar-se uma nova análise acerca desse espaço, utilizando-se novos instrumentos analíticos, elaborados levando-se em consideração o momento histórico, uma vez que as mudanças que esta nova ruralidade apresenta é multidimensional incluindo-se além dos aspectos econômicos e sociais, aspectos relacionados à esfera da circulação, a ações de desenvolvimento rural com políticas ambientais e de planejamento do uso dos solos e da água, incorporando também o significado do atual processo de commoditization, em que as áreas rurais estão crescentemente associadas a atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente etc.

Assim, a velha idéia que se tinha do espaço rural marcado pelos tradicionais cortes analíticos e identificado apenas como um cenário cercado por plantações, currais e quintais, cujo limite era determinado pela porteira e pela cerca de arame farpado, foi substituída pela certeza de que somente esses elementos não podem mais ser considerados atualmente para delimitar o que é o espaço rural e até onde ele se estende.

Para Silva, A.G.da (2000b, p. 14) “rompe-se ou dilui-se a divisão original do trabalho entre campo e cidade e redefine-se a estrutura de poder entre diferentes atores sociais, permeada por relações de produção não mais definidas espacialmente”.

Nos países desenvolvidos essas transformações passaram a ocorrer no mundo rural, com maior intensidade por volta de 1960 e este novo mundo rural já tem um ator social consolidado comumente chamado part-time farmer (agricultor em tempo parcial).

Este novo ator desenvolve uma pluriatividade que engloba atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora do seu estabelecimento, e combina diversas formas de ocupação, assalariadas ou não.

A generalização da atividade agropecuária em tempo parcial e o surgimento do agricultor em tempo parcial, nos países desenvolvidos decorre fundamentalmente devido a “redução do tempo de trabalho necessário dos produtores familiares e por conta própria impulsionado pelo crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação da atividade criatória e pela criação de programas de redução das áreas cultivadas e/ou extensificação da produção agropecuária” (SILVA, J.G.da, 1999a, p. 7).

Além dos aspectos citados, outros elementos fazem parte do cenário do novo rural nos países desenvolvidos. O primeiro aspecto refere-se ao crescimento das atividades rurais não agrícolas, onde indústrias e empresas se fixaram no campo em busca de melhores condições de produção e de trabalho; o segundo aspecto refere-se ao surgimento de fenômenos como: “o “desmonte” e especialização das unidades produtivas, crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural” (SILVA, J. G.da, 1999a, p. 9).

No que diz respeito à pluriatividade, Silva, J.G.da (1999a, p. 8) destaca outros fenômenos relacionados e que fazem parte das características desse novo mundo rural dos países desenvolvidos:

- “desmonte” das unidades produtivas, em função da possibilidade de externalização de várias atividades que antes eram realizadas na fazenda, através de contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica, etc);
- especialização da produção, favorecendo o aparecimento de novos produtos e mercados secundários, como a criação de animais, mudas e insumos;
- formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial;
- crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões tipicamente urbanas (motorista, digitadores, profissionais, liberais vinculados a atividades rurais não agrícolas);
- melhoria da infra-estrutura social e de lazer, além de maior facilidade de transportes e comunicação, possibilitando melhor acesso aos bens públicos, como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além da melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais.

## 1.2 - O novo rural brasileiro

As novas funções, dinâmicas e organização do rural brasileiro fazem parte, de processo mais amplo, que se inicia por volta de 1930 e que marcou profundamente tanto o espaço rural quanto o espaço urbano, e ainda definiu as funções que caberiam a esses espaços dentro do processo de expansão e acumulação capitalista.

A partir dos anos 30, o espaço urbano passa a ser comandado pela dinâmica industrial, dinâmica esta que alterou profundamente o perfil da estrutura de classes e redefiniu a estrutura do poder. Assiste-se, neste período, ao deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado e a emergência da burguesia industrial, que passa a ter maior poder de decisão na nova conjuntura. A diminuição do poder das oligarquias foi promovida pelo próprio Estado devido à criação de políticas de transferência dos excedentes comercializados do setor rural para o setor industrial, através de políticas cambiais favoráveis à indústria.

Segundo Dourado (2001) é nessa época, também, que se inicia no Brasil o processo de urbanização acelerada da população rural, que veio modificar bastante o cenário urbano, pois novos grupos sociais foram formados, fazendo emergir novos interesses e novas necessidades.

O espaço agrário, por sua vez incorporava, em fins da década 1920, o mercado interno à sua lógica produtiva, como expressão da expansão e demanda do setor urbano-industrial; contudo, convém destacar que o que impulsionava a produção agrícola no período ainda era a exportação.

A agricultura, no entanto, ainda voltada para a exportação, pouco se modernizou até 1960 e o crescimento da produção pautava-se, sobretudo, na expansão da fronteira agrícola, como mostra Sorj (1980, p. 18-19)

A expansão da agricultura brasileira no período de 1930 a 1960 poderia ser caracterizada como uma expansão horizontal, uma vez que os aumentos de produtividade se referem a certos produtos dentro de certas regiões. A expansão horizontal se deu fundamentalmente através de um processo de expansão da fronteira interna, da redivisão de pequenas propriedades e da intensificação da produção nos grandes latifúndios.

Quanto à produção de alimentos, a expansão da produção agrícola para o mercado interno sustentou-se, fundamentalmente, no aumento do excedente comercializado pelos pequenos produtores de subsistência, excedente este que se mostrou insuficiente frente ao rápido crescimento das cidades e ao crescimento da atividade industrial.

O descompasso entre a agricultura e a indústria colocava em questão a importância de se adequar às atividades agrícolas à nova etapa do desenvolvimento do País, via programas de modernização. Este processo de modernização foi promovido por meio de pesados investimentos no setor industrial, buscando-se modificar a tradicional base econômica, fundamentalmente agrícola da economia.

O período que começa por volta de 1960 caracteriza-se como uma época de redefinição das relações entre o campo e a cidade (agricultura/indústria) a partir do desenvolvimento dos complexos agroindustriais. A agricultura passa a se reestruturar a partir de sua inclusão no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para a sua transformação industrial. Assiste-se, nesta época, a uma modificação da estrutura do perfil da produção agrícola, impulsionada por diversos eventos e que foram sobremaneira importantes nessa etapa de transição. Segundo Martine (1990, p.6) essa modificação foi possibilitada, pela

...consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", a fase ascendente do ciclo do "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas (...).

Neste sentido, Martine (1990, p. 6) também sinaliza que a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e de constituição do complexo agroindustrial, onde "a base técnica foi alterada, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. A base tecnológica da produção agrícola foi alterada, assim como a composição das culturas e os processos produtivos".

Dadas as mudanças que ocorrem no padrão agrícola, a partir da década de 1980, não se pode mais falar no setor agrícola como um setor isolado ou numa dinâmica geral da agricultura.

Assiste-se, sobretudo, a partir de então, a crescente integração intersetorial de capitais, onde o capital financeiro passa a comandar essa nova etapa alterando, conseqüentemente, as bases produtivas.

Assim, ante essas mudanças, a agricultura passa a ser comandada pela lógica da indústria convertendo-se num ramo da produção industrial, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. Silva, J.G.da (1996, p.4) também destaca que



...o sentido do conceito de industrialização da agricultura não deve ser reduzido apenas a alterações na forma de produção decorrente da maior integração da agricultura com os setores industriais. A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do homem com a natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas).

No que se refere à produção, a década de 1980 foi marcada por movimentos de crise, seguidos de recuperação do setor agrícola. Até 1984 vive-se um período de crise motivada, sobretudo, pela diminuição massiva do crédito subsidiado, o que espelhava claramente a conjuntura recessiva que o País atravessava.

Nota-se, partir de 1985, uma recuperação do setor, não só pela elevação da produção (supersafras), mas também, pela conjugação de diversos instrumentos de estímulo à produção agrícola, sobretudo para o mercado externo (às vezes, também para o interno) e pelo investimento público para determinados ramos da produção.

Os anos 80 representam, nesse contexto, uma espécie de síntese do processo de mudança do padrão agrícola brasileiro, viabilizado através da chamada modernização conservadora, cuja expressão maior está na consolidação dos complexos agroindustriais.

O que se pode afirmar, contudo, é que essa modernização não se caracterizou como um processo dinâmico e auto-sustentado, mas foi um processo induzido através do Estado. Assim, essa modernização foi, sobretudo, desigual e excludente, como destaca Aguiar (1986, p.116)

...a modernização tecnológica da agricultura foi, ao mesmo tempo intensa e desigual (...) Essa dupla especificidade da modernização sublinha o fato de que ela não se processou endogenamente, mediante a superação das suas contradições (...) A origem externa da modernização, o caráter e o sentido da intervenção estatal imprimiram os traços mais marcantes desse processo: a rapidez e a intensidade com que ocorreu, os efeitos que produziram nas relações de trabalho, na exacerbação da concentração fundiária e na desigualdade do seu desenvolvimento.

Não se pode negar que o processo de modernização da agricultura brasileira conseguiu transformar o processo produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento em relação ao produto; entretanto, percebe-se que o aumento da produção e da produtividade, no caso brasileiro, não foi condição para promover o bem-estar da população, uma vez que os níveis de pobreza absoluta continuaram elevados, “fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo” (MARTINE, 1990, p. 35).

O processo de urbanização ocorrida nas duas últimas décadas foi um dos responsáveis por parte dessas mudanças, pois o mesmo possibilitou que serviços e infra-estrutura que antes pertenciam ao saber fazer e ao espaço citadino pudessem chegar ao espaço rural. A urbanização, presente hoje no meio rural foi resultado, sobretudo, do processo de industrialização da agricultura e do crescimento das cidades, que invadiram espaços tradicionalmente definidos como rurais.

A partir desse período, a urbanização do rural brasileiro ganhou contornos jamais vistos na história, promovendo mudanças tanto na agricultura, que passa a integrar-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos, quanto nas relações sociais de produção.

A “urbanização do trabalho rural”, de acordo com Silva, J.G.da (1995, p. 130)

...traduz-se principalmente nas transformações das relações sociais de produção, particularmente a purificação das relações de trabalho, no crescimento relativo dos contingentes de assalariados permanentes associados a maiores níveis de qualificação da força de trabalho e a tecnificação crescente dos produtores familiares ligados aos CAIs.

Nos anos 90 o setor agrícola foi profundamente marcado pelo “desmanche” dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores redução do crédito agropecuário), queda nos recursos públicos destinados à agricultura (infra-estrutura, pesquisa agropecuária e assistência técnica) além da abertura comercial, que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, uma vez que a mesma teve que competir com os produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem.

Esta crise agrícola foi fruto, sobretudo, da queda da demanda por alimentos e matérias-primas de origem agrícola, altos níveis de endividamento dos pequenos e médios produtores, desestímulo ao setor exportador em função da abertura indiscriminada das exportações e da defasagem cambial da nova moeda brasileira, o real.

É também a partir desse período que começam a se delinear de modo mais específico, algumas mudanças no espaço rural brasileiro, sinalizando que o mesmo já não podia ser considerado estritamente agrário, tanto do ponto de vista da organização das atividades agropecuárias quanto no que diz respeito às dinâmicas de geração dos empregos.

Neste sentido, Silva, J.G.da (1999a, p.1) um dos pioneiros a estudar as dimensões e características desse novo rural no Brasil, destaca que o espaço agrário ganhou novas funções, que passaram a dar ao rural uma configuração de “novo rural”, composto pelos seguintes setores:

- uma agropecuária moderna baseada em commodities e inteiramente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamado de agribusiness brasileiro;
- um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os excluídos pelo processo de modernização que gerou o agribusiness;
- um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos de mercado específico (SILVA, J.G.da, 1999a. p. ix).

Assim, o espaço rural brasileiro não pode mais ser considerado estritamente agrário. A atual crise agrícola, que se traduz basicamente na queda dos preços das principais commodities, impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Neste contexto de crise ganharam importância às chamadas “novas atividades rurais”, que não são inteiramente novas, mas que deixaram de ser apenas hobbies e se tornaram atividades que atendem a um mercado específico, gerando renda para as pessoas que se dedicam a essas atividades, propiciando novas oportunidades para um conjunto de pequenos produtores.

Quanto às novidades do novo rural, Silva, J.G.da (1999a, p. 100-101) considera atividades como a piscicultura, artesanato, fruticultura de mesa, complexos hípicas, turismo rural como atividades antigas, mas que foram recriadas a partir de demandas diferenciadas de nichos ou da diferenciação dos mercados tradicionais, ou seja, recriados não apenas com roupagem nova, mas também com conteúdo novo. Dentre as novas funções e “novos” tipos de ocupações, Silva, J.G.da (1999a, p. 31-32) destaca:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana, através de pesque-pagues, hotéis-fazenda, chácaras de fim de semana etc;
- dar moradia ao segmento crescente da classe média alta que prefere condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas;
- desenvolver atividades de preservação e conservação dos recursos naturais, com a promoção do ecoturismo, além do incentivo a parques estaduais e estações ecológicas.

Neste contexto, guardadas as devidas diferenças históricas e estruturais e a heterogeneidade econômica de cada região, o que se pode observar é que o espaço rural brasileiro já não pode ser definido apenas a partir da velha noção do rural como “locus” de atividades produtivas agrícolas tradicionais.

Ultrapassou-se o limite da porteira, e em maior ou menor grau, em diversas partes do rural brasileiro, a “produção de serviços” (lazer, turismo, preservação do meio ambiente) e de bens não agrícolas, já fazem parte do cotidiano dos moradores da zona rural, assim como o emprego rural tem apresentado especificidades nunca vistas em outros períodos.

Sobre esta questão, Silva, J.G.da (1999a, p. 28) analisa que

O comportamento do emprego, principalmente dos movimentos da população residentes nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. O conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

No que diz respeito ao emprego agrícola destaca-se, com base nas pesquisas realizadas pelo Projeto Rurbano<sup>1</sup>, que o mesmo vem caindo sistematicamente desde meados dos anos 80,

<sup>1</sup> Informações sobre este projeto estão disponíveis em: [http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html]

mas a população rural ocupada (PEA rural) ao contrário do esperado, vem crescendo no mesmo período. Esta perda dos postos de trabalho no setor agrícola vem sendo compensada pela criação de “novas atividades” não agrícolas no meio rural.

Para Silva, J.G.da (1999a, p. 35) se nos anos 60 e 70 um contingente expressivo de trabalhadores havia se deslocado do campo para a periferia das cidades, urbanizando assim grande parte da força de trabalho agrícola que antes residia nas fazendas, a partir dos anos 80, não só esse fluxo havia sido substancialmente reduzido, como estava ocorrendo verdadeira “urbanização do campo brasileiro” através do crescimento das ocupações rurais não agrícolas no meio rural, sinalizando que o fenômeno da agricultura em tempo parcial e a pluriatividade das famílias, combinando atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural ou em áreas urbanas, têm possibilitado a manutenção das famílias no campo, fazendo com que haja a diminuição do êxodo rural.

Silva, J.G.da (1999a) também afirma, com base em pesquisas realizadas sobre a população economicamente ativa brasileira, segundo horas trabalhadas nos anos de 1992/1993/1995, que as atividades agropecuárias estão se tornando crescentemente atividades em tempo parcial para um contingente expressivo de trabalhadores no Brasil, pois além dessas atividades não demandarem todo o tempo de trabalho disponível das famílias, não geram renda suficiente para manter tais famílias em condições dignas de vida.

Assim, ante as questões explicitadas e levando-se em consideração todas as mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro nas últimas décadas, que vêm apresentando novas funções e novas configurações, faz-se também necessário reconceituar o que é hoje o rural brasileiro, dando à velha dicotomia rural-urbano uma nova leitura, pois se sabe que este processo de urbanização não é homogêneo e não pode ser estendido a todos os locais e a todas as regiões do País.

Reconceituar, entretanto, o espaço rural brasileiro, atualmente não é tarefa fácil. No cenário do novo rural brasileiro aparecem velhas diferenças e especificidades que peculiares a cada estado ou região. Essas diferenças são das mais distintas ordens e abrangem aspectos físicos (clima, vegetação, tipos de solo), sociais (grau de escolaridade, acesso aos benefícios da saúde pública, nível de emprego, renda), políticos (classe política comprometida com os interesses da região, poder de barganha junto ao Estado), econômicos (forma como o capital se reproduz, nível de industrialização, urbanização, desenvolvimento dos mercados), históricas e culturais.



## 1.3- Elementos do novo rural

### 1.3.1 - Agricultura de tempo-parcial e pluriatividade: aspectos teóricos e conceituais

Os conceitos de pluriatividade e agricultura de tempo parcial são essenciais para a compreensão sobre as transformações que ocorrem no espaço rural, tanto dos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Usados durante muito tempo como sinônimos, os termos “part-time farming” e “pluriactivité”, geraram durante muito tempo, controvérsias nos debates na academia e só passaram a ser definidos com maior clareza a partir dos anos 80. Segundo Lima (2002, p. 5) deve-se esclarecer “que a existência da pluriatividade na agricultura tem como condição necessária o desenvolvimento da atividade agrícola de tempo parcial. Por outro lado, apenas a agricultura de tempo parcial não desencadeia um processo de pluriatividade”.

A evolução histórica dos termos tem como marco a década de 1930, quando Rozman (citado por LIMA, 2002, p. 5) utiliza os termos pela primeira vez, buscando separar os agricultores que produziam apenas para subsistência, dos que produziam especificamente para o mercado.

Dos anos 30 aos anos 50, a novidade em relação aos termos, na descrição de Lima (2002) foi à mudança no foco analítico, que se transfere do produtor e suas respectivas rendas, para a análise da família, além de incorporar a noção de tempo de trabalho como medida do grau de atividade profissional exercida fora do estabelecimento familiar que serviria para identificar uma família como de tempo parcial ou não. Em outros tempos, apenas o critério renda servia para este fim. Esta análise ganhou maior reforço a partir dos anos 60, quando a discussão ultrapassa a esfera do estabelecimento familiar e busca compreender o peso e a importância das atividades não agrícolas sobre o desenvolvimento da propriedade agrícola.

Definidos os termos e os novos aportes metodológicos que caracterizavam essa nova fase do desenvolvimento rural nos países desenvolvidos, entre os anos 70 e início dos anos 80 retoma-se o debate sobre a agricultura de tempo parcial, sendo que nesse momento as discussões

buscam identificar qual a unidade de análise mais relevante: se a família ou o estabelecimento familiar e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola constituindo uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

Neste sentido, Fuller (apud KAGEYAMA, 1998, p.516-517) elenca alguns elementos que permitem uma melhor compreensão sobre a agricultura de tempo parcial:

- agricultor de tempo parcial: refere-se à pessoa que gasta apenas uma parte do seu tempo ocupado nas atividades agrícolas;
- unidade agrícola de tempo parcial: estabelecimento agrícola que não consegue gerar demanda de trabalho para os membros da família, por um período integral;
- unidade agrícola de tempo integral: estabelecimento agrícola que consegue gerar demanda por trabalho para os membros da família, por um período integral;
- estabelecimento/famílias com empregos múltiplos: onde existem rendas agrícolas e não-agrícolas.

A partir do termo “multiple job-holding” criou-se o termo pluriatividade, cujo reconhecimento e a relevância na esfera acadêmica e social foram sobremaneira impulsionados, primeiro, pela resolução do problema conceitual, que envolvia a noção de agricultor em tempo parcial que era imprecisa; segundo, pela mudança no foco de análise, que passa a dar maior ênfase ao domicílio rural e não mais o produtor e, em terceiro, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que procurou acompanhar as crescentes mudanças nas ocupações do mundo rural.

Nas palavras de Fuller (apud SCHNEIDER, 2001, p.12)

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). (...) A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie de transferência).

Na visão de Lima (2002, p. 7)

...a idéia de part-time se aplica com relação ao trabalho individual. O pensamento de pluriatividade e de múltiplos empregos pode ser usado para unidades como a família e o estabelecimento. Já a agricultura de tempo parcial só tem aplicabilidade com relação ao trabalho individual. O importante é fixarmos que "pluriatividade" e "tempo parcial" são coisas distintas e não podem ser usadas como sinônimos. Contudo, não são excludente: pelo contrário, para o surgimento da pluriatividade é necessário que a agricultura de tempo parcial seja exercida por um dos membros da família.

Na esteira das discussões sobre os conceitos de agricultura de tempo parcial e pluriatividade, Kageyama (1998, p. 522) destaca o conceito de pluriatividade como sendo "a combinação de atividades" – por indivíduos ou famílias – em diferentes setores, portanto, em diferentes mercados da economia".

O desenvolvimento da pluriatividade depende do nível de desenvolvimento de cada município. Os municípios mais desenvolvidos apresentarão maiores possibilidades dos agricultores aumentarem suas rendas. Para Kageyama (1998) a análise sobre a pluriatividade deve ser realizada levando-se em consideração contextos específicos, uma vez que a opção pela pluriatividade pode ser uma estratégia de sobrevivência quando a família não consegue mais sobreviver com as rendas exclusivamente agrícolas nem quer abrir mão da propriedade familiar, e em outras situações, essa mesma pluriatividade pode representar uma nova forma de fortalecer a economia familiar uma vez que seus membros terão a oportunidade de expandir a renda familiar, renda esta que pode ser utilizada para fazer investimentos produtivos na própria unidade familiar.

Também Carneiro (apud KAGEYAMA, 1998, p. 8) aponta para a importância do contexto na compreensão do que vem a ser a pluriatividade

As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercida por um ou vários membros de um grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária (...) quanto pelos agentes sociais nela implicados (...) através da noção de pluriatividade. (...) este termo homogeneiza fenômenos sociais distintos, com significados que variam segundo a dinâmica de reprodução das pequenas unidades produtivas.

Lima (2002, p. 8) contudo, chama a atenção que

...uma família pluriativa que tenha membros em idade de trabalhar e que, além disso, estejam capacitados para exercerem algumas atividades não-agrícolas, não é suficiente para considerarmos que um processo de pluriatividade seja desencadeado. Isso porque se faz necessário que a localidade crie um mercado de trabalho apto a absorver esta força de trabalho disponível.

Para Mattei (apud LIMA, 2002, p. 8) fatores de diversas naturezas podem ser destacados como promotores da pluriatividade, como segue:

- natureza econômica: tamanho das unidades de exploração, renda, grau de inserção nas economias locais...
- natureza social: nível de escolaridade da família, ciclo familiar, desejo de obter melhores condições de vida...
- natureza pessoal: melhorar o padrão de consumo, aprender novas profissões...
- natureza contextual: desenvolvimento da economia local, políticas de desenvolvimento rural que estimulem o crescimento das ORNAs no meio rural...
- natureza de lazer: sítios, hotéis fazendas, turismo rural e ecológico, preservação ambiental...

As controvérsias sobre o termo pluriatividade demonstram que o estudo do mesmo deve ser realizado dentro de uma perspectiva plural, que congregue diversos tipos de análises, e isto, segundo Kageyama (1998, p. 18), “não se define a priori, mas está relacionado com o fato de que esse fenômeno, mesmo que pensado como mera noção descritiva empírica, tem significados distintos conforme o nível (ou estágio) de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto”.

As críticas em relação ao estatuto teórico e analítico do termo são variadas e se dirigem principalmente ao fato de que a noção de pluriatividade se refere mais a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que variam de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não agrícolas como ocupação (independentemente de ser a título principal ou complementar) e acesso a melhores níveis de renda.

### 1.3.2 - Ocupações Rurais Não Agrícolas: dinâmicas e especificidades

Dentre os vários elementos que caracterizam o chamado novo rural, o crescimento das ocupações rurais não agrícola demonstra, de modo particular, as mudanças que vêm ocorrendo no mundo, sinalizando que o comportamento do emprego no meio rural não pode mais ser analisado a partir do calendário agrícola, sendo necessário considerar, nesta análise, que ocorre um processo de diversificação produtiva no espaço rural motivada, sobretudo, pelo crescimento dos serviços.

Nos países desenvolvidos parcelas significativas da população ainda residem em áreas rurais; contudo, a participação do setor agropecuário na geração dos postos de trabalho é bastante reduzida. Na análise de Schneider (apud LIMA, 2002, p. 22) pelo menos cinco fatores principais explicariam o surgimento e a expansão das atividades não agrícolas nos países desenvolvidos:

- modernização tecnológica da agricultura: fez com que a atividade agrícola necessitasse cada vez menos de força de trabalho;
- queda nos preços das commodities: fator que causa queda nos rendimentos da família, cuja saída é busca pelas atividades não-agrícolas como meio de manterem seus níveis de renda;
- apoio do Estado: promover as rendas agrícolas para o Estado representa um paliativo à queda das rendas agrícolas e, também, uma forma de diminuir um pouco a produção agrícola, amenizando os problemas de super-produção;
- trabalho em tempo parcial e pluriatividade: desenvolvidos de forma corriqueira sem necessariamente derivarem de mudanças estruturais;
- mercado de trabalho: desenvolveu-se uma oferta de emprego não agrícola no meio rural.

No que diz respeito à geração das ORNAs nos países centro-americanos, Weller (apud SILVA, J.G.da, 1999a, p. 52) destaca cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração de oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não-agropecuário que, segundo sua análise, não são excludentes entre si. Destas cinco dinâmicas, as três primeiras estão vinculadas ao setor agropecuário e as demais ligadas ao setor de serviços, como segue:

- as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários (comercialização, processamento e transporte), bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nos processos;
- atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não-agropecuários, tanto de origem rural como de origem urbana, e os serviços a eles relacionados;
- atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês (“setor de refúgio”), que engloba o trabalho a domicílio e outras atividades complementares remuneradas realizadas fora de suas unidades produtivas, seja agrícola ou não;
- o consumo final não agrícola da população urbana, como artesanato, o turismo rural etc., que são constituídos por bens e serviços não agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias;
- serviços públicos nas zona rurais.

Seguindo o raciocínio de Weller sobre as dinâmicas de geração das ORNAs Klein (apud SILVA, J.G.da, 1999a, p. 49-50) destaca que

...o volume e a evolução das ORNAs está relacionado não tanto com o nível de ingresso per capita dos países, mas sim com suas características geográficas (e a conseqüente distribuição espacial de sua população) e as características gerais do seu desenvolvimento, além das particularidades da sua estrutura agrária. Adicionalmente haveria que se considerar as particularidades da sua estrutura agrária.

Quanto aos países da América Latina como um todo, Klein (apud SILVA, J.G., 1999a, p. 50) também destaca que “o grande crescimento das ORNAs se deveu, de um lado, à própria queda do emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e, de outro, à extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para setores rurais”.

No tocante à geração de empregos no meio rural, Klein (apud SILVA, J.G.da, 1999a, p. 50) acredita ainda que “o crescimento do emprego rural não agrícola é no fundo um bom reflexo do processo de desenvolvimento dos países da região, particularmente da agricultura”.

Já Balsadi (2001, p. 2-3) enfatiza que

...para melhor entender o grande crescimento das ocupações rurais não agrícolas da população economicamente ativa (PEA) com domicílio rural, principalmente nos anos 80 e 90, é necessária a inclusão de outros fatores explicativos, como: a crise na agricultura e a queda dos preços das principais commodities e da renda dos agricultores; as novas funções de turismo, lazer, moradia e local de investimentos industriais e de serviços do meio rural e a emergência de novos atores rurais; as mudanças nas famílias, cujas estratégias crescentemente deixaram de estar nucleadas na agropecuária; as mudanças nas explorações agropecuárias, com externalização (terceirização) de atividades antes feitas por membros familiares; e as similaridades entre os mercados de trabalho rural e urbano, não somente em termos de participação dos ramos de atividades na ocupação das pessoas como também em relação ao próprio processo trabalho.

Para o caso brasileiro Silva, J.G.da (1999a, p. 52) afirma que se pode encontrar as mesmas dinâmicas identificadas por Klein e Weller e destaca outras dinâmicas não relacionadas diretamente às atividades agropecuárias, quais sejam:

- demanda da população rural não agrícola de altas rendas, por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como serviços a ela relacionados;
- demanda da população urbana de baixa renda, por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem infraestrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e luz elétrica;
- demanda por terras não-agrícolas por parte das indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como alternativa favorável de locação para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos.
- “novas atividades rurais” resultantes da busca do rural como área de lazer e preservação ambiental por parte da população urbana das grandes cidades.

Além das dinâmicas citadas, Lima (2002) elenca algumas iniciativas, tanto públicas quanto privadas, que estão propiciando as novas dinâmicas de ocupação no meio rural brasileiro, principalmente nos anos 90.

Essas dinâmicas refletem a expansão das ORNAs, principalmente no setor de serviços, com destaque para o crescimento do emprego doméstico que, embora represente uma opção de renda para as pessoas que residem no campo é, na realidade, um demonstrativo do aumento da pobreza e da desigualdade social do País. Tais dinâmicas foram agrupadas em seis circuitos.

O primeiro circuito refere-se ao deslocamento espacial das pessoas e compreende: a contratação de mulheres que residem na zona rural, como empregadas domésticas, por mulheres da zona urbana e que ingressam no mercado de trabalho urbano; deslocamento das famílias residentes na zona urbana para a zona rural, na qual possuem um segundo imóvel, destinado ao repouso e lazer e que contratam os serviços de caseiros e/ou empregados domésticos; deslocamento definitivo do local de moradia de uma parcela da população urbana para a zona rural, ocasionando necessidade de investimentos no imóvel e a contratação de empregados domésticos e, por fim, o deslocamento da população urbana para lazer na zona rural, em busca de divertimentos em pesque-pague, estâncias hípicas e repouso em hotéis e fazendas.

O circuito relativo às dinâmicas imobiliárias é composto basicamente por duas dinâmicas distintas, pela natureza imobiliária e se refere à autoconstrução da moradia própria, envolvendo pessoas que tenham habilidade em alvenaria e a edificação da casa própria junto a empresas de construção civil e/ou profissionais, de alvenaria por conta-própria.

O terceiro circuito relaciona-se ao fluxo de bens e serviços transacionado no meio rural, diretamente ligados ao ramo de comércio de mercadorias, compreendendo a dieta alimentar das pessoas ocupadas e com domicílio rural (influenciadas pela modernização da base técnica da produção agrícola e pela industrialização) e ao consumo intermediário da produção agrícola (determinada pela modernização da base técnica).

O ramo social pertence ao quarto circuito, possui uma única dinâmica, cuja característica peculiar é o seu caráter eminentemente público. Os principais setores são os estabelecimentos de ensino público e de saúde.

O quinto circuito associa-se ao atendimento de demanda final da população urbana de produtos voltados para “nichos de mercado” e se refere aos produtos oriundos da agricultura orgânica, floricultura comercial, consumo de carnes de animais exóticos etc.

O sexto e último circuito engloba as dinâmicas relacionadas à transferência de subdivisões da indústria de transformação para a zona rural e a terceirização de trabalhos para cooperativas de trabalhadores residentes em áreas rurais.

Na discussão sobre as ORNAs no espaço que compreende a Região Nordeste, a análise sobre a população rural ocupada mostrou que, embora os dados agregados para a região tenham acompanhado a mesma tendência evolutiva dos dados nacionais, a desagregação a nível estadual revela uma heterogeneidade de situações locais, que está relacionado com a diversidade de seus

recursos naturais. Para Silva e Veras (2000, p. 9) essa diversidade diz respeito ao sentido das transformações pelas quais tem passado a região nas últimas décadas.

Guardadas as devidas especificidades de cada estado e se tendo sempre cuidado especial ao interpretar os dados para a Região, como um todo, Silva, A.G.da (2000a, p. 2) destaca que, nesta região, caracterizam-se situações de pluriatividade devido a questões de inadequação da atividade agrícola complementados por fatores externos que acabam dinamizando a economia regional (pólos fruticultores, por exemplo), sendo que a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade entre as famílias rurais se evidenciam tanto por serem estratégias de sobrevivência, quanto por estarem ligadas “às atividades agrícolas ou agroindustriais modernas, que transferem todo dinamismo econômico aos subsetores locais e as atividades de prestação de serviços animados pelo impulso do turismo e da interiorização dos serviços”.

As afirmativas sobre a região Nordeste deixam claro que existe a necessidade de se realizar análises diferenciadas sobre o espaço rural brasileiro, tentando descobrir não somente as semelhanças com os países desenvolvidos, mas também, outras especificidades dentro do chamado novo rural brasileiro.

Assim, os resultados para o Brasil não confirmam que as dinâmicas de geração das ORNAs obedecem ao mesmo critério. A hipótese de que essas dinâmicas estariam relacionadas, numa primeira etapa, ao processo de modernização da agricultura (desenvolvimento de atividades industriais no campo) e, posteriormente, à expansão das atividades de comércio e de serviços para o mundo rural, não pode servir de base analítica para todos os espaços do rural brasileiro, pois o desenvolvimento desse espaço rural não é homogêneo, seja do ponto de vista espacial, seja das dinâmicas que o promovem.

## 1.4 - Perspectivas para o novo rural brasileiro

### 1.4.1- O estado da arte das pesquisas

A busca pela caracterização de um “novo rural brasileiro” tem, como marco temporal, os anos 90, cuja análise levou ao resgate de reflexões realizadas por pesquisadores dos países desenvolvidos que, segundo Silva, A.G.da (2000b, p. 13)

...procuram desde a década dos anos 60, desvendar e teorizar a presença marcante de fenômenos, ações, processos e atores sociais novos ou revigorados que dão novos contornos ao mundo rural. (...) aqueles pesquisadores desqualificam os tradicionais cortes analíticos (concepção rural-urbana: noção dicotômica ou do contínuo, tendo em vista que são os grupos intermediários os que se apresentam mais mutáveis) diante da impossibilidade de aqueles parâmetros darem conta: desvendar ou problematizar a dinâmica atual da realidade rural e suas inter-relações com os demais setores da sociedade.

No Brasil, a tarefa de mapear as transformações do espaço brasileiro na atualidade, vem sendo realizada por pesquisadores de diversas regiões do País, em torno do denominado Projeto Rurbano, criado inicialmente com o objetivo de reconstruir séries históricas relativas à população ocupada, emprego e renda. Esta idéia da reconstrução das séries históricas e caracterização da população residente no meio rural, só se tornou viável com a divulgação dos microdados das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADs) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Convém destacar que, apesar dos dados divulgados pelas PNADs não contemplarem o cruzamento da situação do domicílio com o setor de atividades, o que impossibilita justamente a especificação do tipo de atividade agrícola/não agrícola em que a pessoa está ocupada no meio rural, a análise dos microdados das PNADs foi de extrema importância, pois possibilitou explorar novas aberturas geográficas para o Brasil e suas grandes regiões: a) das áreas urbanas, em urbana isolada, não-urbanizadas e urbanizadas e, das áreas rurais, em rural extensão do urbano, rural povoado e exclusivamente rural; b) dos municípios amostrados, em municípios auto-representativos e não-representativos, além das regiões metropolitanas.

Outro aspecto importante foi a mudança radical no critério de enumeração da população economicamente ativa (PEA) nas PNADs que, a partir de 1992, passaram a incluir as pessoas

ocupadas em autoconstrução e autoconsumo, além de reduzir o tempo mínimo de ocupação em trabalho não-remunerado para 1 hora por semana (antes eram 15 horas).

Assim, utilizando-se dos dados da PNADs, as pesquisas desenvolvidas até o momento, sobre as mudanças no rural brasileiro, podem ser agrupadas em três fases, sendo que as duas primeiras já foram concluídas e com resultados significativos, e a Fase III foi iniciada no ano de 2000.

A Fase I do Projeto teve como unidade de análise as peças economicamente ativas (PEA) e a ênfase maior era a questão da ocupação agrícola e não agrícola. A principal conclusão obtida nesta fase foi que o emprego agrícola vem caindo sistematicamente desde meados dos anos 80, mas a população rural ocupada (PEA rural) ao contrário do esperado, vem crescendo no mesmo período, como se houvesse uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola, pela criação de “novas atividades” não agrícolas no meio rural (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

A partir das análises realizadas com as PNADs, já incorporadas as novas aberturas para o Brasil e com os dados de 1992 a 1995, foi possível especificar melhor o comportamento desse “continuum” que é hoje a fronteira do rural com o urbano (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

A Fase II do Projeto Rurbano está sendo realizada desde março de 1999 e a mudança em relação à Fase I ocorreu no campo metodológico, com a transferência da análise para a família, cujo interesse maior se centrava “na questão da pluriatividade das famílias rurais e das famílias agrícolas residentes no meio urbano, o que permitiu explorar melhor o efeito das ocupações não agrícolas sobre os rendimentos das famílias rurais e das famílias agrícolas com e sem acesso à terra” (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 8).

Neste sentido, o crescimento do número de desempregados e aposentados residentes no meio rural mostra, segundo Campanhola & Silva (2000, p. 9), “que o rural brasileiro já se converteu também num local de residência, e que os espaços rurais não são mais apenas locais de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas em atividades, nem muito menos em atividades agrícolas”.

Em relação às rendas a conclusão da Fase II, para o período de 1995/1997, aponta para uma queda da renda “per capita” dos agricultores familiares. Como consequência dessa queda nos rendimentos dos agricultores familiares, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não agrícolas entre as famílias rurais por conta própria, ou seja, pode-se dizer que as

Sem Tomé

famílias rurais estão se transformando de famílias agrícolas para famílias pluriativas ou não agrícolas. Outra conclusão significativa dessa etapa do Projeto, diz respeito ao reconhecimento da importância das transferências de renda pública na forma de aposentadoria e pensões para os agricultores familiares, chegando a representar mais de um terço da renda familiar. (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 8 - 9).

A Fase III do Projeto Rurbano foi iniciada em fevereiro de 2000 e ainda não apresenta conclusões, uma vez que os trabalhos elencados para esta fase não foram ainda concluídos. Os objetivos principais que norteiam tal fase do projeto são:

- aprimorar e ampliar a base de dados construídas nas fases anteriores;
- aprofundar alguns pontos da análise de famílias e pessoas ocupadas até aqui exploradas;
- realizar alguns trabalhos de campo (estudos de caso) com vistas a qualificar melhor as tendências apontadas nos dados secundários em relação às ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas de algumas regiões do país.

Esta fase do Projeto apresenta uma série de modificações em relação aos procedimentos metodológicos utilizados anteriormente, dentre os quais se destacam alguns pontos para melhor exemplificar essas modificações, a saber:

- introduzir o ano de 1998 nas análises, de modo a permitir explorar-se melhor o efeito do Plano Real nas ocupações e rendas das pessoas e famílias agrícolas e rurais, a partir de 1995;
- explorar melhor as novas aberturas dentro das unidades da Federação;
- separar o trabalho doméstico e outros serviços pessoais, como uma posição na ocupação específica na classificação das pessoas ocupadas;
- reformular a tipologia das famílias extensas, de modo a permitir separar as famílias em subgrupos: agrícola-agrícola, agrícola-doméstica e agrícola – outros não agrícolas e as famílias não agrícolas com domésticas e sem domésticas;
- explorar a influência do período de referência para declaração da atividade exercida (semana ou ano) na pluriatividade das pessoas e famílias rurais e agrícolas;
- explorar a possibilidade de replicação amostral para alguns estados, delimitando regiões específicas como, por exemplo, a do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, e Ribeirão Preto, em São Paulo.

No tocante aos estudos de caso, Silva, J.G.da (2001, p.15-16) enfatiza será a realização dos mesmos que possibilitará:

- identificar as possíveis causas da subestimação das rendas variáveis nas PNADs, em particular as rendas agrícolas;
- aprofundar as dinâmicas de geração de ocupações rurais não agrícolas identificadas a nível de Brasil, para algumas regiões específicas que se destacaram em análises anteriores;
- investigar a questão da identidade das famílias rurais pluriativas e/ou não agrícolas, frente aos novos sujeitos sociais do novo mundo rural, tais como aposentados, caseiros etc.;
- aprofundar o tema das relações entre o desenvolvimento local e poder local, destacando a competência dos diferentes níveis de ação do Poder Público (federal, estadual e municipal), e quais seriam as principais formas de intervenção pública e privada sobre as áreas;
- avaliar o impacto ambiental e socioeconômico das novas atividades desenvolvidas no meio rural; e introduzir a questão da legislação ambiental, trabalhista e a necessidade de um código de uso do solo, água e outros recursos naturais para gestão do território urbano;
- aprofundar o tema das políticas públicas para o novo rural brasileiro, enfatizando a política de turismo rural como alternativa de geração de novas oportunidades de negócio e ocupação no meio rural.

Para cumprir os objetivos do Projeto foram delineados 20 subprojetos de pesquisa, 8 teses de doutoramento, 7 dissertações de mestrado e vários projetos de iniciação científica, envolvendo 45 pessoas, entre professores universitários, profissionais liberais, estudantes de graduação e pós-graduação, distribuídos por diversas instituições de pesquisa no País.

Com relação aos resultados da pesquisa para a região Nordeste, Silva e Veras (apud LIMA, 2002, p. 38-39) destacam a seguinte situação da PEA, restrita dos estados nordestinos, segundo situação do domicílio e ramo de atividade (agrícola e não agrícola).

Na Bahia registra-se grande dinamismo de ocupações em atividades não agrícolas, estando as mesmas concentradas, em duas grandes regiões: a) na moderna, cujas atividades não agrícolas se desenvolvem atreladas ao desenvolvimento agrícola; b) na litorânea tradicional, em que são encontradas atividades não agrícolas voltadas para o turismo.

No estado de Sergipe a dinâmica das ORNAs relaciona-se com o comércio de mercadorias, sendo 3,0% da população ocupada em atividades não agrícolas e residentes em áreas rurais, 3,1% relacionados à prestação de serviços e 6,1% referem-se aos serviços sociais.

Em Alagoas observa-se uma situação particular, pois ocorreu queda tanto nas atividades agrícolas quanto nas não agrícolas, fato que revela uma ligação entre os dois setores, sendo que as ORNAs cresciam em torno da produção canavieira. Neste sentido, quando a produção de cana entrou em crise as ocupações rurais não agrícolas seguiram o mesmo percurso.

No tocante a Pernambuco, as atividades rurais não agrícolas estão fortemente vinculadas à indústria de construção (11,1%), comércio de mercadorias (4,3%) e transporte ou comunicação (8,8%); outro aspecto a se destacar diz respeito às atividades relacionadas ao turismo rural e preservação/conservação do meio ambiente, na Zona da Mata que tem contribuído para a criação de novos postos de emprego.

No estado do Rio Grande do Norte destacam-se três fatores que contribuíram para o grande número de ocupações nas ORNAs: a) turismo rural na faixa litorânea; b) interiorização de serviços produtivos patrocinados pelas Secretarias Municipais e instituições como o SESI/SENAI/SEBRAE; c) produção agrícola empresarial – pólo fruticultor de Mossoró e Açu.

No Ceará observa-se um fato peculiar, pois há o crescimento da população ocupada em atividades agrícolas nas áreas urbanas não metropolitanas (o único com essa dinâmica no Nordeste); contudo, as atividades ligadas aos agropólos e programas de desenvolvimento de pólos de confecção via interiorização de certos serviços, além do comércio de mercadorias, têm contribuído também para a geração de atividades rurais não agrícolas no estado.

No estado do Piauí não se observou atividades agrícolas e não agrícolas no rural com dinâmicas relevantes, dado o grau de estagnação das atividades rurais; mesmo, assim a indústria de transformação (3,3%), a administração pública (2,8%) e a prestação de serviços (3,7%) destacam-se como ramos com maior demanda por força de trabalho.

No Maranhão as ocupações rurais não agrícolas em quase todos os ramos de atividades crescem a taxas expressivas (serviços auxiliares, 17,7%; indústria da construção, 10,4%; transporte ou comunicação, 8,7% e comércio de mercadorias, 4,7%).

No estado da Paraíba Lima (2002) destaca que as atividades rurais não agrícolas mais importantes e que demandam mais trabalho, dizem respeito ao serviço social e prestação de serviços; em seguida, aparece o ramo do comércio de mercadorias.

A indústria de construção apresenta-se, nos anos de 1998 e 1999, como importantes geradores de empregos não agrícolas. O último ramo de atividade é a indústria de transformação que, junto com os demais ramos citados, foi responsável, em 1999, por cerca de 90% das ocupações rurais não agrícolas na Paraíba.

Lima (2002, p.83) destaca ainda

...os serviços domésticos, professores primários, serviços por conta própria, balconista atendentes, cozinheiro (não doméstico) e servente faxineiro, como principais ocupações rurais não agrícolas do estado. De forma semelhante à encontrada no país, temos o emprego doméstico como uma forma importante de inserção no mercado de trabalho. As outras ocupações têm sua dinâmica relacionada com os ramos social e administração pública: são os professores, os faxineiros das escolas e as merendeiras que trabalham nas áreas rurais ou moram nos sítios e trabalham nas áreas urbanas do município. Por todo o estado é facilmente percebido que as prefeituras são importantes fontes demanda por trabalho e que muitas famílias sobrevivem dessa fonte de renda. Outra fonte importante de geração de trabalho são as frentes de emergência.

#### 1.4.2 - Políticas públicas para o novo rural

Com os novos aspectos presentes no rural brasileiro, delineados de forma mais específica principalmente a partir da década de 90, faz-se necessário que as estratégias e ações de desenvolvimento demandem novos modos de regulação por parte do Estado, exigindo uma mudança no enfoque e nos instrumentos de ação das atuais políticas.

Essas novas estratégias de desenvolvimentos não podem perder de vista que o setor rural não pode mais ser definido a partir da dicotomia rural-urbano, tendo-se a necessidade de reconceituá-lo, levando-se em consideração os novos aspectos demográficos e socioeconômicos, incorporando as novas funções do setor agrícola no processo de desenvolvimento, assim como emergência das pluriatividade como uma nova “dimensão” do setor rural.

Para Campanhola e Silva (2000, p. 62) “qualquer conjunto de políticas públicas que vise melhorar as condições de qualidade de vida no meio rural deve, além de incorporar as perspectivas de atividades não agrícolas, contribuir para que a população residente tenha acesso a empregos mais qualificados e que ofereçam melhores possibilidades para a realização pessoal”.

Delgado (2001, p. 26-27) também ressalta que essas ações “devem ser formuladas procurando levar em conta as especificidades dos segmentos empobrecidos e marginalizados, passando também a incorporar em suas propostas a preocupação com sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural, o que pressupõe a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente”.

Conhecendo-se que as mudanças no espaço rural brasileiro não são homogêneas, faz-se também oportuno que as políticas públicas para o rural levem em consideração as diferenças regionais, identificando problemas, particularidades e potencialidades de cada localidade. Diante da constatação dos limites de suas iniciativas, a estratégia governamental é atualmente estimular a participação dos beneficiários nos projetos e programas de desenvolvimento local, sendo que a descentralização das políticas públicas foi de fundamental importância para que essa estratégia fosse implementada.

Tal descentralização tem fortalecido as iniciativas locais e ajudado os prefeitos a alocarem uma quantidade maior de recursos e reestabelecer instrumentos de planejamento e controle da expansão de seus municípios, através dos Planos Diretores.

A descentralização e o fortalecimento das representações locais oferecem uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural, pois permitem o enfoque regional, que leva em consideração as dimensões espaciais do desenvolvimento e o delineamento de soluções localmente compatíveis. Assim, a noção do que é o espaço local é de extrema importância na promoção das políticas públicas. Flores e Macêdo (2000, p. 52) colocam que

...no contexto do “novo mundo rural” o rural não é o somente agrícola, mas também o não agrícola. O espaço é maior que a propriedade, e o local é a unidade de trabalho para fins de intervenção estatal. O território não é somente geográfico, é também histórico e social. O meio rural brasileiro não é mais estritamente singular. Ele é plural e exige políticas agrícolas e não-agrícolas de promoção ao desenvolvimento local, a exemplo da urbanização do meio rural (coleta de lixo, fornecimento de energia, água potável, tratamento de esgotos etc.), normatização do espaço rural, agroindústria familiar e finalmente, as políticas de incentivo à produção agropecuária integrada (agentes de desenvolvimento, pesquisa agropecuária, organização em cooperativas e associações).

Neste sentido, que diretrizes as ações governamentais precisam seguir? Seriam políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural? Que características esse desenvolvimento teria? Que políticas são fundamentais nesse novo contexto de mudanças do rural brasileiro?

Os questionamentos apontam que as diretrizes das políticas públicas devem ser mais amplas e democráticas, incorporando a idéia de um desenvolvimento local harmonizado com os critérios de sustentabilidade e com as especificidades dessa sustentabilidade, uma vez que a sustentabilidade não é um aspecto homogêneo, pois o que pode ser sustentável em um local pode não sê-lo em outro.

Para pensar em um desenvolvimento local com esses aspectos é necessário, antes de tudo, uma mudança nas características dos processos de gestão das políticas públicas, pois os modelos tradicionais de gestão, baseados na rígida hierarquia, na uniformidade das decisões e na transferência de atitudes padronizadas, não terão aplicabilidade nas transformações em curso no “novo mundo rural”.

Assim, um processo democrático de gestão das políticas públicas deve partir do princípio da descentralização/flexibilidade, de um planejamento participativo, negociável e dinâmico, onde as metas sejam discutidas, avaliadas e reformuladas passo a passo, com base na experiência e no saber fazer de cada comunidade, imprimindo ao processo de gestão maior transparência, visto que existe a participação de todos, assumindo responsabilidades coletivas, compartilhando o poder e decidindo as ações com “orquestração” dos interesses do grupo.

Um tipo de planejamento gestado nessas bases aumenta o compromisso das comunidades locais para a realização e o acompanhamento das ações propostas, além de favorecer ações intersetoriais.

O Estado, neste contexto, não se configura como algo exterior, acima de todas as instâncias. Ele assume o papel de agente facilitador desse processo de descentralização e favorece tais ações intersetoriais; outro aspecto a se destacar, sobre esse ideal de gestão das políticas públicas, diz respeito ao compromisso com o meio ambiente, respeitando os princípios de um desenvolvimento sustentável, que deve ser estimulado através de ações educacionais.

Sobre esta questão, Flores e Macêdo (2000, p. 54) também destacam

... no contexto do “novo mundo rural”, a sustentabilidade está na localidade ou no território - seja no município, na comunidade, ou na microbacia hidrográfica - onde são estabelecidos os empreendimentos familiares. Além disso, destaca-se o manejo ambiental, como um dos valores da sustentabilidade do processo produtivo, e da qualidade de vida, no local onde vivem e trabalham os agricultores.

Trazendo a discussão para o cenário do novo rural brasileiro, Silva, J.G.da (1999a) enfatiza que é necessário haver uma reorientação das políticas públicas, de modo que as mesmas atendam aos novos imperativos presentes no espaço rural brasileiro atualmente. Essas políticas foram agrupadas em cinco itens, sendo que a primeira refere-se à “desprivatização” do espaço rural onde se coloca a necessidade de criar vilas e povoados urbanizados, dotando-as de uma infra-estrutura básica e fomentando programas de alfabetização rural, de modo que a população seja requalificada profissionalmente para atividades diversificadas.

Sobre as políticas de urbanização do meio rural, os desafios principais dizem respeito à criação de políticas agrícolas e agrárias que, além dos aspectos produtivos e fundiários, incorpore em suas ações o objetivo de elevar o padrão de vida da população rural, de modo que a pobreza seja eliminada.

O terceiro item desse conjunto de políticas refere-se à geração de renda e ocupações não agrícolas, objetivando estimular a pluriatividade do meio rural e visando ao aumento da renda familiar. Neste sentido, faz-se necessário um planejamento para identificar as potencialidades locais, organizando a participação da comunidade através de associações, cooperativas e ONGs, que poderão atuar nas mais diversas frentes, inclusive na requalificação profissional.

No item sobre as políticas sociais compensatórias os esforços devem dirigir-se à extensão dos direitos sociais a idosos, inválidos e crianças. Assim, a proposta dos direitos sociais no Brasil deverá incluir também o chamado setor rural informal, constituído por produtores, parceiros e bóias-frias, entre outros.

## Capítulo II

### Aparecida de Canto a canto: evolução histórica e aspectos socioeconômicos do município de Aparecida - PB

#### 2.1- Evolução histórica

O sol raiou com liberdade  
O sonho vai se tornando realidade  
A luta do povo forte conseguiu  
Aparecida é uma cidade do Brasil (...)

Seu povo tem tamanha inteligência  
Construiu a independência  
Com espírito varonil  
A virgem abençoa com seu manto  
E transforma o nosso Canto  
No mais querido do Brasil.

(Estrofes do Hino de Aparecida.  
letra e música de Laercio Ferreira  
de Oliveira Filho. composto em 1998).

O surgimento das primeiras povoações, que hoje corresponde ao município de Aparecida, faz parte de um processo histórico mais amplo cujas raízes se inserem no contexto do processo de colonização do Brasil, que se inicia de modo mais consistente a partir de 1532, quando a Coroa Portuguesa percebe que, diante do perigo que representavam as invasões francesas, que não reconheciam o direito português sobre as terras brasileiras, colonizar seria a solução mais eficaz para não perder sua mais rica colônia.

A conquista do espaço territorial do interior do Nordeste brasileiro, onde se insere o Município de Aparecida, coincidiu com a expansão do capital comercial europeu, visto que esta expansão agravaria as relações sociais de produção vigentes em Portugal atingindo, sobremaneira, o espaço rural daquele país.

No quinto item têm-se as políticas públicas de reordenamento institucional, em que o Estado deverá adotar novas formas de atuação, vencendo a velha dicotomia rural/urbano das atuais políticas, superando o tratamento individualizado e setorial, até então em curso.

Dada a abrangência dessas políticas públicas e da gama de interesses que giram em torno dessas questões, ultrapassar os limites da atual conjuntura não é tarefa fácil. As mudanças que necessitam ser feitas no Brasil não dependem só da boa vontade; elas dependem de uma tomada de consciência de que as ações executadas de “baixo para cima” são bem mais frutíferas e podem resolver problemas que os grandes projetos de desenvolvimento não conseguiram incluir em suas ações, uma vez que, quase sempre, essas políticas dependem da vontade e do acordo político. E onde estão nossos políticos? Será que eles conseguirão “arrancar o meio rural da idade das trevas?” (SILVA, J.G.da, 1999a, p. 126).

Assim ante as mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro nas últimas décadas, coloca-se em evidência que, apesar das modificações ocorridas no mundo rural e nas formas de desenvolvimento para esse espaço, ainda não existe um cenário delimitado, dado que as dinâmicas sociais não são homogêneas e que ainda não se conseguiu **remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas** (grifo do autor). Ainda predomina um processo de transformação e esta transformação depende de atores econômicos e sociais, mas depende principalmente da forma como a classe política conduzirá o desenvolvimento do Brasil.

Que o rural brasileiro vem passando por transformações, é inegável. Neste sentido, as novas funções e dinâmicas do mundo rural sinalizam que é necessário promover um desenvolvimento mais amplo, que se preocupe com a sustentabilidade ambiental, mas que, sobretudo, incorpore a eliminação da pobreza como meta-base.

Se as ações de desenvolvimento implementadas até então não conseguiram resolver velhos problemas históricos e estruturais, os argumentos indicam que é conveniente estender as formas de desenvolvimento local sustentável aos recantos distantes e pobres do Brasil, a exemplo do Norte e Nordeste. É necessário, também, criar novos conjuntos políticos não agrícolas para o rural, de modo que as pessoas possam ter acesso a uma ocupação e consigam gerar uma renda que atenda às suas necessidades.

O esvaziamento do campo provocou o aumento das populações urbanas e a conseqüente migração para o Brasil, inclusive para o sertão e agreste nordestinos, onde aquela população se engajaria na pecuária e na agricultura de subsistência.

Desenvolvida a empresa açucareira no litoral, a criação de gado no primeiro século da colonização respondera às necessidades dos engenhos, como demonstra a análise de Furtado (1997, p. 57)

Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea.

Neste sentido, Guimarães (1968, p. 67) afirma que

Os currais eram, inicialmente, uma simples dependência dos engenhos, destinados a supri-los do gado necessário a todos, para os serviços de transporte em "carros com dobradas equipações de bois" ou para o acionamento dos trapiches, engenhos cujas moendas precisavam de pelo menos sessenta animais, empregados revesadamente em grupos de mais ou menos doze de cada vez. O gado, então, prestava-se quase que exclusivamente como fonte de energia, como animal de trabalho.

O crescimento da procura por animais para o trabalho nos engenhos em função da expansão da atividade açucareira, o paulatino aumento do consumo da carne nos engenhos e centros urbanos e os conflitos entre os criadores e lavradores, foram responsáveis pela separação das atividades canvieira e pecuária. A separação do gado para o interior não foi pacífica e provocou, segundo Guimarães

... repetidos conflitos entre criadores e lavradores. Estes, pela necessidade de defender suas plantações, nunca cessaram seus esforços no sentido de empurrar para longe do Litoral os rebanhos em proliferação, até que uma Carta Régia no alvorecer do século XVIII fixou a área de criação a mais de 10 léguas da costa (1968, p. 67).

O povoamento do Sertão da Paraíba se dá numa fase posterior, quando a atividade criatória vai assumindo formas próprias de reprodução, diferentes daquelas do momento em que se constituía apenas como atividade complementar dos engenhos.

A penetração do criatório para o interior deu-se através dos chamados "caminhos do gado". Esses caminhos ou trilhas acompanhavam o percurso dos rios que adentravam para o interior.

Na Paraíba, pode-se identificar duas vias principais de penetração em direção aos “Sertões de Dentro” paraibano, como descrevem Moreira e Targino (1997, p. 68-69)

A primeira via de penetração para o interior tomou a direção leste-oeste. Com efeito, o caminho de adentramento inicial foi o Rio Paraíba. Ao longo de suas margens, foram instalados currais e fazendas de gado, dando origem a vários núcleos populacionais como Pilar, São Miguel, Itabaiana, Mogeiro, etc. A segunda seguiu a direção sul-norte. Partindo da Bahia, principal núcleo de irradiação da pecuária em direção ao norte, o gado seguiu o curso do rio São Francisco, atingiu Pernambuco e posteriormente a Paraíba. Essa se constitui na principal corrente de povoamento da zona sertaneja.

Na história da ocupação do Sertão paraibano ressalta-se o papel desempenhado pelos Oliveira Ledo e D'Ávila, da Casa da Torre, sendo que os primeiros tiveram maior destaque devido à dupla ação de conquista e ocupação.

A Casa da Torre, fundada por Garcia D'Ávila, segundo Mello (1983, p. 71) “era no período o maior ‘feudo’ do Nordeste” e tinha como principal objetivo a criação de gado; entretanto, outros integrantes da Casa da Torre optaram pelo trabalho da conquista dos Sertões, com o objetivo de aumentar cada vez mais seus domínios territoriais.

A Casa da Torre, no final do século XVII, para Melo (apud Moreira e Targino, 1997, p. 69) “era a grande sesmeira do Vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe. Só nas ribeiras desses rios, as propriedades de Dias D'Ávila ascendiam a vinte e oito léguas”.

Nesse percurso não foram poucas as adversidades que os conquistadores tiveram que enfrentar para garantir a posse da terra. Além das questões climáticas, as terras do interior eram ocupadas pelas tribos Cariris e Tarairiús, que ofereceram enorme resistência aos sertanistas, resistência esta organizada na forma de luta armada, ficando registrada na historiografia paraibana como “Confederação dos Cariris” ou “Levante dos Tapuias” ou, ainda, “Guerra dos Bárbaros”, na denominação dos documentos oficiais.

Teodósio de Oliveira Ledo é tido como pioneiro da conquista do interior e o maior desbravador do Sertão da Paraíba, no final do século XVII e início do século XVIII. Sua família chegou a possuir mais de cinquenta léguas de terra no interior da Paraíba.

Este bandeirante se destacou, no entanto, sobretudo pela crueldade com que tratava os nativos capturados e que resistiam ao cativeiro. Até mesmo o rei de Portugal manifestou sua preocupação com os nativos e diz estranhar as atitudes do sertanista. Manifestou seu reconhecimento pelo bom sucesso na campanha contra os índios nos sertões, mas acrescenta

Havendo visto a carta que me deste do bom successo que se teve na Campanha com os indios nossos inimigos nos certões do districto de Piranhas e Pinhancó em que o Capitão mor Theodósio de Oliveira Ledo se tinha havido com muito valor e desposição e trazido concigo hua nação de Tapuyas chamados Ariús, que estão aldeados junto aos Cariris onde chamam a Campina Grande que queriam viver com meus vassallos e reduziremse a nossa Santa Fé. Me parece estranhar mui severamente o que obrou Theodósio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos indios que tomou na sua guerra, hia ser conveniente uzarce com elles de toda a piedade por q. o exemplo do rigor com que elle executou seria dar occasião a fazer aos mais nossos contrarios vendo a nossa piedade: sy faz este caso digno de um exemplar castigo (JOFFILY, 1977, p. 349/350).

Assim se observa que, no final do século XVIII, o colonizador já havia espalhado currais por todo o Sertão paraibano, seja se apropriando de terras incultas, seja expulsando os nativos de suas aldeias e domínios. Segundo Joffily (apud MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 70)

... a ribeira do Piancó contava no final do século XVIII com sessenta e sete fazendas de gado, a de Espinharas, com cinqüenta e nove, a de Sabugi, com setenta e oito, a Ribeira do Patu com cento e vinte e sete núcleos de criação. Muitas dessas fazendas, com edificações de uma capela deram origem a muitas cidades.

As terras que correspondem hoje ao Município de Aparecida começaram a ser povoadas a partir do ano de 1700, período em que foram organizadas as primeiras fazendas de gado na região. O marco da ocupação de Aparecida foi a Fazenda Acauã, organizada possivelmente pelos Oliveira Ledo e arrendada à Casa Torre, como mostra o depoimento do Senhor João Teodoro dos Santos, um dos mais antigos moradores da cidade e que foi testemunha de muitos acontecimentos que fazem parte da história do município de Aparecida.

Conhecedor dessa história, Santos<sup>2</sup> (1999, APÊNDICE A, p.1,) destaca que “Aparecida nasceu nas datas de terras de Acauã e Riachão, arrendamento de terras feito a Casa da Torre em 1710. Depois houve a Fazenda Acauã que foi constituída logo após. E da Fazenda Acauã também surgiu o povoado do Canto”...

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida pelo senhor João Teodoro dos Santos ao historiador e jornalista, Laercio Ferreira de oliveira Filho, em 10/10/1999 (APÊNDICE A).

Laercio Ferreira de Oliveira Filho<sup>3</sup>, historiador e também morador da cidade de Aparecida, dá uma versão mais detalhada sobre esse período. Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B, p. 1) enfatiza que

... aqui, começou como as demais cidades do Sertão da Paraíba, relaciona-se com a questão do couro, o ciclo do couro, quando os engenhos passaram a precisar de gado para mover os moinhos, o couro para embalar o açúcar que ia para a Europa. Só que faltava espaço, aí começou um trabalho de expansão e foi aí que foram surgindo As cidades do Sertão. A origem de Aparecida foi através de Acauã, ela data de 1700 e foi justamente esse o período da expansão do Sertão da Paraíba para a criação de gado. Então Acauã foi se constituindo enquanto fazenda, uma enorme fazenda de criação de gado e se tornou assim um dos pontos mais importantes do Sertão. Em 1757 ela ganha uma capelinha, a Capela da Imaculada Conceição, construída em estilo barroco, ao lado um casarão que pertencia aos donos.

Durante os séculos XVIII e XIX a Fazenda Acauã foi um dos pontos mais importantes de Sertão paraibano, não só pela atividade pecuária, mas também, pela sua atividade cultural. Era o centro cultural da região, onde eram realizadas as principais atividades religiosas e políticas e foi também em Acauã onde se realizam as primeiras feiras da região.

Pelo fato de se localizar entre o Rio do Peixe e o Rio Piranhas, Acauã ficava completamente ilhada no período de inverno por causa do aumento do volume das águas desses rios. Então, começou a surgir a necessidade de um povoado mais próximo de Sousa e Pombal, facilitando a comunicação com essas localidades.

Outro problema relacionado à cheia desses rios era o fato de que na época das festas religiosas era muito difícil o transporte dos padres e outros visitantes para Acauã; assim, essas missas foram transferidas de Acauã para uma faixa de terra localizada num local reservado da propriedade Gado Bravo, pertencente a família dos Batista e dos Amâncio Pires, como relata Santos (1999, APÊNDICE A, p. 1)

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida pelo historiador e vereador do município de Aparecida, senhor Laercio Ferreira de oliveira Filho, a Auccia Matos Dourado ( autora da dissertação) em 18/08/2002 (APÊNDICE B).

... tivemos Aparecida aqui formada em povoado devido a cheia dos Rios Peixe e Piranhas e, na impossibilidade de se transportar os vigários para a celebração de missas na Fazenda Acauã, vieram para Aparecida. E dessas missas surgiu a doação de um patrimônio na fazenda do senhor João Batista e dos seus genros Antonio Amâncio e Chico Batista.

Raimundo Amâncio Pires, um dos herdeiros dos Amâncio Pires, destaca que “o Canto” era apenas um pedaço da propriedade que era muito, tendo sido doada por seus avós por volta de 1927, de propriedade de Tiburtino Sá, adquirida por Antonio Amâncio Pires e Francisco Batista da Silva. Sobre esta questão Pires<sup>4</sup> (2000, APÊNDICE C, P.1) relata com saudosismo as realizações de seus antepassados

Meus avós foram os doadores do patrimônio. O patrimônio são 150 braças de Norte a Sul, por 300 braças de Nascente a Poente. Então isso aqui se chamava Canto. Mas por que se chamava Canto? Chamava-se Canto porque era um canto da propriedade Gado Bravo, pegando do Rio do Peixe ao Norte e o Rio Piranhas ao Sul.

Mesmo com a criação do povoado Canto, Acauã continuara durante toda a primeira metade do Século XX, tendo uma importância muito grande para a região. Do ponto de vista histórico, Acauã se destaca por ter abrigado em seus domínios, de passagem para o Ceará, Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, ou Frei Caneca, como era mais conhecido um dos líderes da Confederação do Equador, movimento revolucionário de 1824, formada pelas províncias do Maranhão, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Acauã era um foco da Confederação do Equador no Sertão paraibano e nessa época pertencia ao também padre revolucionário Luiz Correia de Sá. No início do século passado a Fazenda Acauã, por sua importância econômica e política, foi cortada pela estrada de ferro que ligava os estados do Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, ganhando uma estação de passageiros e cargas, de onde era escoada toda a produção algodoeira da região; mais tarde chegou a possuir uma usina de beneficiamento de algodão e oiticica.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida pelo Senhor Raimundo Amâncio Pires, a Auceia Matos Dourado ( autora da dissertação) em 16/08/2002 (APÊNDICE C).

Ao longo dos anos Acauã pertenceu aos homens mais ricos e poderosos do Sertão paraibano, inclusive ao presidente da Província da Paraíba, Dr. João Suassuna, pai do escritor Ariano Suassuna, e onde o mesmo viveu parte de sua infância.

De 1927 até 1946 o município de Aparecida permaneceu com seu nome de origem sendo conhecido por todo o Sertão como Canto. Existem algumas versões apontadas na história da cidade para explicar a mudança do nome.

Segundo as informações colhidas, percebe-se que muitas pessoas se incomodavam com o nome, achavam feio e até mesmo pejorativo o nome Canto, pois na concepção popular diminuía a localidade “que era apenas um canto”, um pedaço de terra que ficava num canto de uma grande propriedade.

Como a padroeira do povoado era a mesma da Fazenda Acauã, uma devota de Nossa Senhora Aparecida, em cumprimento a uma promessa, doou uma imagem da santa para o povoado, que não só trocou de padroeira, diferenciando-se de Acauã e transformando a capela, na capela de Nossa Senhora Aparecida, como também trocou de nome em função da nova padroeira; entretanto, segundo Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B, p. 2-3) a troca dos nomes não agradou a todos gerando muita polêmica, como segue o depoimento

Esse fato foi inclusive motivo de muita polêmica, porque o pessoal mais velho durante muito tempo ainda chamava a cidade pelo antigo nome, inclusive ainda hoje você encontra pessoas da zona rural que, quando vêm para cá, diz “eu vou para o Canto”. Ariano Suassuna só se refere à Aparecida pelo nome de Canto, pois Ariano morou aqui em Acauã quando Aparecida era Canto; então, sempre que ele faz referência, ele faz referência ao Canto.

## 2.2- Evolução política

A emancipação política do município de Aparecida foi um processo longo, polêmico e contraditório, uma vez que existe divergência entre o que está registrado nos documentos oficiais e o que diz o imaginário popular.

Em 1961 Aparecida tornou-se cidade por alguns dias. No dia 15 de dezembro do mesmo ano a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba aprovou o Decreto Lei nº 477/61, originário do Projeto de Lei nº 443/61 criando o Município de Aparecida.

No dia 2 janeiro de 1962 o então governador do Estado da Paraíba, Pedro Gondim recusou-se a aceitar a Lei da Emancipação de Aparecida, vetando totalmente o Decreto Lei. A atitude do governador do Estado ao vetar o projeto que emancipava Aparecida, gerou uma grande polêmica entre seus moradores.

Os documentos dizem que o governador vetou o projeto alegando que a comunidade não era ainda nem distrito e que o projeto já a emancipava. Assim, seguindo os “trâmites legais” no dia 8 de janeiro do mesmo ano, Aparecida foi elevada à condição de Distrito do Município de Sousa, através da Lei Estadual nº 2.759/62.

O imaginário popular, contudo, defende a hipótese de que a atitude do então governador fez parte de um jogo político comandado pelos políticos de maior prestígio do município de Sousa. Sobre esta questão, Oliveira Filho (2002, , APÊNDICE B, p. 3) enfatiza

Ela foi cidade. Aparecida foi cidade e segundo, os documentos, o projeto que transformava em distrito, já transformava também em cidade e aí o governador vetou. Nesse período foram emancipadas várias cidades aqui no Sertão da Paraíba e o projeto de Aparecida foi vetado. Gerou uma grande polêmica e eu acredito que gerou um prejuízo grande, pois se a gente tivesse se emancipado nesse período, Aparecida com certeza estaria mais desenvolvida. A população tinha uma enorme mágoa do governador Pedro Gondim e eles dizem, as pessoas mais velhas, que tudo não passou de uma jogada das lideranças políticas de Sousa que não admitiam, em hipótese nenhuma, que Aparecida se emancipasse naquele momento, porque Aparecida era o principal “Distrito” de Sousa e tinha, inclusive, importância do ponto de vista eleitoral, pois algumas famílias conseguiram se manter no poder durante várias décadas... Então era uma espécie de curral eleitoral, mesmo de uma família de Sousa.

Ainda sobre a primeira emancipação de Aparecida, segue o relato de Pires (2002, APÊNDICE C, p.1)

... isso aqui era pra ter sido cidade desde 1962. só que os políticos travaram. Na época, o governador era Pedro Gondim e ele tinha como vice-governador Dr. Lelelo, André Avelino de Paiva Gadelha. Pedro Gondim teve de fazer uma viagem para o exterior e deixou o vice-governador no seu lugar. Ele tinha uma irmã que morava aqui e tinha um deputado estadual, Antonio de Paiva Gadelha, que se interessou e isso aqui passou a cidade em 1962, mas ele veio combinar com a família dele e a família não aceitou pois queria que ficasse distrito mesmo pertencendo a Sousa.

De 1962 a 1994, foi um período de muita agitação e intensa movimentação popular no então Distrito de Aparecida, pois a maioria da população não se conformava com sua condição de subordinação ao município de Sousa.

Enquanto a maioria dos municípios da região se emancipou sem nenhuma manifestação, segundo os relatos, em Aparecida esse período foi marcado por passeatas populares, ruas pichadas e comícios, como segue

Nós naquela época fizemos movimentos e movimentos pesados e chegamos a pichar as pedras com dizeres e elocuições. Fomos atrás de pessoas influentes de Aparecida, que seriam na época o vereador Possidônio Queiroga e Zé Onório. Esses dois tiveram um papel preponderante na emancipação e especialmente na divisão do território de Aparecida (SANTOS, 1999, APÊNDICE A, p. 1).

Apesar dos esforços dos moradores, a emancipação só aconteceu na década de 1990. Em 1993 foi realizado o plebiscito para aprovar e legalizar a consulta popular e, no dia 29 de abril de 1994, através da Lei Estadual nº 5.896, Aparecida foi elevada à condição de cidade, mas devido a publicação conter erros quanto aos limites do município, a emancipação oficial data do dia 5 de maio do mesmo ano, quando foi republicada no Diário Oficial.

A primeira eleição para prefeito e vereadores realizou-se no dia 3 de outubro de 1996. Na ocasião foram eleitos José Alves de Sousa e Cyro Gadelha Queiroga, para prefeito e vice-prefeito respectivamente, assim como foram eleitos os vereadores da Câmara Municipal.

A segunda eleição foi realizada em outubro de 2000, cuja vitória coube a Júlio Cezar Queiroga de Araújo e Milton de Assis Garrido.

Segundo os relatos, a eleição de 2000 foi intensamente disputada pelos três candidatos. O povo foi quem fez o marketing da campanha eleitoral, fazendo a analogia dos candidatos com animais. Assim, para votar no grilo escolhia-se Júlio Cezar, o cavalo relacionava-se à figura de João Ferreira e o boi naturalmente era comparado ao candidato Zé de Boi Velho. Segundo dados do IBGE, em 2000 o município possuía 4.455 eleitores.

## **2.3- O município de Aparecida no contexto atual**

### **2.3.1 - Aspectos geográficos**

Situado na mesorregião do Sertão paraibano, na chamada depressão sertaneja e na microrregião de Sousa, o espaço territorial correspondente ao atual município de Aparecida, engloba uma área de aproximadamente 222,71 km<sup>2</sup> e é limitado, ao Norte, com a linha telegráfica Sousa-Pombal, que atravessa a estrada Aparecida-São Francisco, acompanhando esta linha até o limite com Pombal; a Leste a partir deste ponto segue até o Sítio Escurinho, que divide São José da Lagoa Tapada e Coremas; ao Sul limita-se com São José da Lagoa Tapada até o Sítio Belém Velho; ao Oeste serve de limite o Riachão do Leite até o Rio Piranhas; segue o Rio Piranhas até o encontro com as águas do Rio do Peixe; segue ainda até encontrar a BR-230 e a zona urbana de Aparecida, prosseguindo pela estrada Aparecida-São Francisco, até o cruzamento com a linha telegráfica.

A altitude média do município é de 224m, sendo sua posição determinada pelo paralelo de 6°, 45' 33" e atitude em sua inserção com o meridiano de 38°, 3' 56" de longitude Oeste.

Grande parte do território de Aparecida está situado em bacia de origem tectônica, cujo relevo se apresenta com alguns pontos mais elevados, formando diversas serras, em que a principal é a Serra do Tigre. No que diz respeito à hidrografia, Aparecida é banhada pelo Rio do Peixe e Rio Piranhas, rios esses com um grande potencial de aproveitamento.

Por se localizar no Sertão paraibano, fazendo parte do Polígono das Secas, o clima é do tipo tropical e semi-árido (quente e seco). Devido ao efeito da baixa latitude, a temperatura anual média é bastante elevada, em torno de 29°C, com pequena amplitude e temperaturas que variam

de 27°C a 33°C. A precipitação pluviométrica anual é muito baixa, cerca de 730 mm, distribuídos ao longo do ano com bastante irregularidade.

O município possui vegetação formada por extratos herbáceos-gramóide e arbóreo-arbustivo, com árvores de pequeno porte. As principais espécies de plantas são o pereiro, o faveiro, a jurema-preta, o xique-xique e a carnaúba.

O solo do município é formado por terrenos sedimentares, cujo solo é constituído por argila, arenito calcíferos. São sujeitos á erosão, mas muito férteis, quando favorecidos pelas chuvas.

### **2.3.2 - Aspectos sociais**

Com crescimento vegetativo populacional negativo no período de 1980 a 1991, tendo apresentado em 1980 uma população de 5.539 habitantes, e em 1991, 5.128, observa-se que a população do município de Aparecida voltou a subir na década de 90 e, segundo o resultado dos dados preliminares do Censo realizado pelo IBGE, em 2000, a população total do município é de 5.894, dos quais 2.931 vivem na zona rural e 2.963 residem na zona urbana. Destes, 5.894, 2.902 são homens e 2.993 mulheres, o que resulta numa densidade demográfica de 23, 31 habitantes por quilômetro quadrado.

Por se tratar de um município jovem, Aparecida ainda é carente de uma infra-estrutura urbana capaz de atender satisfatoriamente às necessidades dos habitantes. Apesar das realizações feitas pela prefeitura local, ao longo das duas gestões, o município não dispõe de saneamento básico, os esgotos são externos e as residências possuem fossas sépticas e rudimentares. A cidade também não conta com um plano urbanístico que possa orientar a expansão do espaço urbano, o que tem possibilitado o surgimento das primeiras edificações populares nos arredores da cidade, sem uma infra-estrutura adequada.

O lixo é geralmente coletado duas vezes por semana, em caminhões caçamba da prefeitura e depositado num terreno público a ela pertencente. Por falta de uma política de conscientização, muitos moradores costumam jogar o lixo doméstico no leito do Rio do Peixe, comprometendo a pureza das suas, razão pela qual é considerado hoje um dos mais poluídos da Paraíba.

Até o final dos anos 90 o abastecimento d'água da cidade era precário e insuficiente para atender a população, pois a água era retirada de um poço artesiano, o qual geralmente dava vazão apenas até o final do primeiro semestre de cada ano. Quando o poço secava os moradores da cidade eram obrigados a buscar água em açudes e cacimbas, cujo transporte era feito em latas, jumentos e carros pipa; no entanto, com a construção do Canal da Redenção, oficialmente inaugurado em 2002, o problema do abastecimento d'água foi resolvido.

Atualmente, o município não dispõe de hospitais, possui, contudo, uma Secretaria de Saúde e três postos médicos para atender toda população. Dos três postos médicos um se localiza na sede do município, outro no Distrito de Prensa e o terceiro na comunidade de Várzea do Cantinho.

Os procedimentos realizados nos postos médicos são, na sua maioria, de ordem clínica, primeiros socorros, vacinação e atendimento odontológico. A realização de procedimentos mais complicados, exames laboratoriais e, nos casos de urgência, os pacientes são encaminhados para Sousa, Campina Grande ou João Pessoa.

Um dos aspectos mais importantes hoje no município em relação à saúde é o Programa Saúde Família (PSF); um é programa federal de saúde que busca atender à população tendo em vista a aplicação de uma medicina preventiva, cujo objetivo é descentralizar os serviços de saúde da esfera hospitalar. Para realizar as ações do programa, o governo federal destina parte dos recursos e o restante é complementado pela prefeitura, com as verbas do Fundo de Participação do Município (FPM).

Em Aparecida a organização do PSF é realizada no posto médico da sede municipal e a equipe atua em todo o município, realizando um trabalho de mapeamento das famílias, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Assim, de acordo com a metodologia do PSF, o município foi dividido em duas grandes áreas (área urbana e área rural) e em cada área existe uma nova divisão em micro-áreas. No município existem atualmente quinze micro-áreas, das quais cinco localizadas na zona urbana e dez na zona rural.

Para realização desse trabalho o município conta com o serviço de médicos, profissionais graduados em enfermagem, auxiliares de enfermagem, além dos agentes de saúde que são os responsáveis pela pesquisa de campo e pelo cadastro das famílias. Na zona rural de Aparecida, foco principal da pesquisa em curso, o PSF atende atualmente a 57 localidades, com aproximadamente 2.817 pessoas, distribuídas em cerca de 754 famílias.

No tocante à educação, o município registrou em 2000 um total de 1.717 matrículas; deste total, 1.105 foram realizadas nas escolas municipais de ensino fundamental, sendo que o município conta, hoje, 19 estabelecimentos escolares distribuídos na sede municipal e na zona rural.

O restante dos alunos matriculados, no total de 612, foram matriculados na rede estadual que atualmente, mantém em funcionamento um estabelecimento de ensino fundamental. O município conta ainda com dois estabelecimentos de ensino da rede particular.

A taxa de alfabetização do município, incluindo-se pessoas com 10 anos ou mais de idade, está em torno de 66,20 %, o que corresponde a um total de 3.210 habitantes.

Como o município não possui escolas de ensino médio para atender ao alunado, grande parte desses alunos precisa se deslocar até a cidade de Sousa para terminar o segundo grau. O transporte dos alunos da zona rural para as escolas da sede municipal é feito por carros ou caminhões tipo “pau de arara” ou então de ônibus, no caso dos alunos matriculados no ensino médio em Sousa ou no ensino superior, na cidade de Cajazeiras. Todo o transporte escolar é custeado pela prefeitura local.

### 2.3.3 - Aspectos culturais

O município de Aparecida é considerado pelos habitantes como um celeiro cultural e várias são as manifestações artísticas e culturais desenvolvidas. O município possui instituições de arte e cultura e tem acervo histórico-cultural situado na Fazenda Acauã.

Para incentivar a cultura, Aparecida conta com a contribuição da Acauã Produções Artísticas (APC), entidade que mantém a Casa de Cultura Antônio Nóbrega, composta pela Biblioteca Poeta Eilzo Matos, a Rádio Acauã FM Comunitária, o Cine Clube Charles Chaplin, a sede da APC, Sala de Exposição Ariano Suassuna, o Bazar Cultural, além de inúmeras atividades desenvolvidas pelos artistas.

Com tradição cultural herdada dos tempos áureos da Fazenda Acauã, desenvolve-se em Aparecida uma cultura bastante identificada com a sua ruralidade, sinalizando a forte predominância dos contornos rurais no município.

Assim, os grupos de teatro e instituições culturais, como o Grupo de Teatro Amador de Aparecida (GTAA), Cia de Artes e Entretenimento Fabrício Ricardy, o grupo Juventude Progressista de Várzea do Cantinho, o Grupo Cultural Ariano Suassuna do Assentamento Acauã e os Jovens Unidos de Presa (JUP) entre outros grupos, desenvolvem atividades que buscam resgatar as raízes históricas do município, quer seja na literatura através da realização de festivais de poesia, a exemplo do Festival de Poesia e Prêmio Augusto dos Anjos (FESERP), quer seja no teatro e na valorização do folclore e das crenças religiosas, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural de Aparecida.

Contudo, mesmo com fortes contornos rurais, percebe-se que em Aparecida o processo de urbanização começa a ganhar contornos definidos a partir dos anos 90 e isso possibilitou uma série de modificações significativas no comportamento das comunidades rurais, como segue a análise de Oliveira Filho (2002, APENDICE B, p. 5)

Existe uma mudança. sim, no comportamento das comunidades rurais. A forma de plantar e de colher ainda é a mesma, agora o modo de vida das pessoas mudou muito. Antigamente as pessoas andavam a cavalo, de jumento; hoje em dia o pessoal anda de moto. aqui o pessoal tem trabalhado muito com moto, bicicleta. Os sítios de Aparecida, a grande maioria são eletrificados e isso ocorreu nos últimos dez anos. Então você chega na maioria das comunidades e o pessoal já têm sua televisão com sua parabólica, tem geladeira. A maioria das comunidades tem quadras dançantes, algumas têm sede social para as associações. Tem também time de futebol, quase toda comunidade tem seu time de futebol, o Assentamento Acauã tem um time de vôlei. Todas as comunidades hoje dispõem de transporte para os alunos estudarem; então existe uma facilidade muito grande para os nossos jovens estudarem, tanto aqui quanto em Sousa. Aqui até a 8ª série e a partir daí em Sousa e Cajazeiras.

Para os moradores de Aparecida a aptidão do município para a arte, a cultura e para diversificação dessa cultura, foi uma herança de Acauã, uma vez que a Fazenda sempre esteve presente nos principais momentos históricos do município, a exemplo da colonização, depois nos anos 30, no período do ciclo do algodão, e recentemente, quando tudo parecia adormecido, a fazenda abandonada é tomada pelos trabalhadores do movimento dos sem-terra, fazendo emergir no cenário de Aparecida um novo modelo de organização social.

O Assentamento Acauã recebeu esse nome por ter sido originado na Fazenda Acauã, localizando-se cerca de 1 km da antiga sede da fazenda, hoje conhecida como Patrimônio Acauã, tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado.

A história do Assentamento começou em 1995, quando trabalhadores sem terra de diversos municípios da região invadiram a Fazenda Acauã, que no período pertencia à família Clota Gadelha. No ano de 1996 a luta pelo direito à terra foi intensa e somente após sete expulsões e muita violência, os trabalhadores conseguiram a sua posse.

Em outubro de 1996 o INCRA concedeu a posse legal e definitiva da terra e, a partir daí, começou o trabalho de construção das casas. Logo após a posse foi criada uma associação comunitária, que passou a coordenar a compra do material e a construção das casas, em forma de mutirão. Após a construção das casas, no total de 114, iniciou-se o processo de eletrificação e de outras melhorias como escolas, abastecimento d'água e a construção da sede social da associação comunitária, que dispõe hoje de uma biblioteca e de um espaço cultural onde são realizados eventos como encontros de jovens, cursos, seminários, palestras e reuniões de trabalhadores.

O Assentamento Acauã é considerado, pelo INCRA, como um assentamento modelo no Estado da Paraíba, sobretudo pelas ações desenvolvidas. O assentamento tem realizado eventos, encontros e discussões a respeito da agroecologia, do uso dos agrotóxicos, das novas alternativas produtivas, ou seja, tem buscado novas discussões sobre a questão do desenvolvimento sustentável.

Para Oliveira Filho (2002, APÊNDICE A, p.10) o surgimento do assentamento foi um elemento ímpar na história de Aparecida, pois o mesmo passou a partir desse momento, a ter uma participação intensa nas atividades do município, principalmente nos aspectos relacionados à organização do movimento associativista, como seguem as considerações

O Assentamento mudou o panorama da vida de Aparecida, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, porque a partir daí o pessoal do Assentamento começou a participar das decisões da cidade e até mesmo a interferir nessas decisões. O ano passado, por exemplo, essa BR foi tomada três vezes, inclusive passou mais de vinte e quatro horas fechada pelos trabalhadores rurais do município, puxados pelos trabalhadores do Assentamento, reivindicando mais vagas na emergência, alimentação nos períodos de seca. Foi um pessoal que passou a fazer com que o Conselho de Desenvolvimento Rural do município passasse a existir. Forçaram a criação da União das Associações Comunitárias, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e tudo isso partiu da organização dos trabalhadores do Assentamento. E eles têm realizado eventos, encontros, discussões a respeito da questão da agroecologia, da questão do desenvolvimento sustentável, novas alternativas para trabalhar, a questão dos agrotóxicos e lá sempre está acontecendo alguma coisa, o pessoal é muito ativo, está sempre criando, sempre inventando alguma coisa e mudou assim o estilo de compreensão dos trabalhadores. Eu acho que o Assentamento foi o maior presente que esse município ganhou, porque foram 114 famílias a mais no município, a produzir, a discutir, a estudar, a gerar discussões no município.

A herança cultural herdada de Acauã, o turismo histórico e a atividade artesanal Aparecida são, na visão de Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B, p. 11) os aspectos mais importantes do município, pois o mesmo conta hoje com alternativas que vão além das tradicionais atividades agrícolas e que poderão, num futuro próximo, promover melhores condições de vida para os habitantes do município, como aponta:

A cultura de Aparecida é uma das coisas mais importantes que o município tem hoje, porque ela é uma promessa para o futuro. Eu vejo o turismo como a grande esperança. E nós temos o privilégio de termos um patrimônio histórico, nós temos pegadas de dinossauros, nós temos a questão do ecoturismo que trabalha ligado à arte e eu vejo isso como uma alternativa, inclusive uma alternativa econômica, uma alternativa de renda, via sua arte, que não seja só pelo prazer de fazer arte, mas se puder gerar renda melhor ainda, pois infelizmente a gente não consegue viver só de poesia, quem dera pudesse.

## 2.4 - Aspectos econômicos

### 2.4.1 - A agricultura

O curso de desenvolvimento do setor agrícola do Município de Aparecida segue em linhas gerais, as mesmas dinâmicas das demais regiões do Sertão paraibano e teve sua história marcada pelos movimentos desses ciclos de expansão e declínio.

No final do século XIX e início do século XX, assiste-se ao crescimento da cultura do algodão na região associada à atividade pecuária e à agricultura de subsistência, utilizando-se basicamente a mão-de-obra dos chamados “moradores” e “meciros”, assalariados e pequenos proprietários.

Parte da produção do algodão da região era beneficiada na Fazenda Acauã, já que a mesma possuía uma usina de beneficiamento de algodão e oiticica. O restante era escoado para outros locais do estado ou para outras regiões, já que Acauã era cortada por uma linha de trem no sentido Leste e Oeste, que ligava a região aos estados do Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com a diminuição dos rebanhos de bovinos e a crise do algodão, a economia do município no período posterior passou a ter, como base, a atividade agrícola, com predomínio da

agricultura familiar de subsistência, praticada de forma artesanal e com uso de ferramentas simples, como a enxada, e o arado puxado a boi.

Os principais produtos cultivados no município atualmente são milho, feijão, algodão herbáceo, arroz e cana-de-açúcar, além de culturas permanentes como banana, coco-da-baía, goiaba, manga.

As Tabelas a seguir apresentam, de forma mais detalhada, o comportamento de cada cultura nos anos de 1998 a 2001. De modo geral a produção do município acompanha as oscilações dos índices pluviométricos, sendo que o ano de 1998 foi um dos mais secos do período. O arroz, o feijão e o milho, principais responsáveis pela alimentação das famílias da zona rural, foram às culturas mais penalizadas pela falta de chuvas nesse período.

Soma-se ainda a esse quadro a redução substancial do preço pago ao produtor pela sua produção anual. O ano de 2001 é exemplar, pois essas três culturas não apresentaram produção no período.

A Tabela 1, que demonstra a produção do arroz no município, indica que o produto não consta entre as lavouras plantadas no quadro da produção agrícola municipal para o ano de 2001. Além das questões climáticas, que atingiram praticamente todas as lavouras temporárias do município, a explicação para falta de plantio do arroz, especificamente no ano de 2001, foi a construção do Canal da Redenção.

Como o produto é plantado nas várzeas dos rios que cortam o município, após construção do Canal da Redenção e a implantação do projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, as áreas próximas aos rios foram desapropriadas e os moradores impedidos de continuar o plantio do arroz uma vez que a área passou a ser preparada para o plantio de árvores frutíferas.

Já para a produção do milho e do feijão (Tabelas 4 e 5) as áreas foram plantadas; contudo, não houve produção agrícola em escala comercial, sendo a produção destinada apenas ao autoconsumo, não tendo sido registrada pelos órgãos locais de pesquisa.

Com relação à produção de banana (Tabela 6) embora a produção em 2001 tenha sido o dobro dos demais anos, houve queda considerável no preço pago ao produtor passando de R\$ 1.750 para R\$ 120 o preço correspondente a 1000 frutos. As demais culturas (Tabelas 2,3,8,9) não apresentam variações significativas, exceto o coco-da-baía (Tabela 7) que apresentou, nos anos de 2000 e 2001 um rendimento superior aos demais anos destacados na tabela, em função da idade dos coqueirais, que atingiram a maturidade produtiva.

## Lavouras Temporárias

**Tabela 1 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (arroz em casca)**

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Preço médio (R\$/t)	Valor (mil reais)
1998	15	0	0	0	0	0
1999	35	7	6	857	300	1.800
2000	40	40	50	1250	250	12.500
2001	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>47</b>	<b>56</b>			<b>14.300</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

**Tabela 2 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (cana-de açúcar não forragem)**

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Preço médio (R\$/t)	Valor (mil reais)
1998	20	20	250	1.250	19	4.750
1999	15	10	200	20.000	16	3.200
2000	5	5	120	24.000	35	4.200
2001	5	3	60	20.000	35	2.100
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>38</b>	<b>630</b>			<b>14.250</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

**Tabela 3 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (algodão herbáceo)**

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Preço médio (R\$/t)	Valor (mil reais)
1998	102	31	12	400	700	8.400
1999	85	15	12	800	700	8.400
2000	120	120	105	875	700	71.400
2001	95	95	38	400	700	26.600
<b>Total</b>	<b>402</b>	<b>261</b>	<b>167</b>			<b>114.8000</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

**Tabela 4 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (feijão-grão)**

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Preço médio (R\$/t)	Valor (mil reais)
1998	210	10	1	100	1.500	1.500
1999	250	50	15	300	900	13.500
2000	200	200	120	600	600	72.000
2001	180	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>260</b>	<b>136</b>			<b>87.000</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

**Tabela 5 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (milho-grão)**

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Preço médio (R\$/t)	Valor (mil reais)
1998	300	0	0	0	0	0
1999	300	60	30	500	260	7.800
2000	350	350	350	1.000	250	87.500
2001	300	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.250</b>	<b>410</b>	<b>380</b>			<b>95.300</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001.

### Lavouras Permanentes

**Tabela 6 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (banana)**

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (frutos/ha)	Preço médio (R\$/mil frutos)	Valor (mil reais)
1998	50	50	83	1.660	1.750	145.250
1999	45	45	77	2.200	1.750	134.750
2000	30	30	75	2.500	1.750	131.250
2001	30	27	540	20.000	120	64.800
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>152</b>	<b>775</b>			<b>476.05</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001.

**Tabela 7 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (coco-da-baía)**

<b>Anos</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade Produzida (mil frutos)</b>	<b>Rendimento médio (frutos/ha)</b>	<b>Preço médio (R\$/mil frutos)</b>	<b>Valor (mil reais)</b>
1998	100	100	950	9.500	350	332.500
1999	90	80	960	12.000	300	288.000
2000	80	80	1.920	24.000	180	345.600
2001	80	80	2.240	28.000	150	336.000
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>340</b>	<b>6.070</b>			<b>999.700</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

**Tabela 8 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (goiaba)**

<b>Anos</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (mil frutos)</b>	<b>Rendimento médio (frutos/ha)</b>	<b>Preço médio (R\$/mil frutos)</b>	<b>Valor (mil reais)</b>
1998	3	3	35	11.667	20	700
1999	3	3	90	30.000	55	4.950
2000	3	3	90	30.000	55	4.950
2001	3	3	18	6.000	200	3.600
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>233</b>			<b>14.200</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

Tabela 9 - Produção agrícola do município de Aparecida /PB – 1998/2001 (manga)

Anos	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (frutos/ha)	Preço médio (R\$/mil frutos)	Valor (mil reais)
1998	10	10	200	20.000	35	7.000
1999	4	4	300	75.000	45	13.500
2000	4	4	400	100.000	32	12.800
2001	3	2	13	6.500	300	3.900
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>913</b>			<b>37.200</b>

Fonte: PESQUISA agrícola do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 1998/2001

Além dos problemas climáticos enfrentados pelo município, um dos fatores que explicam o baixo rendimento das lavouras e que é comum à maioria dos pequenos agricultores do País, é a falta de recursos financeiros que possam ajudar o trabalhador a ampliar sua área de plantio ou mesmo investir em outras culturas mais adaptadas à seca.

Assim, até por falta de opção os produtores terminam plantado o feijão e o milho, pois os mesmos são a base de sustento da família. Para endossar a afirmativa, Oliveira Filho (2002, ,APÊNDICE B, p. 4) argumenta que

Na maior parte do município predomina o milho e o feijão. até por uma falta de incentivo. Existe a falta de incentivo e de novas políticas que possam incentivar o plantio de novas culturas. Agente tem criticado muito e os agricultores cobram muito isso. Por exemplo, todo início de ano os agricultores cobram a questão de corte de terra, a questão de sementes selecionadas, mas não existem subsídios, eles plantam por conta própria e existe o patrão ainda.

Um aspecto interessante a destacar sobre a organização da atividade agrícola no município de Aparecida, diz respeito ao Assentamento Acauã, localizado na Fazenda Acauã, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela desapropriação da terra, após uma série de invasões (num total de sete) dos trabalhadores sem-terra de municípios vizinhos.

Atualmente vivem em Acauã 118 famílias, que se dedicam à agricultura organizada, em base familiar; no entanto, uma prática comum no assentamento é o trabalho coletivo, organizado em regime de mutirão, onde os assentados se unem para fazer tarefas que requer uma quantidade maior de mão-de-obra. Esta prática é comum no assentamento, inclusive as próprias casas dos assentados foram construídas coletivamente, com recursos destinados pelo INCRA.

Segundo informações colhidas, o assentamento trabalha dentro de uma visão diferente que, inclusive, já está começando a se expandir para outras comunidades. São desenvolvidos no Assentamento projetos de apicultura e piscicultura, com ajuda de pequenos incentivos do INCRA e empréstimos do Banco do Nordeste, além de parcerias com ONGs, a exemplo da CPT. Outro projeto desenvolvido pelo Assentamento é o Projeto Mandala. A mandala é uma espécie de depósito ou tanque d'água em forma de círculo, com profundidade aproximada de 1,50m, cercado por uma tela de arame localizada no fundo do quintal das casas.

A mandala é abastecida com a água do rio, que também abastece as casas, e dentro das mesmas são criados peixes e animais, como patos e marrecos. Em torno da mandala e se utilizando água, que é trocada periodicamente, os moradores plantam legumes, verduras, frutas, hortaliças e ervas medicinais.

A filosofia do projeto não visa à produção numa escala comercial; o objetivo é que cada família consiga complementar sua alimentação, não sendo necessário comprar todos os itens citados, os quais complementam e torna mais nutritiva a alimentação da família.

Um outro elemento presente no cenário agrícola do município de Aparecida é hoje o chamado Canal da Redenção, iniciada a fase de estudos em 1995 e efetivamente concluído em 2002. O Canal da Redenção fez parte de um projeto mais amplo do então governador do Estado, José Targino Maranhão, intitulado Planos das Águas, cujo objetivo é abastecer as principais cidades do Sertão paraibano, assim como realizar projetos de irrigação que estimulem a produção de frutas ao longo da extensão do Canal.

O município de Aparecida está inserido no Projeto denominado Irrigação das Várzeas de Sousa, criado com o objetivo de utilizar eficientemente os recursos disponíveis, diversificar a produção frutífera e agroindustrial, com rentabilidade e produtividade, além de resolver o problema da distribuição da água, tanto para as comunidades rurais quanto para a zona urbana.

As primeiras pesquisas e estudos sobre a região de Coremas e Aparecida, para a implantação do Canal, foram realizadas em 1995, em meio às desconfianças da população que não acreditava que a obra fosse realmente implantada, devido às inúmeras promessas até então não realizadas, como segue o depoimento de Oliveira (2002, p. 7):

Em 1995, técnicos do governo da Paraíba intensificaram estudos e levantamentos na região de Coremas e Aparecida (Várzea do Cantinho) onde iniciaram as obras do Canal da Redenção, ainda desacreditada pelos moradores da região. As obras tiveram sequência e o governador passou a usar o Canal como fonte de bônus político. Quando as águas dos Açudes Estevão Marinho e Mãe D'água chegaram à Fazenda do Pintado, por força da gravidade, muitos ainda não acreditavam no desenvolvimento do resto do projeto. O então governador José Maranhão obteve uma aprovação jamais vista no Sertão paraibano, graças às obras do Canal. Era a "redenção" do Sertão. Com a chegada das águas, vários proprietários foram beneficiados.

O Canal, que sai de Coremas e se estende até a Fazenda do Pintado, tem 37 km de extensão e 3,00m de largura, vazão de 4m<sup>3</sup>/s, 20 sifões com 260,00m de comprimento, tubos com diâmetro de 2,00m e espessura do aço de ½ polegada.

Em sua extensão há três túneis: o primeiro com 270,00m, o segundo com 160,00m e o terceiro com 1580,00m, totalizando 2010,00m de túneis no Canal de Coremas a Aparecida.

Segundo Oliveira (2002, p. 9) "foram gastos cerca de 42 milhões de reais, dos quais 22 milhões foram investidos pelo governo do Estado e 20 milhões pelo governo Federal, na primeira fase do projeto, ou seja, apenas para o Canal jogar água até a Fazenda do Pintado".

Em seguida, mais 98 milhões foram investidos na construção da barragem para captação das águas, estação de bombeamento, reservatório de distribuição das águas por gravidade, distribuição de tubulação pela área do projeto e indenizações aos proprietários dos cinco mil hectares de terras desapropriadas, no total de cerca de 140 milhões de reais.

Foram envolvidas, na área de desapropriação, cerca de 100 famílias: 56 famílias da Várzea do Cantinho e as restantes distribuídas pela região. A maioria dos pequenos proprietários recebeu uma quantia irrisória que mal dá para sua sobrevivência nos próximos anos. Um dado preocupante e que, com certeza, irá fazer com cresça o número de famílias desabrigadas e marginalizadas da região.

Segundo Manuel Garrido, um dos conhecedores das particularidades do projeto e também morador da Várzea do Cantinho, a parte social do projeto visa à construção de uma agrovila para reassentar as famílias que foram desapropriadas; entretanto, ainda não existe muita

segurança quanto à concretização desta parte do projeto, pelos moradores da localidade, que dizem só sair de suas casas quando a agrovila estiver construída e com condições estruturais capazes de receber a população total da comunidade.

A bandeira de luta da comunidade, no momento, é o desejo de que o Estado cumpra o compromisso, para que os mesmos possam continuar na zona rural, participando do projeto.

A maioria das famílias de Várzea do Cantinho se inscreveu para a aquisição de lotes, mas a qualificação, um dos pré-requisitos exigidos pelo Estado, acabou por eliminar quase todas as famílias cujos membros, na maior parte, só possuem a instrução básica.

Do ponto de vista econômico, Oliveira (2002) destaca que o projeto poderá gerar cerca de 15 mil empregos diretos e 30 mil indiretos. Sua produção anual deverá ser de aproximadamente 100 mil toneladas de frutas, gerando uma receita anual de 50 milhões de reais.

Atualmente há um lote modelo concluído com plantações de mangueiras, gravioleiras e pinheirais. Serão ainda implantados vários tipos de fruticultura, como a uva, a pinha (fruta do conde), a manga, a graviola, a goiaba, o maracujá, o melão e a melancia. Inicialmente, a plantação será consorciada, ou seja, serão cultivadas duas espécies de frutas numa mesma área.

A distribuição dos lotes será realizada da seguinte forma: 16 lotes para técnicos agrícolas, três para grandes empresas que se instalarão na região e que ainda não foram definidas e 70 para reassentamento dos moradores da área do projeto. Essas empresas se encarregarão de comprar toda a produção, que será destinada à União Européia e Mercosul. A perspectiva de irrigação, até o fim de 2002, é de 1.350 hectares, em sistema de irrigação localizada, considerado o melhor e o mais econômico do mundo.

Os impactos ambientais ainda estão sendo avaliados por técnicos do IBAMA. No momento, é impossível precisar quais serão os danos causados ao ambiente pelo projeto. Sabe-se que todas as culturas da região serão devastadas para implantação das novas e que milhares de carnaubeiras, planta típica da região, serão derrubadas. Também sumirão da paisagem de Várzea do Cantinho dezenas de bananeiras e coqueirais, pois segundo os técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado, essas culturas estão contaminadas. As bananeiras, de acordo com o laudo técnico, estariam infectadas com o mal do Panamá e os coqueirais, com o anel vermelho e podem terminar por prejudicar as culturas desenvolvidas nas áreas destinadas ao projeto.

O projeto implantado através do Canal da Redenção levanta questionamentos, controvérsias e também muitas incertezas quanto ao seu sucesso futuro, pois, como o mesmo é cercado por questões políticas, tendo sido o “carro chefe” de todo o governo de José Maranhão amplamente explorado pela sua equipe de marketing, quando o mesmo concorreu às reeleições em 1998.

No entanto, como os resultados das eleições de 2002, não foram favoráveis ao grupo de José Maranhão, teme-se que o atual governador, Cássio da Cunha Lima, não se empenhe no sentido de tocar uma obra que foi projetado numa gestão anterior, ficando assim os agricultores à mercê das decisões e conjecturas políticas.

Neste sentido existem dúvidas em relação ao futuro do projeto. Oliveira Filho (2002, , APÊNDICE B, p. 5) destaca sobre a questão que

Tem essa grande esperança que é o Canal da Redenção, que na verdade é meio uma incógnita pra gente, pois o Canal pode trazer um monte de benefícios, mas pode trazer também um monte de prejuízos, mas que no geral vai trazer água, que é o que os agricultores costumam dizer, que falta água para expandir a agricultura irrigada.

Quanto aos moradores de Várzea do Cantinho, uma comunidade que é parte essencial da história do município de Aparecida, as preocupações são maiores, pois, os mesmos serão diretamente atingidos pelas obras do Canal da Redenção sem se quer terem sido ouvidos durante a fase de estudos preparatórios para a implantação do projeto.

Pelas análises realizadas, destaca-se que todas as decisões foram tomadas de cima para baixo, uma metodologia que sempre tem imperado nos processos de decisão, talvez herança dos tempos coloniais e que se perpetuou ao longo da história e das ações de planejamento do País, ações estas gestadas e efetivamente implantadas, sem se levar em consideração às necessidades e o saber fazer das pessoas de cada comunidade, sem a orquestração dos interesses locais e sem a organização dos seus atores sociais.

Os moradores de Várzea do Cantinho serão obrigados a abandonar a localidade e deixar para trás a história dos seus antepassados e parte de suas próprias histórias, tendo que abandonar tudo e viver em outro local, com um estilo de vida diferente.

Um dos personagens da história de Várzea do Cantinho é o Sr. José Alves de Oliveira (Zé Ogeno) que, após ter morado 80 anos na zona rural, trabalhando na agricultura e na pecuária, foi obrigado a deixá-la e ir morar no centro urbano de Sousa. Segundo Oliveira (2002) sua tristeza foi visível num dos relatos sobre a história da comunidade feito ao autor, quando as lágrimas rolaram ao lembrar os seus bons tempos quando não se falava em desapropriação, ou Canal da Redenção.

Oliveira (2002, p. 8) também morador da comunidade, conclui poético em seu trabalho de pesquisa

Nos últimos dois séculos a comunidade de Várzea do Cantinho esteve para os seus filhos como um porto seguro. As máquinas do progresso que ora destroem os sonhos construídos ao longo de sua história, não sabem e jamais saberão o que aquele oásis da planície do Rio Piranhas significou e significa para os seus moradores e admiradores. Aquele pedaço de terra, encravado no meio do Sertão, significa para os seus, a própria vida.

#### 2.4.2- A pecuária

Da atividade criatória, em grande escala de gado bovino, que marcou os tempos do povoamento da região, pouco restou no município.

A atividade pecuária baseia-se na criação extensiva de bovinos de corte e leite, caprinos, ovinos e aves de capoeira (galinhas, guinés, perus e patos) sendo que a produção é quase que inteiramente destinada ao autoconsumo. A raça bovina de maior destaque no município é o mestiço de zebu europeu. As tabelas abaixo apresentam os dados da pesquisa da pecuária municipal para os anos de 2000 e 2001.

**Tabela 10 - Pesquisa pecuária do município de Aparecida/PB - 2000/2001 (produção de leite e ovos)**

<b>Quantidades</b>	<b>Vacas ordenhadas (cabeças)</b>	<b>Leite (litros)</b>	<b>Ovos (dúzias)</b>
2000	716	231.984	15.450
2001	680	367.200	14.316
<b>Total</b>	<b>1.396</b>	<b>599.184</b>	<b>29.766</b>
<b>Preço médio pago ao produtor (R\$)</b>			
2000	-	0.35	1.00
2001	-	0.35	1.40
<b>Total</b>		<b>0.70</b>	<b>2.40</b>

Fonte: PESQUISA pecuária do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 2000/2001

**Tabela 11- Pesquisa pecuária do município de Aparecida/PB – 2000/2001(número de aves e suínos)**

<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade (cabeças)-2000</b>	<b>Quantidade (cabeças)-2001</b>
Galos, frangos e pintos	4.321	154.312
Galinhas	2.575	2.386
Outros porcos e porcas	135	143
Porcas criadeiras	90	97
<b>Total</b>	<b>7.121</b>	<b>156.938</b>

Fonte: PESQUISA pecuária do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 2000/2001

**Tabela 12 - Pesquisa pecuária do município de Aparecida/PB – 2000/2001 (número bovinos, eqüinos, asininos, muares, caprinos e ovinos)**

<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade (cabeças)-2000</b>	<b>Quantidade (cabeças)-2001</b>
Bovinos	2.864	2.720
Eqüinos	118	114
Asininos	116	98
Muares	75	72
Caprinos	3.129	3.692
Ovinos	1.041	1.155
<b>Total</b>	<b>7.343</b>	<b>7.851</b>

Fonte: PESQUISA pecuária do município de Aparecida – Banco de dados do IBGE, 2000/2001

Como se pode observar nas Tabelas demonstrativas, a criação de animais hoje no município é pequena, sendo uma atividade de complementação da renda dos pequenos proprietários, atendendo basicamente aos consumidores locais.

Na Tabela 10, observa-se que ocorreu uma variação significativa da produção de leite decorrente de melhorias do rebanho leiteiro, em virtude de uma melhor alimentação, mas não houve aumento no preço médio do produto nos últimos dois anos.

Quanto à produção de ovos, também discriminada na Tabela 10, constatou-se um aumento de 150.000 mil cabeças de frangos e pintos, em virtude da instalação de uma granja no município, além de um aumento considerável do preço médio pago ao produtor no ano de 2001, que corresponde a 40%.

Nos rebanhos de bovinos, eqüinos, asininos e muares, observa-se queda no número de cabeças no período analisado, assim como no número de cabeças de galinha. Esta queda reflete, sobretudo, os longos períodos de estiagem, pelo fato de reduzirem as pastagens, bem como a produção de milho.

### 2.4.3 - O artesanato

A atividade têxtil artesanal, mais especificamente o crochê, começou a ser desenvolvido na região desde a época do povoamento, como mostra Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B, p. 5-6)

... o crochê começou no início do povoamento, com os retirantes que passavam aqui e ficavam embaixo de umas oiticicas que ficavam às margens do Rio do Peixe, fazendo crochê. Então, as mocinhas da época começaram a ver essas senhoras fazendo crochê e aprenderam por curiosidade. Depois, começaram a fazer em casa muito mais por ocupação.

No início, a produção era pequena, atendendo somente às encomendas das cidades mais próximas e empregando apenas mulheres na confecção dos artefatos de crochê e na fabricação das redes, não se configurando como atividade de destaque na região, porém com o fim do ciclo do algodão, a economia da região perde seu dinamismo, restando somente a atividade agrícola de subsistência, como alternativa.

Como esse período também foi marcado por secas constantes, sentiu-se a necessidade de organizar uma atividade que não dependesse exclusivamente das chuvas e neste sentido, a opção encontrada pela população do município de Aparecida foi investir no desenvolvimento do trabalho artesanal com linhas, couro, tecido e palha, cujo processo teve início no final dos anos 50, tendo sido a forma encontrada pelos habitantes para complementar a renda agrícola, ou seja, foi uma estratégia de sobrevivência da população nos períodos de seca, quando atividades agrícolas eram insuficientes para manter o sustento da família.

No início, o trabalho artesanal envolvia basicamente a fabricação de vassouras, cestas, cestos e chapéus, utilizando-se a palha da carnaúba, abundante na região, além da mão-de-obra feminina; entretanto, com o passar dos anos e devido à falta de ocupação nas atividades agropecuárias, os homens também passaram a realizar o trabalho de artesanato, auxiliados pelas crianças, como forma de aumentar a renda familiar e atender à demanda das encomendas.

O grande difusor da atividade artesanal no município no período foi o senhor João Gomes que, juntamente com sua família, fabricava vassouras e bordados em tecidos.

O artesanato têxtil como atividade econômica consolidada no município, data dos anos 80 e foi fortemente influenciada por dois fatores.

O primeiro se relaciona com a própria tradição do município na fabricação do crochê, responsável pelo acabamento final da rede, a chamada varanda e o segundo aspecto refere-se ao fato de Aparecida localizar-se próximo a São Bento, outro município do Sertão paraibano especializado na confecção de redes, mantas, fios de algodão e náilon e que fornece a matéria-prima para o município de Aparecida. Sobre esses fatores, Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B p. 8) comenta

...acredito que o desenvolvimento foi mais ligado a essa questão do comércio de São Bento. À medida que o comércio aumentou, aumentou as facilidades para produzir, aumentou o número de artesãos, porque o pessoal começou a comprar o tecido em São Bento, então já fazia duas redes, já saía vendendo, já comprava o fio, já fazia uma varanda, uma almofada, já fazia uma colcha de cama. Então eu acho que esse pólo de São Bento contribuiu. Foi uma junção do saber fazer das pessoas, com as facilidades da matéria-prima. Então é essa junção, São Bento facilita a matéria-prima e Aparecida faz essa parte de acabamento.

Os produtos fabricados no município de Aparecida são vendidos no próprio estado, com destaque para a cidade de São Bento e a capital João Pessoa. As redes de Aparecida também possuem uma aceitação muito grande em outros estados, além de já terem sido exportadas para o exterior.

No município o comércio é realizado em lojas espalhadas pela cidade e também no Centro de Comercialização de Artesanato, ou Shopping das Redes, prédio cedido pelo Governo do Estado na primeira gestão de José Maranhão, para o comércio dos produtos, localizado no centro da cidade, cortada pela BR-230. O período de maior produção compreende os meses de outubro a janeiro, época em que o fluxo de turistas em direção ao litoral e a outras cidades da região é mais intenso.

Atualmente, o processo produtivo ainda é organizado tendo como base a família, sendo também ainda comandado quase inteiramente pelas mulheres, que trabalham desde a confecção da varanda, da franja, do cordão, até a montagem da rede. Aos homens fica reservada a parte de compra da matéria-prima e venda do produto fora da cidade.

Contudo, nos últimos anos e de acordo com depoimentos e visitas ao município durante a pesquisa de campo, constatou-se que os homens estão rompendo a barreira do preconceito e se têm dedicado ao trabalho de fabricação das varandas das redes.

No Sítio Extrema, localizado a cerca de 10 Km da sede do município, é comum encontrar-se homens que se dedicam quase que exclusivamente ao crochê e que, juntamente com os demais membros da família, transformam o domicílio numa unidade de produção.

Do ponto de vista das relações sociais, a chegada do artesanato representou uma alteração nas relações de poder no seio da família aparecidense, devido à posição de comando que a mulher passa a ter a partir desse momento, uma vez que ela passa, também, a ser responsável pelo sustento da casa. Para Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B, p. 7-9) a chegada do artesanato foi o grito de libertação das mulheres de Aparecida, como destaca a análise

Eu vejo o artesanato daqui como uma espécie de "carta de alforria" para as mulheres. Ele é muito bem visto pelas mulheres, porque as mulheres passaram a controlar, em muitos casos, a economia doméstica porque elas ganhavam mais dinheiro que o marido. Enquanto o marido estava na roça produzindo o feijão e o arroz, elas em casa estavam produzindo a rede, então estavam melhorando a renda familiar. Se você for observar hoje, acho que as mulheres ainda predominam nessa questão da fabricação das redes. Se você chega ali no Shopping das Redes, você vai ver que a maioria das lojas pertence a mulheres e elas falam com muito mais autoridade do que os próprios homens, em relação à fabricação, em relação a preços. Foi a partir daí que as mulheres passaram a ocupar mais espaços, a sair da cozinha e passaram também para o comércio.

A aceitação da atividade artesanal no município foi muito grande, pois significou uma nova opção de renda para o município completamente em crise, devido às secas constantes. A melhoria nas condições de vida dos artesãos, na paisagem e nos costumes do município, segundo depoimentos, é visível nos últimos anos, como segue a descrição

...a partir daí a cidade evoluiu. Por exemplo, parte dos prédios hoje, o prédio da Câmara, da prefeitura, mercadinhos, são de propriedade de um artesão, que foi inclusive um dos pioneiros no trabalho de artesanato. Melhorou a própria paisagem, as casas, os estilos de vida das pessoas. O pessoal começou a possuir veículos, a trabalhar melhor a própria aparência da cidade, dos prédios. Você chega na zona rural e você vai encontrar as mulheres fazendo crochê, a varanda, a rede, preparando a rede e trazem e vendem aqui no final de semana, no domingo (OLIVEIRA FILHO, 2002, APÊNDICE B, p. 7-8).

No entanto, apesar da grande importância que possui hoje a atividade artesanal no município, a produção não possui nenhum incentivo, nem do governo municipal, nem do governo do Estado, exceto a construção do Shopping das Redes, no início dos anos 90, no então governo de Antonio Mariz.

Quanto à questão da organização das atividades na esfera coletiva, os artesãos fundaram nos anos 90 a Cooperativa dos Artesãos de Aparecida (COOAAP) que era a grande esperança dos artesãos na época. A COOAAP tinha como objetivo organizar a atividade artesanal no município, além de elaborar projetos no sentido de conseguir financiamentos, desenvolvimento da produção e a comercialização.

Infelizmente, a Cooperativa não obteve êxito durante seu período de atuação, apesar dos esforços e dos inúmeros projetos enviados ao governo do estado e ao Banco do Nordeste, para obtenção de recursos.

Depois desses insucessos, a Cooperativa entrou em crise e, inclusive, de descrédito por parte dos associados, sendo extinta em 1996.

Recentemente tentou-se a criação de uma associação dos artesãos; contudo, a preocupação maior é no sentido de organizar o Shopping das Redes. Segundo Oliveira Filho (2002, APÊNDICE B, p. 7) outra causa dos insucessos das cooperativas e associações é a resistência dos artesãos em trabalhar coletivamente, como enfatiza

Uma das grandes dificuldades que a gente tem por aqui é organizar com os artesãos. Eles teimam e insistem em trabalhar individualmente. É um trabalho de base familiar, então eles preferem trabalhar entre a família mesmo e não sei por que existe uma resistência muito grande para a formação de cooperativas e associações. Na própria organização do Shopping ali, desde que foi fundado que a gente tem insistido em dar um caráter mais organizativo, até para atrair os turistas, mas eles têm resistido muito em relação a isso.

Outro fator preocupante em relação à atividade artesanal no município é a qualidade dos produtos. Houve um período em que, devido a demanda pelos produtos do município ser intensa, os artesãos foram incentivados a produzir em larga escala, principalmente para atender ao mercado de São Bento, que compra os produtos de Aparecida e realiza somente o trabalho de etiquetar as mercadorias.

Segundo depoimentos, numa etapa posterior a venda dos produtos caiu um pouco em função da qualidade, pois passaram a cobrar mais qualidade nos produtos fabricados, sendo que somente alguns artesãos da cidade conseguiram permanecer com uma produção mais ampla, devido à qualidade dos produtos.

De acordo com os dados da última pesquisa direta do SEBRAE/PB, o município de Aparecida conta com 117 estabelecimentos distribuídos nos ramos industriais, comercial e de serviços (Tabela 13) sendo que nem todos os estabelecimentos são empresas do ponto de vista formal uma vez que não possuem registro junto às instâncias responsáveis.

O ramo industrial é o que compreende o maior número de estabelecimentos, somando um total de 73 estabelecimentos. O comércio registra apenas 6 estabelecimentos, não tendo sido contabilizadas pela pesquisa as pessoas que se dedicam à venda individual ou, então, nas feiras livres das cidades vizinhas.

No tocante ao ramo de serviços, foram identificados 36 estabelecimentos pela pesquisa do SEBRAE, número que, possivelmente está defasado, mas os únicos disponíveis até a data de realização da pesquisa em questão.

**Tabela 13 - Número e distribuição das empresas de artesanato do município de Aparecida/PB - 1996**

<b>Ramo de atividade</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>
<b>Indústria artesanal</b>	
Bordados	01
Couros	02
Couros/ madeiras	01
Crochês	04
Pinturas	09
Redes	49
Vassouras de palha	07
<b>Comércio</b>	
Artesanato	04
Redes	02
<b>Serviços</b>	
Acabamento de redes	13
Costureiras	23
<b>Total</b>	<b>115</b>

Fonte: Pesquisa direta SEBRAE/PB - julho/96

Além dessas empresas, existem no município, dezenas de famílias que se dedicam à atividade artesanal, uma vez que a confecção da rede é um processo que se divide em seis etapas. Na primeira etapa corta-se e desfia-se o tecido; em seguida faz-se a bainha; depois se prega as franjas e as varandas, sendo que a última etapa é o empunhamento.

Essas etapas são realizadas por pessoas diferentes, cada uma com sua especialidade, sendo também que a fabricação das franjas e das varandas se realiza num outro processo.

Geralmente as franjas e as varandas são compradas pelos comerciantes responsáveis pela organização da produção, ou seja, são os mesmos que contratam as costureiras, desfiadeiras e baieiras e que recebem a remuneração de acordo com a produção.

As famílias que se dedicam ao processo de fabricação das redes e outros artefatos do artesanato aparecidense e que também são responsáveis pela organização das empresas do ramo artesanal, possuem, na sua maioria domicílio na sede do município.

A fabricação das varandas das redes, no entanto, é realizada também por pessoas com domicílio rural, que trabalham por conta própria ou então no sistema de meia, ou seja, os comerciantes fornecem a linha e a produção é dividida em partes iguais.

Neste sentido, o capítulo subsequente do trabalho em questão realizará uma leitura mais detalhada sobre as ocupações e a renda das famílias com domicílio rural do município de Aparecida, destacando-se aspectos relativos aos tipos de ocupação, composição das rendas, estrutura dos domicílios e, sobretudo a participação efetiva das rendas não agrícolas, capitaneadas pela atividade têxtil artesanal, na renda monetária das famílias rurais do município.

## Capítulo III

### A face dos números - uma análise quantitativa sobre as atividades e rendas agrícolas e não agrícolas do município de Aparecida - PB

Os dados do Projeto Rurbano mostram que, em todo o País, houve uma redução na participação de pessoas ocupadas na agricultura, no período 1992/97. Por outro lado, nesse mesmo período, observou-se um crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. Em 1997, do total de 14,1 milhões de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, cerca de 4 milhões estavam atuando em atividades não agrícolas (...) Mesmo na Região Nordeste, que supostamente é essencialmente agrícola, 25% das pessoas ocupadas no meio rural estão envolvidas em atividades não-agrícolas (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

Embasados na hipótese de que o comportamento do emprego dos residentes nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias pretende-se, nesta sessão do trabalho destacar os elementos que caracterizam a realidade rural do município de Aparecida, identificando as principais ocupações dos residentes rurais e o peso das rendas agrícolas e não agrícolas na composição da renda das famílias, no período específico de janeiro a setembro de 2002.

Outro aspecto que se pretende destacar é a importância das aposentadorias e outras transferências na composição da renda das famílias com domicílio rural de Aparecida, uma vez que, segundo Delgado (apud SILVA, J.G.da, 1999a, p.113) “o programa de seguridade social rural (...) representa hoje o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural”.

### 3.1 - Aspectos metodológicos da pesquisa

Os dados coletados e que viabilizaram análises mais detalhadas sobre o perfil ocupacional da PEA rural do município de Aparecida, foram colhidos através de uma pesquisa de campo realizada nos meses de outubro e novembro de 2002.

Para a realização da pesquisa de campo, o trabalho realizado pelo Programa Saúde da Família do município de Aparecida, através da Secretaria de Saúde e dos agentes de saúde, foi de extrema importância, pois possibilitou um conhecimento melhor sobre as comunidades que seriam visitadas durante o trabalho de coleta dos dados.

Neste sentido, o caminho adotado após a estruturação teórica e histórica do trabalho foi a consulta aos agentes de saúde para a obtenção dos dados sobre o número de pessoas com domicílio rural e a localização dos respectivos domicílios, uma vez que o PSF realiza o cadastramento das pessoas residentes no município e o divide em duas áreas: a área urbana e a área rural, sendo que cada área ainda é subdividida em micro-áreas conforme a localização dos domicílios.

De posse dos dados, a amostra foi definida tendo por base uma população rural de aproximadamente 2.817 pessoas, agrupadas em 754 famílias e distribuídas em 36 localidades e 10 micro-áreas; contudo, que o município possui 57 localidades<sup>5</sup>, mas nem todas fizeram parte da amostra, devido à falta de dados.

O dimensionamento da amostra do trabalho de pesquisa foi realizado com a orientação do Professor Henrique Neder, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Em um universo de 2.817 pessoas e 754 famílias e se levando em consideração as restrições orçamentárias, definiu-se uma amostra de 75 famílias, com um nível de confiança de 0,80% e um erro amostral de 0,07%, erro este compensado, uma vez que a amostra foi esterificada proporcionalmente ao número de famílias em cada micro-área, possibilitando obter-se estimativas com maior precisão.

---

5 - Sítios: Angicos, Angélica, Belém, Serra Azul, Verdes, Pascoal, Estreito, Assentamento Acauã, Patrimônio Acauã, Sítio Riachão, Sítio Aba da Serra, Várzea do Cantinho, Várzea do Menino Jesus, Distrito de Prensa, Sítio Dois Riachos, Sítio Balsa, Sítio Murinho, Sítio Extrema Caian, Sítio Faustina I, Faustina II, Tabuleiro de Cima, Tabuleiro de Baixo, Boa Morte, Juazeirinho, Xique-Xique, Serrinha, Gatos, Santa Clara I, Santa Clara II, Alagoinha, Sítio Juazeirinho, Angico Torto, Riacho do Barro, Timbaúba, Triunfo, Barra, Floresta, Alegre, Veneza, Carnaubinha, Gado Bravo, Estorinho, Gurgéia, Riacho Fechado, Várzea da Prensa, Várzea da Cruz, Taperoá, Baixo dos Alípio, Boi Morto, São Bento, Guritiba, Várzea de Dentro, Pintado, Várzea do Pintado, Várzea da Ponte e Massapé

Para a distribuição proporcional empregou-se a fórmula:  $n_k = n \times N_k / N$  em que:  $n_k$  é o número de unidades amostrais (famílias) na micro-área  $k$ ;  $n$  é o tamanho da amostra (75),  $N_k$  é o número de unidades (famílias) na população e na micro-área  $k$  e  $N$  é o número de famílias na população (754).

A unidade básica de amostragem é o domicílio rural particular permanente, o qual pode abrigar qualquer tipo de morador, sejam estes agricultores aposentados, empresários, bóias-frias e caseiros, entre outros cujo relacionamento pode estar ligado por laços de parentesco, dependência doméstica ou ainda, por normas de convivência.

A determinação das famílias que comporiam a amostra foi feita aleatoriamente através de um sorteio, sendo as chances de participação igual para qualquer família da população. Este procedimento foi adotado para garantir que cada domicílio tivesse a mesma probabilidade de participar da amostra garantindo, assim, a aleatoriedade.

Para realização do sorteio a Secretária de Saúde do município disponibilizou os cadastros das famílias, que contêm, além dos dados sobre os residentes, aspectos relacionados à infra-estrutura do domicílio.

Definida a amostra, os testes e ajustes do questionário foram realizados em setembro de 2002. Os testes foram realizados no município de Soledade, localizado no Cariri paraibano, que apresenta algumas características comuns com o município de Aparecida devido às questões climáticas.

Quanto aos ajustes no questionário, os mesmos foram realizados principalmente em relação às datas, uma vez que o questionário enviado pelo Projeto Urbano tinha como referência o período de outubro de 2000 a setembro de 2001. Para melhor se adaptar às condições da realidade em estudo e ao calendário agrícola da região, o período de referência sugerido compreendeu os meses de janeiro a setembro de 2002. As eventuais dúvidas surgidas durante a pesquisa de campo foram esclarecidas com o auxílio do manual do entrevistador (ANEXO B) disponibilizado pela equipe do Projeto Urbano.

Para realização da pesquisa de campo utilizou-se o questionário para Pesquisa Local por Amostra e Domicílio Rural (PLADR) elaborado pela equipe do Projeto Urbano da Universidade de Campinas. Um dos objetivos da Fase - III do projeto é justamente realizar alguns trabalhos de campo (estudos de caso) com vistas a qualificar melhor as tendências apontadas nos dados secundários em relação às ocupações e renda das famílias rurais e agrícolas de algumas regiões do País.

O questionário do Projeto Rurbano destaca entre outros aspectos a descrição demográfica dos residentes nos domicílios rurais; o perfil ocupacional das pessoas com 10 anos ou mais de idade, tanto na ocupação principal quanto na ocupação secundária; a especificação da(s) ocupação(ões) e fonte(s) de renda das pessoas; e quesitos relativos à estimativa das rendas variáveis das atividades agrícolas e não agrícolas e infra-estrutura do domicílio/estabelecimento.

A fase de aplicação dos questionários transcorreu sem maiores dificuldades, uma vez que as localidades visitadas eram de fácil acesso e o contato com a população foi facilitado pela presença dos agentes de saúde, que intermediavam as visitas.

Os entrevistados não ofereceram resistência quando abordados para a entrevista e nem se percebeu imprecisão nas respostas, por má fé. Terminada a fase de aplicação dos questionários, iniciou-se o período de revisão dos dados, correções, cálculos e a tabulação dos dados propriamente ditos. Contou-se, nesta fase, com o auxílio do pesquisador Professor Mauro Eduardo Del Grossi, do Instituto Agrônomo do Paraná, que realizou o trabalho de conversão de parte dos dados da pesquisa para o programa Excel.

Objetivando-se um melhor conhecimento sobre as condições de vida dos residentes rurais de Aparecida, obtidos com a pesquisa de campo, destacam-se na análise dos dados a seguir, aspectos relativos aos domicílios, estrutura agrária, perfil ocupacional, estrutura do emprego no município e rendas provenientes de cada ramo de atividade.

## **3.2 - Configurações e especificidades do espaço rural de Aparecida**

### **3.2.1 - Caracterização dos domicílios rurais e estrutura agrária**

Para melhor caracterizar os elementos que compõem a realidade rural do município de Aparecida, faz-se necessário descrever as características do universo da pesquisa, para que se possa, a partir dos dados da amostra, compreender melhor suas especificidades.

A zona rural do município de Aparecida é composta por um assentamento rural, criado em 1996, uma área tombada pelo patrimônio histórico do Estado, devido a uma série de edificações surgidas ainda no século XVII, um distrito e dezenas de sítios relativamente próximos uns dos outros; entretanto, diferentes entre si, sobretudo em função da localização

(alguns ficam próximos ao Rio do Peixe e Rio Piranhas), da organização social e também da organização das atividades econômicas.

Dos domicílios sorteados, 7 se localizavam nos Sítios Angicos, Pascoal, Belém, Formigueiro e Verdes (micro-área 6); 15 pertenciam ao Assentamento Acauã e ao Patrimônio Acauã (micro-área 7); 14 se localizavam nos Sítios Aba da Serra, Várzea do Cantinho e Várzea do Menino Jesus (micro-área 8); 10 no Distrito de Prensa (micro-área 9); 8 pertenciam ao Sítio Extrema (micro-área 10); 11 aos Sítios Faustina e Taboleiro (micro-área 11) e 10 se encontravam nos Sítios Riacho do Barro, Angico Torto, Juazeirinho, Timbaúba e Alegre (micro-área 12).

No que diz respeito aos domicílios que compuseram a amostra, a Tabela 14 registra algumas características a respeito dos seus membros.

**Tabela 14 - Descrição demográfica dos membros do domicílio da amostra, segundo gênero e parentesco, Aparecida/PB - 2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>Idade média (anos)</b>
<b>Números de famílias da amostra</b>	<b>75</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de membros das famílias</b>	<b>294</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>
<b>Chefes de família</b>	<b>75</b>	<b>25,51</b>	<b>47</b>
<b>Demais membros da família</b>	<b>219</b>	<b>74,49</b>	<b>25</b>
Cônjuges	68	23,13	42
Filhos	134	45,58	14
Homens	65	48,51	17
Mulheres	69	51,49	14
Outros parentes	17	5,78	42
<b>População residente com idade &gt; 10 anos</b>	<b>242</b>	<b>82,31</b>	<b>-</b>
<b>População residente com idade &lt; 10 anos</b>	<b>52</b>	<b>17,69</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O universo pesquisado é composto por 294 pessoas residentes, sendo que desse total 25,51% são chefes de família e 74,49% formam os demais membros da família, distribuídos entre cônjuges (esposos e esposas) 23,13%, filhos 45,58% e outros parentes 5,78%.

Do total de filhos, 48,51% são homens e 51,49% são mulheres acompanhando a mesma tendência da população do município, que apresenta população feminina maior que a masculina. A média de filhos por casal é de 2.

Destaca-se ainda na Tabela 14 que a média de idade dos chefes de família entrevistados é de 47 anos. Para os esposos e esposas a média é de 42 anos. Já os filhos apresentam idade média de 14 anos, sendo que os homens possuem 17 anos e as mulheres 14 anos.

Para os outros parentes a média chega a 42 anos, em função dessa categoria ser composta por pessoas (pais, mães, tios, tias, sogros, sogras...) que deixaram seus domicílios de origem geralmente quando seus cônjuges morreram.

No tocante a escolaridade, a Tabela 15 descreve o nível de escolaridade dos residentes rurais do município.

**Tabela 15 – Nível de escolaridade dos membros do domicílio, Aparecida/PB – 2002.**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Total de membros da família</b>	<b>294</b>	<b>100,0</b>
Analfabeto	45	15,3
Apenas assina o nome	36	12,2
1º a 4º série incompleta	58	19,7
5º a 8º completa	14	4,8
5º a 8º incompleta	27	9,2
2º grau completo	11	3,7
2º grau incompleto	9	3,1
Superior	1	0,3
Sem escolaridade definida	34	11,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Para um universo de 294 pessoas, 15,3% declararam-se analfabetos e 12,2% apenas assinavam o nome. O segmento de maior expressividade é o ensino fundamental, sendo que 20,1 % dos residentes possuem a 4ª série completa e 19,7% cursaram uma das séries do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental.

Os residentes que possuem até a 8ª série e que corresponde ao terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, perfazem o total de 4,8%; já os residentes que só cursaram uma ou duas séries desse segmento ou que ainda o estão cursando, somam 9,7%.

O segundo grau (ensino médio) e o ensino superior são os segmentos de menor porcentagem, visto que 3,7% possuem 2º grau completo, 3,1% não o terminaram ou ainda estão cursando o 2º grau e apenas 0,3% têm curso superior.

O segmento sem escolaridade, definida com 11,6%, corresponde aos residentes que não possuíam idade escolar e aos estudantes das séries iniciais (pré-escolar e alfabetização).

Uma das explicações para o reduzido número de pessoas no ensino médio é o fato do município não possuir escolas para atender ao alunado, sendo os alunos obrigados a se deslocarem até a cidade de Sousa, para terminar o segundo grau, ressaltando-se que o transporte dos alunos da zona rural para as escolas da sede municipal, que oferecem vagas para o segundo ciclo do fundamental, é feito por carros ou caminhões tipo “pau-de-arara”. No caso dos alunos matriculados no ensino superior, em Sousa ou Cajazeiras, o transporte é feito pelos ônibus da prefeitura.

Os dados referentes à infra-estrutura dos domicílios, descritos na Tabela 16, indicam que em relação à posse, 84% dos domicílios são próprios, sendo o restante (16%) dos domicílios foram cedidos aos moradores como lar permanente por parentes, amigos ou pelos proprietários dos estabelecimentos rurais, no caso dos trabalhadores rurais empregados e que moram no estabelecimento. A média de tamanho dos domicílios é de 83 m<sup>2</sup>, com 5 cômodos.

No que diz respeito ao material de construção dos domicílios, 96% são habitações construídas com alvenaria e cimento e 4% são residências de pau-a-pique, ou seja, são de taipa, revestidas com barro cru. O tipo de cobertura predominante é a telha de barro, tendo-se verificado que 100% dos domicílios possuíam este tipo de cobertura.

Em relação aos dados sobre os eletrodomésticos, nos domicílios pesquisados, observa-se na Tabela 16, que dos domicílios da amostra 89,33% possuem fogão a gás, contudo, a velha tradição do fogão a lenha, observado em 96% dos domicílios, ainda é mantida, uma vez que, segundo os entrevistados, o gás de cozinha é muito caro e o vale-gás distribuído pelo governo além de ser três vezes abaixo do valor do botijão de gás, só é pago a cada dois meses, o que equivale a R\$ 7,50 mensais. Soma-se a isto o fato de que nem todos os residentes recebem o auxílio para a compra do gás de cozinha.

Os demais bens apresentam também dados significativos, sendo que 73,33% dos domicílios possuem geladeira, 81,33% têm televisor, 89,33% dispõem de rádio e 53,33% possuem parabólica. Itens como freezer, máquinas de lavar roupa e telefone, apresentam um percentual menor, com 6,67%, 8% e 8 %, respectivamente. Nas entrevistas pode-se constatar que o acesso a esses bens ficou mais fácil a partir dos anos 90 com o lançamento do Plano Real (1994) devido à estabilidade da moeda, o acesso ao crédito e formas mais acessíveis de pagamento.

Quanto às parabólicas, a explicação para o alto número de domicílios que a possuem, esta ligado ao fato do município não possuir um sinal transmissor das imagens de televisão via satélite, sendo os moradores, tanto da zona rural quanto da urbana, obrigados a dispor de uma antena parabólica para um melhor acesso a informações e lazer.

A compra das parabólicas é facilitada pelos inúmeros consórcios, que atraem os consumidores em virtude das formas de pagamento.

**Tabela 16 – Infra-estrutura dos domicílios - condições de moradia e percentual de eletrodomésticos dos domicílios, Aparecida/PB - 2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>
<b>Número de domicílios</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	
<b>Tipo de posse</b>			
Própria	63	84,00	
Cedida	12	16,00	
<b>Área total de domicílio m<sup>2</sup></b>	<b>6,212</b>		<b>83</b>
<b>Números de cômodos</b>	<b>371</b>		<b>5</b>
<b>Tipo de parede</b>			
Alvenaria	72	96,00	
Taipa revestida	3	4,00	
<b>Tipo de cobertura</b>			
Telha de barro	75	100,00	
<b>Eletrodomésticos e outros bens</b>			
Fogão a lenha	72	96,00	
Fogão a gás	67	89,33	
Geladeira	55	73,33	
Televisor	61	81,33	
Rádio	67	89,33	
Freezer	5	6,67	
Antena parabólica	40	53,33	
Máquina de lavar roupa	6	8,00	
Telefone	6	8,00	

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

As condições de abastecimento de água e energia elétrica e a descrição sobre as condições de saneamento, presentes na Tabela 17 atestam que o acesso a alguns serviços básicos ainda não atinge, infelizmente toda a população rural do município de Aparecida, evidenciando que nesses aspectos as diferenças entre o rural e o urbano ainda são significativas.

Foram destacados, na Tabela 17, os principais indicadores sociais que servem como parâmetro para melhor avaliação sobre as condições de vida dos residentes rurais de Aparecida, parâmetros esses essenciais para uma compreensão mais estabelecida sobre as mudanças ocorridas nesse espaço.

**Tabela 17 – Infra-estrutura dos domicílios - abastecimento e aspectos sanitários dos domicílios, Aparecida/PB – 2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Domicílios com água encanada</b>	50	66,67
<b>Domicílios sem água encanada</b>	25	33,33
<b>Origem da água utilizada</b>		
Rede geral	31	41,33
Açude, rio ou barreiro	8	10,67
Poço ou nascente	34	45,33
Água do vizinho	2	2,67
<b>Abastecimento de energia elétrica</b>		
Com acesso a rede geral	71	95,00
Sem energia elétrica	4	5,00
<b>Tipo de instalação sanitária</b>		
Fossa séptica	13	17,33
Fossa comum	24	32,00
Vala	25	33,34
Sem instalação	13	17,33
<b>Domicílios com filtro de água</b>	20	26,67
<b>Domicílios sem filtro de água</b>	55	73,33
<b>Destino do lixo doméstico</b>		
Queimado e enterrado	43	57,33
Jogado em terreno baldio	32	42,67

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos 75 domicílios da amostra 66,67% possuem água encanada, mas 33,33% ainda não dispõem de tal benefício nas residências. A origem da água consumida varia muito, conforme a localização das residências.

Nas localidades maiores, como no Distrito de Prensa, o Assentamento Acauã e nos Sítios Extrema, Faustina e Taboleiro, a água utilizada, pelos moradores provém da rede geral (41,33%) fornecida pela Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) sendo que a Prefeitura local arca com os custos de abastecimento da maioria das comunidades.

O percentual de domicílios que consomem água de açudes, rios ou barreiros equivale a 10,67%, sendo que a água de origem de poços ou nascentes perfaz o maior total de domicílios, somando 45,33%. Os domicílios sem água encanada e que utilizam água do vizinho, proveniente de poços, equivalem a 2,67%.

Com relação ao tratamento da água 26,67% possuem filtro de água e 73,33% não o possuem; contudo, a água consumida é tratada com cloro na maioria dos domicílios ou pela companhia de abastecimento ou então pelos próprios moradores que recebem instruções da Secretária de Saúde. Em relação ao abastecimento de energia elétrica, 95% dos domicílios possuem energia elétrica fornecida pela rede geral.

A análise dos aspectos sanitários revela certo equilíbrio entre os números, uma vez que 49,33% dos domicílios possuem fossa, sendo 17,33% de fossas sépticas e 32% de fossas comuns; já os domicílios sem instalação sanitária e que utilizam as valas para jogar os dejetos humanos somam 50,67%, sinalizando a necessidade de se criar programas que incentivem e conscientizem a população a construir instalações sanitárias.

No tocante ao destino do lixo e apesar dos agentes comunitários de saúde, em parceria com a Secretária de Saúde, realizarem um trabalho de conscientização para a que os moradores queimem e enterrem o lixo domiciliar, 42,26% dos entrevistados responderam que jogam o lixo em terreno baldio, enquanto os domicílios que queimam e enterram o lixo perfazem o total de 57,33%.

Das comunidades pesquisadas, o Assentamento Acauã foi a única localidade em que 100% dos entrevistados declararam queimar e enterrar o lixo doméstico. O sucesso do Assentamento Acauã em relação à promoção de ações que envolvem a comunidade deriva, sobretudo, da capacidade organizativa que possuem os assentados que dispõem de diversas entidades de classe para organizar não só a vida social da comunidade, mas para lutar por melhores condições de vida.

Nas demais comunidades, salienta-se que não existia muita preocupação em relação ao destino do lixo e dos dejetos humanos; contudo, segundo informações da Secretaria de Saúde do Município, os agentes comunitários de saúde começaram a realizar um trabalho de cunho educativo em relação ao lixo e ao destino dos dejetos humanos, de acordo com as determinações e metas do Programa Saúde da Família, cujo objetivo é a medicina preventiva e não a curativa.

A análise sobre a caracterização dos estabelecimentos rurais, Tabela 18, contemplou todos os entrevistados que se declararam proprietários, perfazendo o total de 33 pessoas.

O extrato de área de maior significância da amostra é o que engloba os estabelecimentos com 1 a menos de 10 hectares, sendo que 23 chefes de famílias disseram possuir uma propriedade dentro deste extrato, o que corresponde a 69,70%

O segundo extrato engloba as propriedades com 10 a menos de 20 hectares de terra e somam 12,12%. Os proprietários com mais de 60 hectares e menos de 70 corresponde a 6,06%.

Os demais extratos descritos (20 a menos de 30, 30 a menos de 40, 80 a menos de 90 e mais de 100 hectares) pertencem, respectivamente, a 4 chefes de família e somam 12,12%.

Além do perfil da distribuição por extrato de área, os dados revelam outra característica marcante do espaço rural brasileiro, presente no espaço rural de Aparecida que é o grande número de trabalhadores rurais sem terra.

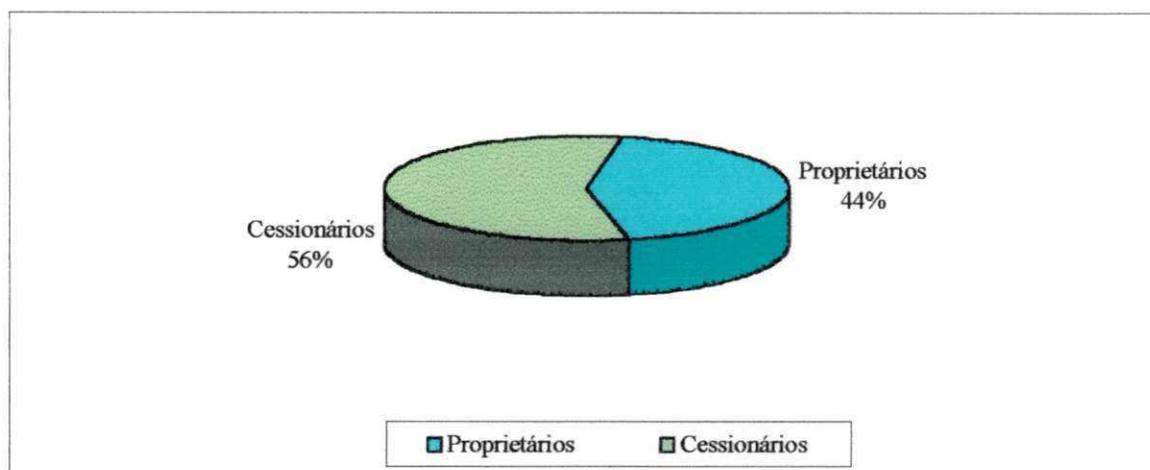
**Tabela 18 - Número absoluto e relativo de estabelecimentos por extrato de área, Aparecida/PB - 2002**

<b>Extratos de área</b>	<b>Número absoluto</b>	<b>%</b>
1 a menos de 10	23	69,70
10 a menos de 20	4	12,12
20 a menos de 30	1	3,03
30 a menos de 40	1	3,03
40 a menos de 50	0	0,00
50 a menos de 60	0	0,00
60 a menos de 70	2	6,06
70 a menos de 80	0	0,00
80 a menos de 90	1	3,03
90 a menos de 100	0	0,00
mais de 100	1	3,03
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

O Gráfico 1 revela que os dados referentes ao município refletem a tendência nacional e estadual no que diz respeito à posse da terra. Dos 75 chefes de família entrevistados, 44% eram proprietários e 56% declararam não possuir terras, mas utilizavam o estabelecimento na condição de cessionários.

**Gráfico 1 - Condição de ocupação da terra, Aparecida/PB – 2002**



Fonte: Dados da pesquisa de campo

O perfil de distribuição e acesso a terra na Paraíba, segundo e Moreira e Targino (1997, p. 177) “é resultado de um longo processo que tem suas origens na produção do espaço colonial, subordinada aos interesses do capital mercantil e que teve como suporte a concessão de sesmarias para a exploração da cana-de-açúcar no Litoral e da pecuária (e posteriormente também o algodão) no interior. O controle monopolista da terra, elemento essencial ao espaço colonial, foi reforçado com a Lei de Terras de 1850”.

Observa-se, ainda, que mesmo a estrutura fundiária tendo passado por mudanças significativas ao longo da história, continuou preservando sua essência, ou seja, elevada concentração fundiária, com a terra permanecendo concentrada nas mãos de uma minoria de pessoas, enquanto a grande maioria dos proprietários continua dona de pequenos lotes.

Em Aparecida, a questão dos trabalhadores sem terra está na ordem do dia das discussões, uma vez que o município foi palco, entre os anos de 1995 e 1996, de alguns dos conflitos mais importantes do Estado na luta pela posse da terra, quando trabalhadores sem terra de diversos municípios da região invadiram a Fazenda Acauã e criaram o Assentamento Acauã.

### 3.2.2 - Perfil ocupacional dos residentes rurais do município de Aparecida

A busca pela caracterização do espaço rural do município de Aparecida requer uma análise mais sistematizada a respeito da estrutura ocupacional dos membros dos domicílios da amostra, de modo que se possa traçar um perfil mais detalhado a respeito da estrutura do emprego da população residente na zona rural.

Para melhor definir as ocupações dos membros do domicílio da amostra, utilizou-se a metodologia estabelecida no Manual do Entrevistador do Projeto Rurbano (ANEXO B) que considera como trabalho em atividade econômica, o exercício de:

- ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico;
- ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante **pelo menos uma hora na semana de referência** (grifo do autor) em ajuda a membro da unidade domiciliar que trabalha como empregado, conta própria ou empregador, em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo e também como aprendiz ou estagiário.

Foram ainda incluídas, na análise, as ocupações exercidas, durante **pelo menos uma hora na semana de referência** (grifo do autor), na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação e de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Consideraram-se como ativas as pessoas com 10 anos ou mais de idade nas seguintes condições:

- com emprego assalariado (em dinheiro ou em espécie) e que trabalhou ao menos uma hora durante a semana de referência;
- que mantêm vínculo com seu emprego atual, mas não estava temporariamente trabalhando na semana de referência por qualquer motivo (férias, greve, licença, falta etc.);

- com emprego independente, ou por conta própria, que trabalhou ao menos uma hora durante a semana de referência para obter benefícios ou ganho familiar (em dinheiro ou em espécie);
- que têm ocupação independente, ou por conta própria, para obter benefícios ou ganho familiar (em dinheiro ou em espécie), mas que não estava trabalhando na semana de referência;
- que têm uma empresa e que na semana de referência estava temporariamente ausente do trabalho, por qualquer motivo.

Em relação aos inativos, destacam-se duas categorias: os habitualmente inativos e sem rendimentos e os habitualmente inativos e com rendimentos. Na categoria habitualmente inativos e sem rendimentos, foram incluídas as pessoas com 10 anos ou mais de idade e que se mantiveram desocupadas e sem rendimentos (em dinheiro ou espécie) durante a maior parte do período de janeiro a setembro de 2002. Incluem-se as pessoas que somente estudam, os estudantes exclusivos e aqueles impedidos de trabalhar, por motivo de idade ou saúde.

Já a categoria dos habitualmente inativos e com rendimentos, compreende as pessoas com 10 anos ou mais de idade e que se mantiveram desocupadas e com rendimentos (em dinheiro ou espécie) durante a maior parte do período de janeiro a setembro de 2002.

A análise da Tabela 19 destaca algumas características dos membros do domicílio no que diz respeito ao emprego e ao local de trabalho. Foram incluídos especificamente nesta análise, os moradores acima de 10 anos, presentes e ausentes, ou seja, pessoas que tinham a unidade domiciliar como local de residência habitual e que, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por um período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Dos 294 residentes rurais que compõem a amostra, distribuídos em 75 domicílios rurais, 242 possui acima de 10 anos, o que corresponde, em termos relativos, a 82,31% da população (Tabela 19). Deste total de pessoas acima de 10 anos de idade, 56,61% foram consideradas membros ativos do domicílio e 43,39% declaram-se inativas. Do total absoluto de 103 pessoas inativas, 69 pessoas recebiam, no período, alguma espécie de benefício do governo (aposentadorias, pensões, vale-gás, bolsa-escola, bolsa PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação e outros auxílios) e o número restante, 34 pessoas, foram considerados inativos sem renda, o que corresponde 67,62% e 32,38%, respectivamente, levando-se em consideração o universo dos inativos.

**Tabela 19 - Caracterização dos residentes rurais ativos e inativos acima de dez anos de idade, segundo local de trabalho, Aparecida/PB - 2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Ativos</b>	<b>137</b>	<b>56,61</b>
<b>Local de trabalho</b>		
No domicílio	61	44,53
Contíguo/vizinho ao domicílio e na zona rural	60	43,80
Fora/distante do domicílio e na zona rural	5	3,64
Fora/distante do domicílio e na zona urbana	11	8,03
<b>Inativos</b>	<b>105</b>	<b>43,39</b>
Inativos com renda	71	67,62
Inativos sem renda	34	32,38
<b>Total de ativos e inativos</b>	<b>242</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

No que diz respeito ao local de trabalho do universo dos ativos, a localização espacial dos postos de emprego em Aparecida tem um significado peculiar, pois define tanto os ramos de atividade quanto a posição na ocupação dos residentes rurais.

As pessoas que trabalham no domicílio foram o grupo mais expressivo da amostra, correspondendo a 44,53% do total de ocupados. Este segmento compreende basicamente os trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas, que trabalham por conta própria na indústria de transformação, ocupações técnico-científicas e pequenos comerciantes que transformam o domicílio em local de trabalho.

O grupo que trabalha contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural dedica-se, em sua maioria, à atividade agrícola e perfaz o total de 43,80%.

Já os residentes que trabalham fora/distante do domicílio e na zona urbana correspondem a 8,03% e se declaram empregados em atividades não agrícolas nos mais diversos tipos de ramos (faxineiros, vigias, motoristas, ambulantes...).

O segmento dos que trabalham fora/distante do domicílio e na zona rural corresponde a 3,64% e inclui tanto pessoas que trabalham em atividades não agrícolas como empregados, a exemplo dos agentes de saúde, quanto aos trabalhadores rurais empregados em fazendas mais distantes do domicílio.

### 3.2.3 - A ocupação principal da população rural de Aparecida

A ocupação principal refere-se, normalmente, a única profissão da pessoa na semana de referência. Os dados sobre a ocupação principal da população rural do município de Aparecida, descritos na Tabela 20, relevam uma tendência já observada a nível nacional e regional, que é um contingente expressivo de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas com domicílio rural. Em números relativos, o total da PEA rural de Aparecida ocupada em atividades não agrícolas, corresponde a 62,8% do total de ocupados, sendo que os que se declararam possuir, como atividade principal, o trabalho em atividades agrícolas, perfazem o total de 37,2%.

**Tabela 20 - População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade principal, Aparecida/PB - 2002**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>51</b>	<b>37,2</b>
Agricultor conta própria	9	6,6
Trabalhador rural	19	13,9
Autoconsumo	23	16,8
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>86</b>	<b>62,8</b>
Empregador não agrícola	2	1,5
Ocupações técnico-científicas	5	3,6
Serviço de construção civil	3	2,2
Indústria de transformação	56	40,9
Comércio	10	7,3
Motorista	2	1,5
Serviços pessoais	5	3,6
Outros	3	2,2
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com referência aos ramos de atividades rurais não agrícolas, também expostos na Tabela 20, observa-se que a grande maioria das pessoas ocupadas nessas atividades no meio rural de Aparecida se distribui de modo mais significativo entre os ramos da indústria de transformação e do comércio de mercadorias.

Juntos esses dois ramos somaram 48,20% das ocupações rurais aparecidas, tomando-se como referência o período de janeiro a setembro de 2002.

Dentre as ocupações rurais não agrícolas, o ramo de maior expressividade está a indústria de transformação, sendo responsável por 40,9% da população ocupada da amostra. A responsabilidade pelo percentual de pessoas ocupadas nesse ramo pode ser atribuída, sobretudo, ao artesanato (crochê) e mais especificamente à fabricação das varandas de rede, uma espécie de adereço que é colocada na rede como acabamento final. De acordo com as informações as varandas mais bem trabalhadas e fabricadas com linhas espaciais agregam valor ao produto, fazendo com que as redes de Aparecida se destaquem no cenário regional devido, à qualidade e ao capricho com que são produzidas.

O artesanato do crochê é uma atividade presente no cenário de Aparecida desde os tempos do povoamento, configurando-se como alternativa de renda não agrícola para a população rural, demandada devido à estagnação do setor agrícola da região provocada, principalmente pelas secas e pela falta de incentivo aos pequenos produtores.

O segundo ramo de atividades não agrícolas mais expressivo é o do comércio de mercadorias, respondendo por 7,3% das ocupações rurais do universo da amostra e envolvendo basicamente a comercialização de alimentos (doces, frutas), bebidas, CDs, roupas e produtos de beleza. Podem ser também imbuídos neste ramo, os entrevistados que se declaram empregadores não agrícolas (1,5%) uma vez que o tipo de atividade exercida se relacionava com o comércio de mercadorias.

Os ramos das ocupações técnico-científicas e os serviços pessoais disputam a terceira posição em participação percentual, no período analisado, respondendo cada um por 3,6% das ocupações rurais não agrícolas. Os serviços pessoais englobam, sobretudo as atividades de faxineiros, vigias e lavadeiras; já as ocupações técnico-científicas compreendem as atividades dos artesãos que trabalham especificamente com couro, na fabricação de bolsas; os demais ramos como motorista, serviços de construção civil e outros perfazem juntos um percentual de 5,9% dos ocupados.

Os entrevistados que se declaram motoristas (1,5%) são empregados da Prefeitura local, transportando alunos da zona rural para a sede do município. Os ocupados nos serviços de construção civil (2,2%) exercem o ofício de pedreiros especializados na construção de cisternas de placa e a categoria outros (2,2%) compreende as ocupações de agentes de saúde do PSF.

No que diz respeito ao ramo agrícola, a categoria de maior expressividade quanto ao percentual de ocupações, foi o autoconsumo, respondendo por 16,8% da PEA rural empregada em atividades agrícolas. Os trabalhadores rurais somaram um total de 13,9% e os agricultores por conta própria são responsáveis por 6,6% das ocupações.

A desagregação do ramo agrícola em três segmentos fez-se necessário devido às especificidades da região em relação à organização das relações de trabalho; assim, foram incluídos, no segmento autoconsumo, os ocupados em atividades destinadas ao próprio consumo e ao consumo da família cuja produção não foi comercializada, exercendo as atividades como empregados ou por conta própria e utilizando o estabelecimento na condição de proprietários ou cessionários.

No segmento trabalhador rural foram incluídos os ocupados em atividades agropecuárias, na condição de diaristas ou empregados assalariados e que não eram proprietários de terra.

Já o segmento agricultor por conta própria foi estabelecido tendo-se como base a produção destinada à venda, gerando necessariamente renda monetária, podendo o mesmo ser proprietário ou estar trabalhando no estabelecimento familiar.

Em relação à divisão sexual dos postos de trabalho no município de Aparecida, dispostos na Tabela 21, destaca-se que a maior parte dos ocupados são do sexo masculino, perfazendo o total de 54% contra 46% do sexo feminino. O predomínio masculino ainda se mantém quando se analisa o total de ocupados na atividade agrícola que, em valores relativos corresponde a 36,66%, sendo que o percentual feminino é de somente 6,57% e deste total 4,38% se dedicam às atividades de autoconsumo e sem remuneração.

Nas atividades não agrícolas, a distribuição dos postos de trabalho favorece o sexo feminino, uma vez que 39,42% dos ocupados são mulheres contra 23,36% de homens. Ressalta-se que o ramo de atividade responsável pela liderança das mulheres nas atividades não agrícolas é a indústria de transformação, sob o comando da atividade artesanal, que ocupa 34,31% das mulheres.

Contudo, convém mencionar que nos últimos anos e de acordo com depoimentos e visitas ao município durante a pesquisa de campo, constatou-se que os homens estão rompendo a barreira do preconceito e têm-se dedicado ao trabalho de fabricação das varandas das redes, sendo que os dados analisados revelaram o percentual de 6,57% dos homens trabalhando com artesanato têxtil.

O Sítio Extrema, localizado a cerca de 10 km da sede do município, é exemplar na análise sobre as estratégias de sobrevivência buscadas pelo homem do campo, que conseguem ultrapassar limites culturais, modificando até mesmo as relações de poder no seio da família. Para as mulheres, a chegada do artesanato foi uma espécie de “Carta de Alforria”; para os homens, um tempo de aprendizado, a quebra do preconceito e a possibilidade de prover o sustento da família, quando não podem contar com a terra e a enxada.

De acordo com as informações colhidas durante as entrevistas, muitos homens do Sítio Extrema, se dedicam ao crochê, mesmo durante o período de plantio e da safra, trabalhando durante o dia nas atividades agrícolas e à noite ou nos horários de folga na fabricação das varandas de rede. Essa dupla atividade, conforme depoimentos, foi a maneira encontrada pelos moradores para complementar a renda familiar, uma vez que somente as atividades não geram renda suficiente para manter a família.

**Tabela 21 – Grupo de ocupações e total de residentes rurais, segundo gênero  
Aparecida/PB - 2002**

Grupo de ocupações Tipo de atividade	Gênero				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
<b>Atividade agrícola</b>						
Total de empregados	42	30,66	9	6,57	51	37,2
Agricultor conta própria	8	5,84	1	0,73	9	6,6
Trabalhador rural	17	12,41	2	1,46	19	13,9
Autoconsumo	17	12,41	6	4,38	23	16,8
<b>Atividade não agrícola</b>						
Total de empregados	32	23,36	54	39,42	86	62,8
Empregador não agrícola	2	1,46	-	-	2	1,5
Ocupações técnico-científicas	5	3,65	-	-	5	3,6
Serviço de construção civil	3	2,19	-	-	3	2,2
Indústria de transformação	9	6,57	47	34,31	56	40,9
Comércio	6	4,38	4	2,92	10	7,3
Motorista	2	1,46	-	-	2	1,5
Serviços pessoais	2	1,46	3	2,19	5	3,6
Outros	3	2,19	-	-	3	2,2
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>54,00</b>	<b>63</b>	<b>46,00</b>	<b>137</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

### 3.2.4 - Pessoas com dupla atividade

De acordo com Mattei (apud VILELA, 2000, p. 63-64) “a designação ‘dupla atividade’, refere-se às pessoas que têm mais de uma atividade na semana de referência”, tendo-se em vista os seguintes critérios:

- considera-se como principal a ocupação em que a pessoa teve maior tempo de permanência, quer seja essa ocupação remunerada ou não, e como secundária a ocupação de menor tempo de permanência;
- no caso de igualdade de tempo de permanência, considera-se como principal a ocupação remunerada, e secundária aquela sem remuneração;
- no caso de igualdade no tempo de permanência e na remuneração, considera-se como principal a ocupação em que a pessoa dedica maior parte do tempo considerando-se um período mais amplo que o de referência. Por conseguinte, considera-se como secundária a ocupação de menor tempo de permanência.

No município de Aparecida as pessoas com dupla atividade, correspondem a 21,9% da PEA ocupada segundo o universo da amostra, que é de 137 pessoas.

O Gráfico 2 exemplifica melhor a distribuição das pessoas ocupadas, de acordo com a amostra.

**Gráfico 2 – Distribuição da população rural ocupada, Aparecida/PB - 2002**



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Do universo de 137 pessoas ativas e que corresponde a 57,44% (Tabela 19, p.102 ) da população acima de 10 anos de idade, 78,1% declaram possuir somente uma atividade na semana de referência, sendo que o percentual de pessoas com dupla atividade corresponde a 21,90% da população. O percentual obtido em relação às pessoas com dupla atividade é sintomático uma vez que indica, segundo Vilela (2000, p. 64) “que nesse momento de crise profunda de empregabilidade já está difícil se conseguir ocupação em uma atividade. em duas isso é extremamente mais difícil”.

Isolando-se o universo das pessoas que na semana de referência declararam possuir mais de uma atividade, os resultados expostos na Tabela 22 apontam que 73,3% dos entrevistados se dedicam à agricultura como atividade secundária, sendo que o segmento de maior expressividade é o autoconsumo, representando 63,3% do total de pessoas com dupla atividade, fato que pode ser perfeitamente explicado, uma vez que sendo o autoconsumo destinado apenas à alimentação da família, o trabalhador é obrigado a procurar outras formas de ocupação que possa gerar uma renda monetária, para suprir outras necessidades do domicílio, como roupas, remédios, produtos de limpeza, produtos de uso pessoal, além dos gastos com energia elétrica e água.

No que diz respeito às atividades não agrícolas, estas se mostraram pouco menos expressivas em relação ao universo dos duplamente ocupados, respondendo por 26,7% dos ocupados com dupla atividade na semana de referência.

**Tabela 22 - População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundária, Aparecida/PB - 2002**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>22</b>	<b>73,3</b>
Agricultor conta própria	2	6,7
Trabalhador rural	1	3,3
Autoconsumo	19	63,3
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>8</b>	<b>26,7</b>
Professor	1	3,3
Serviço de Construção civil	1	3,3
Indústria de Transformação	2	6,8
Comércio	3	10,0
Serviços Pessoais	1	3,3
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando-se mais detalhadamente as combinações dos ramos de atividades da Tabela 23, observa-se que a combinação “não agrícola/agrícola”, é a mais expressiva do total de pessoas com dupla atividade, respondendo por 43,33%.

O segundo grupo da combinação “agrícola/agrícola” corresponde a 30% das pessoas duplamente ocupadas, sendo que foram incluídos, neste cômputo, os trabalhadores rurais empregados em outros estabelecimentos rurais e cuja atividade secundária era de autoconsumo.

A combinação “não agrícola/não agrícola” somou 20% e compreende especificamente as pessoas ocupadas na indústria de transformação, comércio e nos serviços pessoais. A última combinação, “agrícola/não agrícola”, é a menos expressiva respondendo por apenas 6,67%.

**Tabela 23 - População rural ocupada com dupla atividade, Aparecida/PB - 2002**

<b>Atividade principal</b>	<b>Atividade secundária</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>%</b>
Não agrícola	Agrícola	13	43,33
Não agrícola	Não agrícola	6	20,00
Agrícola	Agrícola	9	30,00
Agrícola	Não agrícola	2	6,67
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A análise sobre a população com dupla atividade no município indica que a presença de um número maior de pessoas na combinação “não agrícola/agrícola” (43,33%) é, sobretudo, reflexo da crise da agricultura, que não mais consegue gerar renda capaz de suprir as necessidades do domicílio.

### 3.2.5 - A posição na ocupação

A análise sobre a população rural ocupada do município de Aparecida em relação à posição na ocupação principal, exposta da Tabela 24, revela um equilíbrio entre as categorias, no que diz respeito à população ocupada em atividades agrícolas. A categoria conta própria é a que apresenta o maior número de pessoas ocupadas e é responsável por 14,6% dos postos de trabalho.

**Tabela 24 - População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação principal, Aparecida/PB - 2002**

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>51</b>	<b>37,2</b>
Conta própria	20	14,6
Empregados	16	11,7
Não remunerados	15	10,9
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>86</b>	<b>62,8</b>
Conta própria	66	48,2
Empregador não agrícola	2	1,5
Empregados	18	13,1
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nessa categoria foram incluídos os entrevistados que eram proprietários do estabelecimento, além de seus filhos e cônjuges, que exerciam algum tipo de atividade e cuja produção foi comercializada, autoconsumida ou autoarmazenada.

A categoria empregados e não remunerados, possui estreita relação, no caso específico do espaço rural de Aparecida, uma vez que foram incluídos nesses dois itens, todos os trabalhadores com domicílio rural e que não eram proprietários das terras e que utilizavam o estabelecimento na condição de cessionários, refletindo a estrutura fundiária do município.

Os empregados somaram 11,7% e os trabalhadores não remunerados, ocupados em atividades de autoconsumo, respondem por 10,9% do total de ocupado.

Convém-se destacar, contudo que ao se isolar as categorias autoconsumo e conta própria, em relação à organização do trabalho, o total de ocupados corresponde a 25,5%, sinalizando a presença marcante da agricultura familiar, independente da posse da terra.

No que diz respeito às atividades não agrícolas desempenhadas pela população aparecidense, o percentual de maior relevância é a categoria conta própria, que responde por 48,2% da população ocupada, englobando principalmente quem trabalha na indústria de transformação, nas ocupações técnico-científicas, serviços de construção civil e algumas pessoas do comércio de mercadorias.

Esse contingente de pessoas empregadas por conta própria, em relação ao total de ativos do município, demonstra, sobretudo a importância da indústria de transformação, capitaneada pela atividade têxtil artesanal, na geração de ocupações no meio rural de Aparecida, sendo que este ramo de atividade é responsável por 40,9% dos postos de trabalho.

Ainda se contemplando a análise sobre as ocupações não agrícolas, o segundo grupo de ocupações corresponde aos empregados que mantiveram uma proporção de 13,1% do total de ocupados, cujo percentual abrange principalmente as pessoas empregados no serviço público municipal nas funções de motorista, faxineiros, vigias e agentes de saúde.

As pessoas ocupadas no comércio se declaram empregadas; contudo, as relações de trabalho ainda não estavam definidas do ponto de vista formal, uma vez que as mesmas, apesar de cumprirem com carga horária estabelecida não possuíam carteira assinada nem recebiam salário mínimo, conforme determina a lei. Este fato indica que exceto no serviço público, os postos de trabalho em ocupações não agrícolas ainda não estão estruturados do ponto de vista formal.

A categoria empregador não agrícola é a que apresenta o menor número de ocupações com 1,5% do total de ocupados.

Quanto à posição na ocupação dos residentes com dupla atividade, presente na Tabela 25, dos ocupados na atividade agrícola, a categoria conta própria é responsável por 43,3% dos postos de trabalho e os não remunerados respondem por 30,0% dos ocupados.

Enfim o percentual de ocupados em atividades não agrícolas se divide duas posições, sendo que 16,8% dos entrevistados trabalhavam por conta própria e 10,0% declararam trabalhar na condição de empregados.

**Tabela 25 - População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação secundária, Aparecida/PB - 2002**

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>22</b>	<b>73,3</b>
Conta própria	13	43,3
Não remunerado	9	30,0
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>8</b>	<b>26,7</b>
Conta própria	5	16,8
Empregado	3	10,0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

### 3.2.6 - As rendas agrícolas e não agrícolas do município de Aparecida

A análise sobre as rendas agrícolas e não agrícolas do município de Aparecida tem, como principal objetivo, destacar a composição da renda das famílias com domicílio rural (agrícola, não agrícola, aposentadorias e outras fontes de renda) e a renda per capita dos membros ativos do domicílio, no período de janeiro a setembro de 2002.

A proposta de análise sobre a composição da renda dos residentes rurais do município se pauta, sobretudo, na hipótese de que as rendas não agrícolas contribuem sobremaneira para o incremento da renda dos moradores dos moradores da zona rural de Aparecida, além de destacar o peso das transferências públicas para a manutenção e até mesmo elevação dos rendimentos da população destacada no estudo.

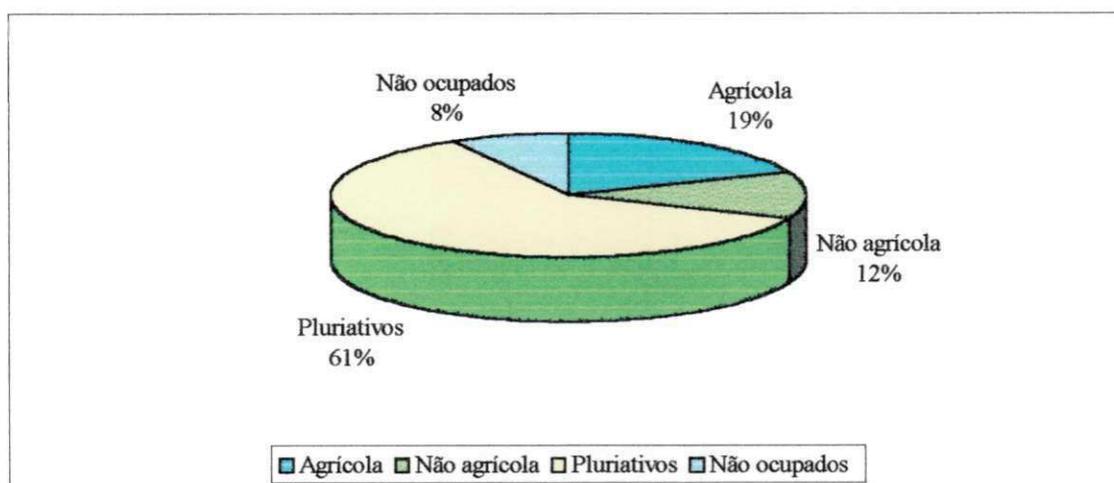
As famílias com domicílio rural foram classificadas em agrícolas, não agrícolas, pluriativas e não ocupadas, sendo considerada agrícola uma família em que os membros ativos declaram exercer somente atividades agrícolas na semana de referência, incluindo-se as atividades de autoconsumo.

As famílias não agrícolas contabilizam aquelas cujos membros declararam só se dedicarem a atividades não agrícolas.

Nas famílias pluriativas classificam-se, respectivamente, aquelas em que os membros da família combinam atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, incluindo-se também nesse cômputo as ocupadas com atividades de autoconsumo; já as famílias não ocupadas foram consideradas aquelas em que todos os membros se declararam inativos e com rendimentos, no período proposto pelo estudo.

O Gráfico 3 trata especificamente dos tipos de famílias classificadas de acordo com a metodologia já exposta.

**Gráfico 3 – Tipos de família, Aparecida/PB - 2002**



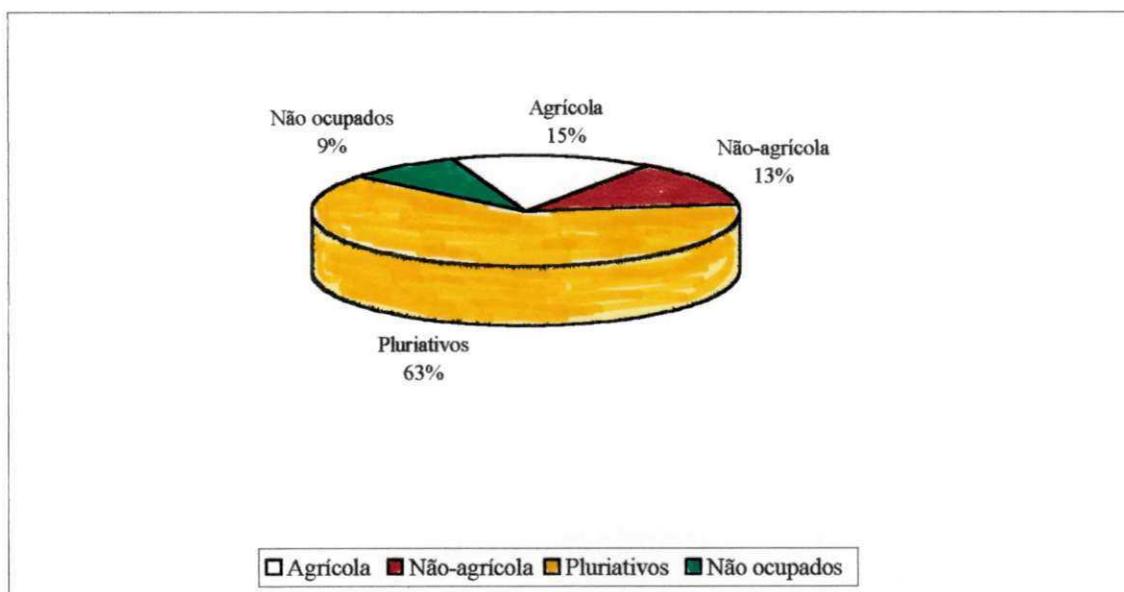
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em relação aos tipos de família, destaca-se que o maior percentual da amostra corresponde às famílias dos pluriativos que somam 61% desse total. As famílias consideradas agrícolas respondem por 19% e as exclusivamente não agrícolas perfazem o total de 12%. O número de menor expressividade da amostra corresponde aos não ocupados, que representam 8%.

No que diz respeito à composição de renda e sua relação com os tipos de família, destaca-se, no Gráfico 4, que as famílias pluriativas são responsáveis pelo maior percentual de renda obtido durante o período de análise, respondendo por 63% da renda gerada, porém esse percentual mais elevado pode ser explicado em função da quantidade de pessoas que compõem esse tipo de família.

O segundo tipo de família mais expressivo em relação ao peso na composição da renda, são as famílias agrícolas, que respondem por 15% da renda gerada no período observado pela pesquisa de campo. As famílias não agrícolas somam 13%, seguidas pelos não ocupados, que totalizaram 9%.

**Gráfico 4 – Percentual de renda segundo tipo de famílias, Aparecida/PB - 2002**



Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 26 trata da composição da renda (agrícola, não agrícola, aposentadorias e outras fontes de renda) além de destacar a renda média e mensal das famílias do município de Aparecida, no período de estudo.

Nas famílias exclusivamente agrícolas chama-se atenção para a elevada participação das aposentadorias (42,96%) e outras fontes (3,42%) na composição da renda, sendo que essas rendas perfazem juntas, 46,38% dos rendimentos das famílias agrícolas, evidenciando o peso que as transferências públicas/privadas possuem na composição da renda familiar e a dependência que essas famílias possuem dessas transferências.

O percentual obtido com as rendas provenientes da atividade agrícola quer seja derivado da venda da produção agrícola ou da remuneração obtida pelo exercício de atividade agrícola, soma 11,93%.

A rendas exclusivamente agrícolas só se elevam acima das obtidas com as transferências públicas/privadas, quando se somam os ganhos estimados com autoconsumo (41,69%) sendo que, para se obter os valores absolutos da produção em reais (R\$ 20.900), realizou-se uma estimativa dos valores que seriam obtidos caso a produção fosse vendida.

Em relação à renda média, percebe-se que as famílias agrícolas são as que possuem o menor rendimento médio absoluto (R\$ 3.581) sendo que, quando se divide esses rendimentos pelo período de referência da pesquisa (9 meses) a renda mensal das famílias agrícolas é de R\$ 398.

No tocante às famílias não agrícolas, no geral elas possuem os maiores rendimentos médios (R\$ 4.860) e mensais (R\$ 540). Isso ocorre devido a grande dependência das aposentadorias e outras fontes de renda, que somam 59,41% do total da renda. Os rendimentos obtidos com atividades exclusivamente não agrícolas correspondem a 40,59% para o período de referência.

Sobre as famílias pluriativas destaca-se que a maior parte da renda deste segmento familiar provém de fontes não agrícolas perfazendo o total de 32,91%; contudo, destaca-se que, apesar de uma dependência menor em relação às transferências públicas/privadas, quando se compara com os outros tipos de família, as aposentadorias e outros tipos de renda ainda respondem 26,43% da renda familiar deste segmento.

Analisando-se os rendimentos obtidos com as atividades agrícolas, destaca-se que 16,13%, sendo que este percentual se torna maior quando se inclui o valor obtido com as atividades de autoconsumo que equivalem a 24,52%. A renda média das famílias pluriativas, no período de análise, é de R\$ 4.466 e a renda mensal de R\$ 496.

O último grupo de famílias corresponde aos não ocupados, sendo que 81,92% se referem, naturalmente, as aposentadorias e ou/pensões e 18,08% somam os rendimentos obtidos com outras fontes de renda provenientes de aluguéis, poupanças e doações de parentes. A renda média é a segunda mais elevada das famílias em questão (R\$ 4.761) sendo que cada família conta com cerca de R\$ 529.

O que se pode destacar nesta análise é que em todos os tipos de família, os rendimentos dependem, sobremaneira, das transferências públicas e esses benefícios se constituem na única fonte de renda segura com que as famílias podem contar, independente das questões climáticas, salientando “a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas, como é o caso de extensas áreas rurais do Nordeste brasileiro” (SILVA e DEL GROSSI, 2001, p.26).

**Tabela 26 - Composição da renda segundo tipos de família do município de Aparecida, no período de janeiro a setembro de 2002, Aparecida/PB - 2002**

Tipo de família	Tipo de renda										Total (RS)	Renda média	Renda mensal
	Agrícola (R\$)	%	Não agrícola (R\$)	%	Aposentadoria (R\$)	%	Outras <sup>1</sup> (R\$)	%	Autoconsumo <sup>2</sup> (R\$)	%			
Agrícola	5.980	11,93	-	-	21.537	42,96	1.713	3,42	20900	41,69	50.130,0	3.580,7	398
Não agrícola	-	-	17754	40,59	20944	47,88	5043	11,53	-	-	43.741,0	4.860,1	540
Pluriativos	33146	16,13	67612	32,91	43418	21,13	10897	5,30	50377	24,52	205.450,0	4.466,3	496
Não ocupados	-	-	-	-	23400	81,92	5165,5	18,08	-	-	28.565,5	4.760,9	529
<b>Total</b>	<b>39126</b>	<b>-</b>	<b>85.366,0</b>	<b>-</b>	<b>109.299,0</b>	<b>-</b>	<b>22.818,5</b>	<b>-</b>	<b>71.277,0</b>	<b>-</b>	<b>327.886,5</b>	<b>17.668,0</b>	<b>1.963,1</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

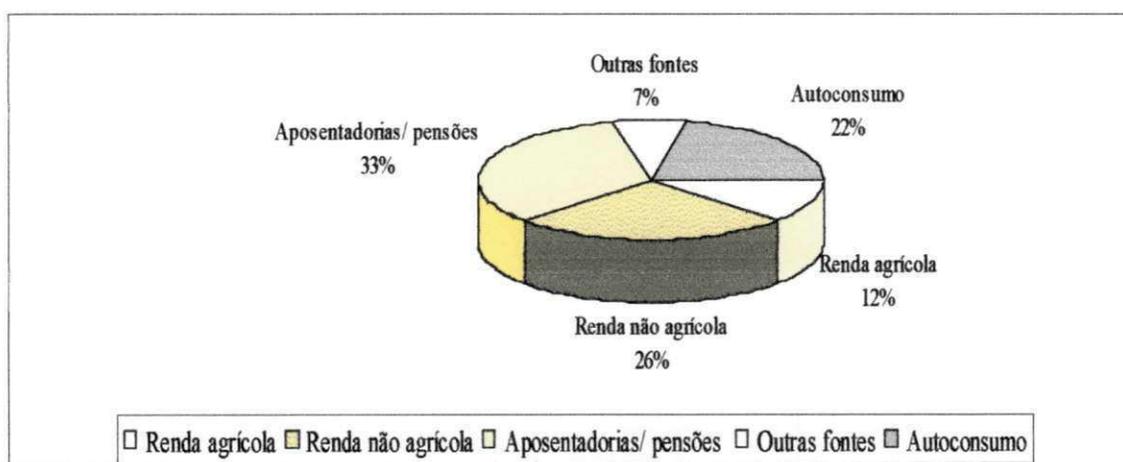
<sup>1</sup>- Outras fontes de renda: vale-gás, bolsa-escola, bolsa PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio-maternidade, aluguéis, herança, poupança

<sup>2</sup>- Valor estimado da produção em reais, Aparecida/PB - 2002

Obs: Valores em reais de setembro de 2002

Sobre a participação efetiva de cada tipo de renda na composição dos rendimentos das famílias com domicílio rural do município de Aparecida, o Gráfico 5 exemplifica melhor essa participação, em termos relativos.

**Gráfico 5 - Composição da renda familiar, Aparecida/PB, 2002**



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Numa análise mais específica, percebe-se que fica a cargo das transferências públicas o maior percentual de renda obtido pelas famílias, respondendo por 33% e indicando também que quanto maior a porcentagem de transferências públicas na composição da renda das famílias, mais elevadas se tornam as possibilidades das famílias terem estabilidade no poder aquisitivo, uma vez que as aposentadorias e pensões são direitos assegurados que independem de conjunturas políticas.

O segundo grupo de maior peso na composição da renda das famílias são as rendas não agrícolas, que perfazem o total de 26% dos rendimentos familiares. As rendas não agrícolas, apesar de serem fruto da ocupação de uma população com baixa qualificação, não deixam de ser importantes, uma vez que se configuram como estratégia de sobrevivência numa região castigada pelas estiagens.

Ainda em relação à composição da renda, destaca-se a participação das outras fontes de renda cujo, percentual corresponde a 7%.

No que diz respeito aos rendimentos agrícolas, estes somam 12% do total das rendas, evidenciando que as famílias que dependem de rendas exclusivamente agrícolas possuem menor estabilidade no poder aquisitivo, principalmente porque esses rendimentos estão sujeitos às oscilações pluviométricas tão comuns no município, ficando as famílias cada vez mais dependentes das transferências públicas via aposentadorias, pensões e outras fontes de renda.

O percentual de renda proveniente das atividades agrícolas só não é menor, no caso específico do objeto de estudo, porque se soma ao percentual de 12% a estimativa do valor da produção obtido com autoconsumo, que perfaz o total de 22%; mesmo assim, esse percentual é superado pelos outros tipos de renda que juntas somam 66% da renda obtida pelas famílias, confirmando os dados das análises nacionais, na década de 90, que mostram que as rendas agrícolas são inferiores às rendas não agrícolas. No geral, constatou-se que a renda média das famílias foi no período em questão, R\$ 4.371,82 e a renda mensal de R\$ 485,76 incluído-se nesse cômputo o valor estimado da produção com autoconsumo.

No tocante às rendas e se tendo como base os residentes ativos dos domicílios da amostra, as Tabelas 27 e 28 tratam especificamente dessas rendas per capita, segundo ramo de atividade e posição na ocupação principal incluindo-se, nesta análise, apenas as pessoas que obtiveram rendimentos monetários provenientes das atividades realizadas sob a forma de trabalho por conta própria, como empregados ou empregadores e também aqueles que obtiveram rendimentos provenientes da venda de produtos, quer seja da atividade agrícola ou não agrícola.

Analisando-se o segmento daqueles que obtiveram rendimento agrícola disposto na Tabela 27, destaca-se que o universo dos trabalhadores empregados é responsável por 67,89% do total de ocupados empregados no ramo agrícola e com rendimentos monetários no período de janeiro a setembro de 2002.

Em relação à renda, 86,2% provêm das atividades agropecuárias realizadas em estabelecimentos de outras pessoas na condição de empregados, sem carteira assinada ou qualquer outro benefício assegurado pela lei e recebendo diárias. Os 13,8 % restantes resultam de outros tipos de renda, uma vez que muitas pessoas ocupadas declaram receber algum tipo de benefício do governo federal ou estadual, além do investimento em outras fontes de rendimento, como aluguéis e poupanças.

A renda per capita do segmento empregados, levando-se em consideração o período de 9 meses, é de R\$ 736,90, sendo que, quando se divide esse total pela quantidade de meses, a renda per capita mensal é de R\$ 82, indicando a baixa remuneração dos trabalhadores rurais

com baixa qualificação, reflexo de setor rural atrasado e cujas atividades ainda se baseiam no uso de instrumentos de trabalho simples.

Sobre os agricultores por conta própria, estes correspondem a 32,86% do total de ocupados e com rendimentos no período exposto e cuja renda se originou da venda de produtos da atividade agropecuária. Do total da renda obtida pelo segmento conta própria, 87% provêm da atividade agrícola e 13% resultam de outras fontes de renda. A renda per capita para o período é de R\$ 3.592,1 e a renda mensal per capita de R\$ 399, cinco vezes maior que a renda mensal do segmento dos empregados.

A Tabela 28 apresenta os dados sobre os rendimentos dos ocupados em atividades não agrícolas e três categorias de ocupados. O primeiro grupo corresponde aos ocupados por conta própria e somam 76,74% do total de empregados e atividades não agrícolas e cujos rendimentos, 65,56%, provêm da atividade exclusivamente não agrícola relacionadas a indústria de transformação.

Como forma de complemento de renda, este segmento dispõe de 34,44% de rendas provenientes de outras fontes de rendimento, demonstrando uma dependência considerável das transferências públicas e/ou privadas, sendo que a renda mensal dessa categoria só não é inferior à indicada (R\$ 98,80) devido a essas transferências.

Em relação aos empregados, esta categoria compõe 20,93% do total de ocupados em atividades não agrícolas, sendo que do total de rendimentos 84,18% provêm da atividade que exercem como funcionários do serviço público ou de pequenas empresas localizadas na sede do município ou, ainda, em municípios vizinhos, contabilizando uma renda mensal de R\$ 252,3 e renda média para o período, de R\$ 2.270,80. Esta categoria é menos dependente das transferências públicas, mas 15,82% da renda ainda provêm de outras fontes de renda.

A categoria empregadores não agrícolas é o que apresenta o menor número de pessoas ocupados, perfazendo total de 2,33%. A renda proveniente dessa categoria de ocupadas resultam 100% de atividades não agrícolas, uma vez que os entrevistados abordados na pesquisa de campo se dedicavam a atividades relacionadas ao comércio de mercadorias. A renda per capita para o período observado foi de R\$ 6.635,00 e a renda mensal de R\$ 737,20.

**Tabela 27 - Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade agrícola, segundo posição na ocupação principal no período de Janeiro a Setembro de 2002, Aparecida/PB - 2002.**

Posição na ocupação	Número de pessoas	%	Tipo de renda				Total (R\$)	Renda per capita (R\$)	Renda mensal per capita (R\$)
			Agrícola (R\$)	%	Outras <sup>1</sup> (R\$)	%			
Conta própria	9	32,14	28.125,00	87,00	4.204,0	13,0	32.329,0	3.592,1	399
Empregados	19	67,86	12.071,0	86,2	1.930,0	13,8	14.001,0	736,9	82
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>40.196,0</b>		<b>6.134,0</b>		<b>46.330,0</b>	<b>4.329,0</b>	<b>481</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

<sup>1</sup>- Outras fontes de renda: aposentadorias, pensões, vale-gás, bolsa-escola, bolsa PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio -maternidade, aluguéis, herança, poupança.

Obs: Valores em reais de setembro de 2002

**Tabela 28 - Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade não agrícola, segundo posição na ocupação no período de janeiro a setembro de 2002, Aparecida/PB - 2002.**

Posição na ocupação	Número de pessoas	%	Tipo de renda				Total (RS)	Renda per capita (RS)	Renda mensal per capita
			Não agrícola (RS)	%	Outras <sup>1</sup> (RS)	%			
Conta própria	66	76,74	37.690	65,56	19.796,5	34,44	57.486,5	871,0	96,8
Empregados	18	20,93	34.406	84,18	6.467,5	15,82	40.873,5	2.270,8	252,3
Empregador não agrícola	2	2,33	13.270,0	100,00	-	-	13.270,0	6.635,0	737,2
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100,00</b>	<b>85.366,0</b>	<b>-</b>	<b>26.264,0</b>	<b>-</b>	<b>111.630,0</b>	<b>9.776,8</b>	<b>1.086,3</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

<sup>1</sup>- Aposentadorias, pensões, vale-gás, bolsa-escola, bolsa PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio-maternidade, aluguéis, herança, poupança

Obs: Valores em reais de setembro de 2002.

Para concluir, tem-se os dados dos residentes rurais inativos com renda, dispostos na Tabela 29 e no Gráfico 6.

Na Tabela 29 verifica-se que dos 71 residentes rurais acima de dez anos de idade da amostra, isolados na categoria dos inativos, com renda 73,24% se declararam aposentados ou pensionistas e os 26,76% restantes afirmaram receber rendimentos provenientes de outras transferências públicas. O grupo que declarou receber outros tipos de benefícios, afora as aposentadorias e ou/pensões, agrupa principalmente mulheres, que recebem benefícios como a bolsa renda, bolsa alimentação e vale-gás e crianças/adolescentes em idade escolar que recebem bolsas-escola.

A renda média per capita entre os aposentados e pensionistas é de R\$ 1.834,65 e a renda mensal de R\$ 203,85; já entre os que recebem outros tipos de transferência a renda média per capita para o período de análise corresponde a R\$ 223,53 e a renda mensal de R\$ 24,84.

Quanto à composição da renda, presente no Gráfico 6, em termos relativos 96% dos rendimentos são resultantes das aposentadorias e pensões e 4% provêm de outras formas de transferências públicas advindas de programas como a bolsa-escola, bolsa PETI, bolsa renda, bolsa alimentação e vale-gás, criados principalmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Os programas bolsa-escola e bolsa PETI foram criados com o objetivo de estimular a frequência dos alunos na escola, através do recebimento mensal de R\$ 15,00 sendo que o objetivo que norteou a criação da bolsa PETI foi a tentativa de erradicar o trabalho infantil, destinando, mensalmente, R\$ 25,00 para os alunos inscritos no Programa.

Os programas bolsa-renda e bolsa-alimentação, também são contemporâneos dos programas destinados ao público infanto-juvenil e foram criados para atender às famílias de baixa renda que recebem mensalmente, R\$ 30,00 como complemento da renda familiar; já o vale-gás, que repassa à família R\$ 15,00 a cada dois meses, foi criado com o intuito de complementar os gastos com o botijão de gás devido à retirada dos subsídios no ano de 2002.

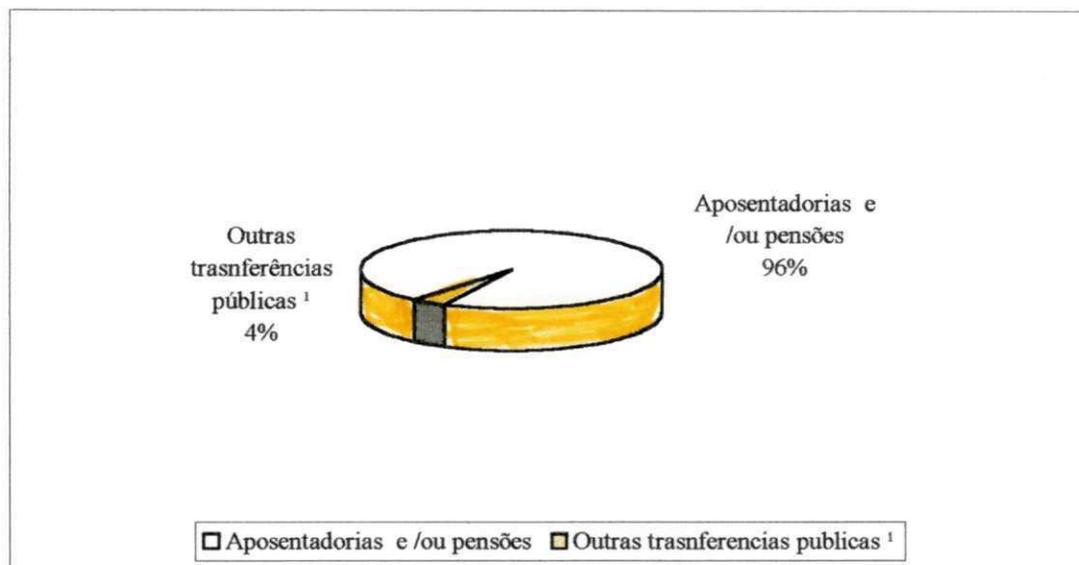
**Tabela 29 - Renda per capita dos residentes rurais inativos no período de Janeiro a Setembro de 2002, Aparecida/PB - 2002.**

<b>Tipo de benefício</b>	<b>Número de pessoas</b>	<b>%</b>	<b>Renda total</b>	<b>Renda per capita</b>	<b>Renda mensal</b>
Aposentadorias e / ou pensões	52	73,24	95.402	1.834,65	203,85
Outras transferências públicas <sup>1</sup>	19	26,76	4.247	223,53	24,84
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,00</b>	<b>99.649,00</b>	<b>2.058,18</b>	<b>228,69</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

<sup>1</sup> Bolsa -escola, bolsa - PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação e vale-gás.

**Gráfico 6 – Composição da renda dos residentes rurais inativos,  
Aparecida/PB - 2002**



Fonte: Dados da pesquisa de campo

1- Bolsa -escola, bolsa - PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação e vale-gás.

## Considerações finais

... longe do meio rural ser tomado como atrasado e “caipira”, ele passa a ter características antes próprias do meio urbano, inclusive ofertando muitos atrativos de lazer, turismo e moradia para a população brasileira majoritariamente urbana. O que se observa em consequência é uma crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e de renda não-agrícolas, o que tem contribuído para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 61).

As inúmeras transformações que vem apresentando o espaço rural, nas últimas décadas, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, apontam que esse espaço já não pode mais ser definido exclusivamente a partir da dicotomia rural-urbana, uma vez que, sob a ótica socioeconômica e política, esta separação deixa de ter relevância. A presença de novos elementos e novos atores sociais sinaliza que o espaço rural ganhou funções e atividades constatando-se, assim, que o mesmo não pode mais ser sinônimo de agrícola.

Nos países desenvolvidos encontra-se em andamento processos de diversificação produtiva, uma vez que as famílias residentes em áreas agrícolas se dedicam a outras atividades, reduzindo o tempo de trabalho dedicado às atividades agrícolas e fazendo emergir um novo ator social comumente chamado *part-time farmer* (agricultor em tempo parcial).

Os resultados obtidos nas Fases I e II do Projeto Rurbano mostram que o meio rural brasileiro, à semelhança do que ocorre em outros países desenvolvidos, mostra uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Neste sentido, há um conjunto de atividades não agrícolas, como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria, que respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural.

Pelos estudos realizados e com a abertura das informações sobre as regiões e os estados, pode-se dizer que vêm ocorrendo transformações em todo o País; entretanto, o que se percebe é que essas transformações não são homogêneas, uma vez que as dinâmicas de geração das atividades não agrícolas não obedecem aos mesmos critérios, devido a inúmeros fatores, que vão desde questões de ordem climática até questões estruturais, derivadas da forma como foi conduzido o desenvolvimento do País ao longo da sua história.

No que diz respeito ao objeto de estudo do trabalho, a caracterização do espaço rural do município de Aparecida trouxe à tona algumas especificidades inerentes à própria cultura do município, em relação ao desenvolvimento das ocupações rurais não agrícolas em especial sobre as ocupações geradas pela indústria de transformação, centradas na fabricação de redes e varandas e que ao longo dos anos vem modificando não só a estrutura do emprego, mas também as próprias relações de poder e a divisão sexual do trabalho no município.

Dentre dessas novas especificidades destaca-se um significativo número de pessoas que têm como atividade principal, às ocupações não agrícolas (62,8%), em geral não associadas às atividades agrícolas, sendo que os grupos de ocupações mais expressivos estão diretamente relacionadas à indústria de transformação, responsável por 40,9% das ocupações dos residentes ativos.

Sobre as dinâmicas de geração das ORNAs em Aparecida e a conseqüente inserção das famílias com domicílio rural no contexto da pluriatividade, pode-se dizer que em linhas gerais esses elementos seguem as características já destacada por Silva, A.G.da (2000) onde o mesmo ressalta que na região Nordeste, caracterizam-se situações de pluriatividade devido a questões de inadequação da atividade agrícola, complementados por fatores externos que acabam dinamizando a economia regional, sendo que a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade entre as famílias rurais se evidenciam ou por serem estratégias de sobrevivência ou pelo fato dos municípios estarem ligados a algum pólo de desenvolvimento.

Trazendo a discussão para o cenário de Aparecida, o desenvolvimento das ORNAs no município relaciona-se a dois fatores. O primeiro diz respeito ao passado histórico do município que, diante das secas constantes, da decadência de culturas tradicionais, a exemplo do algodão, e da diminuição dos incentivos para a agricultura, encontrou como alternativa para a geração de ocupação e renda, o trabalho artesanal, inicialmente utilizando a carnaúba e o couro e posteriormente, a partir dos anos 70, desenvolvendo o artesanato com linha, mais especificamente o crochê.

O segundo fator que impulsionou o crescimento das atividades não agrícolas, derivadas do artesanato, relaciona-se ao fato de Aparecida se localizar próximo a São Bento, outro município do Sertão paraibano, grande produtor de redes, que é o principal responsável pela compra da produção das varandas de rede de Aparecida.

Destaca-se que a pluriatividade está presente no espaço rural do município de Aparecida e é sobremaneira importante, contudo acredita-se este fato não decorre em função do desenvolvimento tecnológico da agricultura da região, que teria proporcionado aos membros das famílias um maior tempo livre para executar outras atividades e sim por

estratégia das famílias no sentido de conseguirem rendas extras, uma vez que as atividades agrícolas são na sua maioria direcionadas o autoconsumo.

No tocante a questão dos postos de emprego, observa-se que no município de Aparecida a atividade principal dos residentes rurais não é mais a atividade agrícola, sendo que 62,8% dos entrevistados declararam trabalhar em atividades não agrícolas e somente 37,2% dos residentes rurais ocupavam-se na agricultura como atividade principal.

Em relação às pessoas com dupla ocupação, os dados demonstraram que do universo de 137 pessoas ocupadas, 78,1% possuíam uma única atividade na semana de referência e 21,9% declararam possuir mais de uma atividade.

Com referência aos tipos de famílias, os trabalhadores ocupados, distribuí-se principalmente entre as famílias pluriativas e não agrícolas que representam cerca de 73% do total de famílias.

Numa análise mais detalhada sobre a posição na ocupação destaca-se que o grupo mais numeroso de ocupados corresponde a categoria dos trabalhadores por conta própria, também marcada pela presença maciça de ocupados em atividades não agrícolas, compreendendo a cerca de 48,2% da população, contra 14,6% de ocupados por conta própria na atividade agrícola.

Em relação ao grupo dos empregados há uma certa equivalência ente os segmentos, uma vez que os empregados não agrícolas perfazem um total de 13,1% e os empregados na atividade agrícola somam 11,7%.

Sobre os empregadores, destaca-se dois casos em que os entrevistados declararam compor esse segmento, perfazendo somente 1,5% do total de ocupados, mesmo assim as atividades desenvolvidas por esses empregadores não se relacionam diretamente com a atividade agrícola, indicando que o município apresenta relações de produção atrasadas e também que as ocupações na atividade agrícola, se restringem na maior parte dos casos, ao universo familiar.

No tocante as rendas, se enfatiza que as rendas não agrícolas e as transferências públicas respondem por uma parcela significativa dos rendimentos das famílias rurais do município de Aparecida, correspondendo a cerca de 59% das rendas obtida pelas famílias no período de estudo, ainda podendo ser somada a esse percentual 7%, provenientes de outras fontes de renda, o que resultaria num percentual total de 66%.

Pode-se destacar com base nas análises realizadas ao longo do trabalho que o universo rural do município de Aparecida, no que diz respeito à ocupação e a renda dos seus residentes, não pode mais ser descrito a partir da velha dicotomia rural-urbano de outros

tempos, uma vez que em relação às ocupações, a população aparecidense não possui mais a agricultura como ocupação principal, nem tão pouco as rendas que sustentam essas famílias são tão somente agrícolas.

Sobre as ORNAs, ressalta-se que a maior parte das ocupações presentes no município, estão relacionadas ao artesanato, uma atividade que exige baixa qualificação e que podem ser realizadas até mesmo por crianças.

Em relação às atividades agrícolas, observa-se que condições climáticas influenciam diretamente a estrutura do emprego, principalmente no universo masculino, uma vez que, segundo informações dos entrevistados, a procura por outras atividades e outras fontes de renda ocorre principalmente nos anos de seca.

No município de Aparecida, a exemplo do Nordeste, existe um grande potencial para o desenvolvimento das atividades não agrícolas. Além do artesanato, já reconhecido em todo Estado, o município também possui potencialidades que podem contribuir para a criação de novas ocupações rurais. Essas potencialidades estão relacionadas principalmente ao fato do município possuir uma boa localização geográfica já que é cortado pela BR 230 e é banhado pelos Rios Peixe e Piranhas, além de um potencial para o turismo histórico, uma vez que o mesmo possui um dos mais antigos e importantes patrimônios histórico-arquitetônico do Estado. O município também possui pegadas de dinossauros, além da sua aptidão para a cultura, centralizada, sobretudo nos movimentos culturais envolvendo teatro, festivais de poesia, canções e outras atividades culturais.

Essas aptidões presentes em Aparecida indicam que é necessário promover no município políticas que possam estimular o desenvolvimento da região, levando-se em consideração suas especificidades e a heterogeneidade das suas localidades rurais e também definindo estratégias e ações orquestradas com os interesses das populações mais carentes, dotando cada localidades de saneamento básico, eletrificação, escolas, postos de saúde, centros de cultura e lazer entre outros benefícios.

Ressalta-se, contudo que apesar das inúmeras potencialidades presentes em Aparecida, existe um descaso dos poderes públicos no sentido de organizar as atividades relacionadas ao artesanato. A maioria das ações desenvolvidas no município e que buscaram o desenvolvimento dessa atividade, foram realizadas através da iniciativa dos artesãos organizados em cooperativas, entretanto devido à falta de apoio dos órgãos públicos essas cooperativas não conseguiram se firmar e acabaram sendo extintas.

## Bibliografia

- AGUIAR, Ronaldo. A modernização desigual da agricultura. In: **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis, 1986.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB/SEC, 1997 (volume 1).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. NBR 14724. São Paulo, 2002.
- AZÊVEDO, Alvanira; OLIVEIRA FILHO, Laercio. **Aparecida – um canto da Paraíba**. Aparecida: Edições Acauã Produções Artísticas (APC), 2002.
- BALSADI, Otavio Valentim. O novo rural paulista: evolução e perspectivas. In: **II Seminário sobre o novo rural brasileiro: a dinâmica das atividades não-agrícolas no novo rural brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano**. Campinas: NEA/IE/UNICAMP, 2001.
- CAMPANHOLA, Clayton Campanhola; SILVA, José Graziano da. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. In: **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000 (volume 4).
- \_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000 (volume 1).
- DELGADO, Nelson, Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2001.
- DOURADO, Auceia Matos. **Faces e faces do rural brasileiro: considerações sobre o novo rural brasileiro e o desenvolvimento sustentável**. Trabalho de conclusão da disciplina Estado e Agricultura. Campina Grande, 2001a. (Mimeo).
- FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999 (volume 2).
- FLORES, Murilo Xavier; MACÊDO, Moacir Costa Macêdo. Políticas para o novo rural brasileiro. In: **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000 (volume 4).
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- GUIMARÃES, Albert. Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- GURJÃO, Eliete Queiroz; LIMA, Damião de. (orgs.). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande: Eduep, 2001.
- GURJÃO, Eliete Queiroz (org). **Imagens multifacetadas de Campina Grande**. Campina grande: PMCG, 2000.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1977.

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL. GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas regiões rurais do Brasil. In: **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000 (volume 1).

LIMA, João Ricardo Ferreira de. **As dinâmicas de ocupação de ocupação rural na Paraíba nos anos 90**. Projeto de dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional/UFCG). Campina Grande, 2001. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. **A evolução das rendas não-agrícolas na Paraíba dos anos 90**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia Rural e Regional/UFCG). Campina Grande, 2002. (Mimeo).

LINS, Joserilde. **Aparecida: da origem aos dias atuais**. Monografia de conclusão do Curso de História. UFCG: Cajazeiras, 2000 (Mimeo).

OLIVEIRA, José França. **Várzea do Cantinho – antes de depois da irrigação**. Monografia de conclusão do Curso de História. Cajazeiras/UFCG, 2002.(Mimeo)

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. In: **Economia Aplicada**. São Paulo: FIPE/FEA – USP, 1998.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização brasileira. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IDEA / INPES, n.º 3, jun. 1990.

MELLO, José Octávio de Arruda. (org.). **A Paraíba das origens à urbanização**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB/FUNAPE e Edições Casa de José de Américo, 1983.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

PROJETO RURBANO (Fase III) – Pesquisa **Quantitativa sobre Rendias nos Domicílios Rurais: Manual do entrevistador**. Campinas/SP (Mimeo).

SAIA/PB – **Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa**. João Pessoa: 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. In. **II Seminário sobre o novo rural brasileiro: a dinâmica das atividades não-agrícolas no novo rural brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano**. Campinas: NEA/IE/UNICAMP, 2001 (Mimeo).

SEBRAE/PRODER – **Diagnóstico sócio-econômico do município de Aparecida**. João Pessoa: 1996.

SILVA, Aldenor Gomes da. **Pluriatividade e renda das famílias rurais do Nordeste do Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Rio de Janeiro: Anais... (CD Rom), 2000a.

\_\_\_\_\_. **Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte**. In: **O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Nordeste**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000b (volume 2).

SILVA, Aldenor Gomes da; VERAS, Edmilson Correia. **A heterogeneidade da dinâmica das ocupações no rural do Nordeste**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2001, Rio de Janeiro: Anais... (CD Rom).

SILVA, José Graziano da. **Urbanização e pobreza no campo**. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (orgs.). **Agricultura e agroindústria no Brasil**. Campinas: ABRA, 1995.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1999a. (coleção pesquisa, 1).

\_\_\_\_\_. **Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?** In: SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. In: **II Seminário sobre o novo rural brasileiro: a dinâmica das atividades não-agrícolas no novo rural brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano**. Campinas: NEA/IE/UNICAMP, 2001 (Mimeo).

\_\_\_\_\_. & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **A evolução das rendas não-agrícolas no Brasil**. In: **II Seminário sobre o novo rural brasileiro: a dinâmica das atividades não-agrícolas no novo rural brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano**. Campinas: NEA/IE/UNICAMP, 2001 (Mimeo).

SOUZA, Marcelino de. **Ocupação e renda nas famílias rurais do sul do Brasil**. In: **II Seminário sobre o novo rural brasileiro: a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro - Fase III do Projeto Rurbano**. Campinas: NEA/IE/UNICAMP, 2001. (Mimeo).

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zaar Editores, 1980.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **O meio rural piauiense na virada do século: novos processos, novos atores e novas oportunidades**. In: **O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Nordeste**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000b (volume 2).

# **Anexos**

# Anexo A

## Projeto Rurbano Fase III: subprojeto n.º 5 Pesquisa Quantitativa de Renda nos Domicílios Rurais

Questionário para Pesquisa Local por Amostra e Domicílio Rural - PLADR

Controle da pesquisa e identificação do questionário

Número do Questionário: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_

	Nome	Rubrica
Entrevistador		
Supervisor		
Crítico		
Digitador		

Data da primeira visita-----/-----/-----

Data da devolução-----/-----/-----

Data da segunda visita-----/-----/-----

Data da checagem final-----/-----/-----

Outubro de 2002

**QUADRO A - DESCRIÇÃO DEMOGRÁFICA DOS RESIDENTES NO DOMICÍLIO  
NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002.**

Nome	Parentesco <sup>a</sup>	Sexo <sup>b</sup>	Idade (anos)	Escolaridade <sup>c</sup>
01-				
02-				
03-				
04-				
05-				
06-				
07-				
08-				
09-				
10-				

**a) Parentesco**

01- pessoa de referência/responsável;  
02- cônjuge;  
03- filho(a);  
04- pai/mãe/sogro/sogra;  
05- genro/nora;  
06- neto (a);  
07- agregado(s);  
98- outro(s).

**b) sexo**

01- masculino;  
02- feminino.

**c) escolaridade**

01- analfabeto;  
02- apenas lê e escreve;  
03- móbrel;  
04- 1ª. a 4ª. série completo;  
05- 1ª. a 4ª. série incompleto;  
06- 5ª. a 8ª. série completo;  
07- 5ª. a 8ª. série incompleto;  
08- 2º. grau completo;  
09- 2º. grau incompleto;  
10- nível técnico;  
11- superior completo;  
12- superior incompleto;  
96- não soube informar.



QUADRO I - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002

Nome da pessoa de referência listada no Quadro B.....

01- Em termos de moradia como utiliza este domicílio/estabelecimento? 01.1- ( ) eventualmente a negócio/trabalho

01.2- ( ) eventualmente para lazer/casa de campo 01.3- ( ) lar permanente

02- Qual a área total do domicílio/estabelecimento? -----m<sup>2</sup>/-----hectare. É proprietário? ( ) não ( ) sim

Se não, 02.1- Ocupa este domicílio/estabelecimento principalmente sob que condição?

02.1.1- ( ) arrendatário 02.1.2- ( ) parceiro 02.1.3- ( ) posseiro 02.1.4- ( ) cessionário

02.1.5- ( ) inquilino 02.1.6- ( ) inquilino e caseiro

Se sim, 02.2- Tem caseiro residente? ( ) não ( ) sim

03- Esteve ocupado(a) desde janeiro até setembro deste ano? ( ) não-vá para o Quadro II ( ) sim

Se sim, 03.1- Quantos meses? .....

04- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

04.1- ( ) não-vá para o quesito 06

04.2- ( ) sim Se sim, 04.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

04.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-vá para o quesito 05

04.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-vá para o quesito 04.3

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

04.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 04.3

04.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 04.3

( ) somente para o fundo de renda da família- vá para o quesito 04.3

04.3- Quem decide pelo uso do fundo de renda monetária familiar?

( ) todos da família, exceto as crianças ( ) os pais e os filhos que contribuem para a formação da renda familiar

( ) os pais ( ) somente o pai ( ) somente a mãe ( ) somente o filho(a) mais velho(a)

( ) outro- Quem?.....

05- Quais eram as ocupações com remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 06)

05.1- ocupação principal.....;

05.2- ocupação secundária-1.....;

05.3- ocupação secundária-2.....;

05.4- ocupação secundária-3.....;

05.5- ocupação secundária-4.....;

06- No período ocupou-se em atividades sem remuneração? ( ) não-vá para o quesito 07 ( ) sim Se sim, 06.1-Quais?

06.1.1- ( ) autoconsumo-vá para o Quadro VI 06.1.2- ( ) autoconstrução-vá para o Quadro VI

06.1.3- ( ) ambos-vá para o Quadro VI 06.1.4- ( ) outra(s) Qual(is)?.....vá para o quesito 07 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 36 caso exista outra pessoa.

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

07- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

08- Onde se localizava a ocupação principal?

08.1- ( ) no domicílio

08.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

08.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 08.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

09- Na ocupação principal atuou principalmente como o empregador? ( ) não-vá para o quesito 10 ( ) sim

Se sim, 09.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

09.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 09.2.1- Quantos?.....

09.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

09.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 09.4.2 ( ) sim

Se sim, 09.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 09.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola

( ) Se sim, 09.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

10- Na ocupação principal atuou principalmente como o conta própria? ( ) não-vá para o quesito 11 ( ) sim

Se sim, 10.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

10.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 10.2.2 ( ) sim

Se sim, 10.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 10.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola

( ) Se sim, 10.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

11- Na ocupação principal atuou principalmente como o empregado? ( ) não-vá para o quesito 12 ( ) sim

Se sim, 11.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 11.2 ( ) sim

Se sim, 11.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 11.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 11.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

11.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 11.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

11.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

11.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

11.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 11.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

12- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

13- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

13.1- ( ) no domicílio

13.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

13.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 13.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

14- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 15 ( ) sim

Se sim, 14.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

14.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 14.2.1- Quantos?.....

14.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

14.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 14.4.2 ( ) sim

Se sim, 14.4.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 14.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 14.4.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

15- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 16 ( ) sim

Se sim, 15.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

15.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 15.2.2 ( ) sim

Se sim, 15.2.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 15.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 15.2.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

16- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 17 ( ) sim

Se sim, 16.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 16.2 ( ) sim

Se sim, 16.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 16.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$......,00

Se sim, 16.1.3- Qual ao valor da diária? R\$......,00

16.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 16.1.5- Quanto por mês? R\$......,00

16.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$......,00

16.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

16.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 16.4.1- Quanto por mês? R\$......,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

17- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

18- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

18.1- ( ) no domicílio

18.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

18.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural

18.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

19- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 20 ( ) sim

Se sim, 19.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

19.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 19.2.1- Quantos?.....

19.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

19.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 19.4.2 ( ) sim

Se sim, 19.4.1- Qual o valor mensal? R\$.00

Se não, 19.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 19.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.00

20- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria?

( ) não-vá para o quesito 21

( ) sim Se sim, 20.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

20.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 20.2.2 ( ) sim

Se sim, 20.2.1- Qual o valor mensal? R\$.00

Se não, 20.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 20.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.00

21- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 22 ( ) sim

Se sim, 21.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 21.2 ( ) sim

Se sim, 21.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 21.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.00

Se sim, 21.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.00

21.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 21.1.5- Quanto por mês? R\$.00

21.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.00

21.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

21.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 21.4.1- Quanto por mês? R\$.00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

22- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

23- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

23.1- ( ) no domicílio

23.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

23.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural

23.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

24- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 25 ( ) sim

Se sim, 24.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

24.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 24.2.1- Quantos?.....

24.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

24.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 24.4.2 ( ) sim

Se sim, 24.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 24.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 24.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

25- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 26 ( ) sim

Se sim, 25.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

25.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 25.2.2 ( ) sim

Se sim, 25.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 25.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 25.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

26- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 27 ( ) sim

Se sim, 26.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 26.2 ( ) sim

Se sim, 26.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 26.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 26.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

26.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 26.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

26.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

26.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

26.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 26.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

27- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

28- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

28.1- ( ) no domicílio

28.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

28.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 28.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

29- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador?

( ) não-vá para o quesito 30

( ) sim Se sim, 29.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

29.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 29.2.1- Quantos?.....

29.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

29.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 29.4.2 ( ) sim

Se sim, 29.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 29.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 29.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

30- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 31 ( ) sim

Se sim, 30.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

30.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 30.2.2 ( ) sim

Se sim, 30.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 30.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 30.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

31- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 32 ( ) sim

Se sim, 31.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 31.2 ( ) sim

Se sim, 31.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 31.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 31.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

31.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 31.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

31.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

31.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim;

31.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 31.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

**OUTRAS FONTES DE RENDIMENTOS AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS**

32- Teve **rendimentos mensais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o *quesito 33*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

32.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.1.1- valor mensal? R\$.....,00

32.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.2.1- valor mensal? R\$.....,00

32.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.3.1- valor mensal? R\$.....,00

32.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.4.1- valor mensal? R\$.....,00

32.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.5.1- valor mensal? R\$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

33- Teve **rendimentos mensais variáveis** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o *quesito 34*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

33.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 33.1.1- valor mensal? R\$.....,00

33.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 33.2.1- valor mensal? R\$.....,00

33.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 33.3.1- valor mensal? R\$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

34- Teve **rendimentos anuais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o *quesito 35*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

34.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 34.1.1- valor anual? R\$.....,00

34.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 34.2.1- valor anual? R\$.....,00

34.3- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 34.3.1- valor anual? R\$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

35- Teve **rendimentos anuais variáveis** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o *quesito 36*

( ) sim Se sim, teve com:

35.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.1.1- valor anual? R\$.....,00

35.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.2.1- valor anual? R\$.....,00

35.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.3.1- valor anual? R\$.....,00

35.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços?

( ) não ( ) sim Se sim, 35.4.1-valor anual? R\$.....,00

35.5- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.5.1- valor mensal? R\$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

QUADRO Ia - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002

Nome da segunda pessoa residente listada no Quadro B.....

36- Esteve ocupado(a) desde janeiro até setembro deste ano? ( ) não-vá para o Quadro II ( ) sim

Se sim, 36.1- Quantos meses? .....

37- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

37.1- ( ) não-vá para o quesito 39

37.2- ( ) sim Se sim, 37.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

37.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-vá para o quesito 38

37.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-vá para o quesito 38

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

37.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 38

37.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 38

( ) somente para o fundo de renda da família- vá para o quesito no quesito 38

38- Quais eram as ocupações com remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 39)

38.1- ocupação principal.....;

38.2- ocupação secundária-1.....;

38.3- ocupação secundária-2.....;

38.4- ocupação secundária-3.....;

38.5- ocupação secundária-4.....;

39- No período ocupou-se em atividades sem remuneração? ( ) não-vá para o quesito 40 ( ) sim Se sim, 39.1-Quais?

39.1.1- ( ) autoconsumo-vá para o Quadro VI      39.1.2- ( ) autoconstrução-vá para o Quadro VI

39.1.3- ( ) ambos-vá para o Quadro V

39.1.4- ( ) outra(s); Qual(is)?.....vá para o quesito 40 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 69 caso exista terceira pessoa.

PERFIL DA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

40- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

41- Onde se localizava a ocupação principal?

41.1- ( ) no domicílio

41.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

41.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural

41.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

42- Na ocupação principal atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 43 ( ) sim

Se sim, 42.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

42.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 42.2.1- Quantos?.....

42.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

42.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 42.4.2 ( ) sim

Se sim, 42.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 42.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 42.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

43- Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 44 ( ) sim

Se sim, 43.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

43.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 43.2.2 ( ) sim

Se sim, 43.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 43.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 43.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

44- Na ocupação principal atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 45 ( ) sim

Se sim, 44.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 44.2 ( ) sim

Se sim, 44.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 44.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 44.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

44.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 44.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

44.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

44.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

44.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 44.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

45- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

46- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

46.1- ( ) no domicílio

46.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

46.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural

46.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

47- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 48 ( ) sim

Se sim, 47.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

47.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 47.2.1- Quantos?.....

47.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

47.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 47.4.2 ( ) sim

Se sim, 47.4.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 47.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 47.4.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

48- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 49 ( ) sim

Se sim, 48.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

48.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 48.2.2 ( ) sim

Se sim, 48.2.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 48.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 48.2.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

49- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 50 ( ) sim

Se sim, 49.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 49.2 ( ) sim

Se sim, 49.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 49.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$......,00

Se sim, 49.1.3- Qual ao valor da diária? R\$......,00

49.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 49.1.5- Quanto por mês? R\$......,00

49.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$......,00

49.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

49.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 49.4.1- Quanto por mês? R\$......,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

50- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

51- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

51.1- ( ) no domicílio

51.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

51.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 51.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

52- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 53 ( ) sim

Se sim, 52.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

52.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 52.2.1- Quantos?.....

52.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

52.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 52.4.2 ( ) sim

Se não, 52.4.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 52.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 52.4.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

53- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 54 ( ) sim

Se sim, 53.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

53.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 53.2.2 ( ) sim

Se não, 53.2.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 53.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 53.2.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

54- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?

( ) não-vá para o quesito 55 ( ) sim

Se sim, 54.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 54.2 ( ) sim

Se sim, 54.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 54.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$......,00

Se sim, 54.1.3- Qual ao valor da diária? R\$......,00

54.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 54.1.5- Quanto por mês? R\$......,00

54.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$......,00

54.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

54.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 54.4.1- Quanto por mês? R\$......,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

55- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

56- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

56.1- ( ) no domicílio

56.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

56.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 56.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

57- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 58 ( ) sim

Se sim, 57.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

57.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 57.2.1- Quantos?.....

57.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

57.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 57.4.2 ( ) sim

Se sim, 57.4.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 57.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 57.4.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

58- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 59 ( ) sim

Se sim, 58.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

58.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 58.2.2 ( ) sim

Se sim, 58.2.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 58.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 58.2.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

59- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 60 ( ) sim

Se sim, 59.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 59.2 ( ) sim

Se sim, 59.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 59.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$......,00

Se sim, 59.1.3- Qual ao valor da diária? R\$......,00

59.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 59.1.5- Quanto por mês? R\$......,00

59.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$......,00

59.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim;

59.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 59.4.1- Quanto por mês? R\$......,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

60- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

61- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

61.1- ( ) no domicílio

61.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

61.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 61.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

62- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 63 ( ) sim

Se sim, 62.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

62.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 62.2.1- Quantos?.....

62.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

62.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 62.4.2 ( ) sim

Se sim, 62.4.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 62.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 62.4.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

63- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria?

( ) não-vá para o quesito 64

( ) sim Se sim, 63.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

63.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 63.2.2 ( ) sim

Se sim, 63.2.1- Qual o valor mensal? R\$......,00

Se não, 63.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) sim, 63.2.2.1- Qual o valor anual? R\$......,00

64- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 65 ( ) sim

Se sim, 64.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 64.2 ( ) sim

Se sim, 64.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 64.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$......,00

Se sim, 64.1.3- Qual ao valor da diária? R\$......,00

64.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 64.1.5- Quanto por mês? R\$......,00

64.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$......,00

64.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

64.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 64.4.1- Quanto por mês? R\$......,00

**OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS**

65- Teve **rendimentos mensais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não-vá para o *quesito 66*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

65.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.1.1- valor mensal? R\$.....,00

65.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.2.1- valor mensal? R\$.....,00

65.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.3.1- valor mensal? R\$.....,00

65.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.4.1- valor mensal? R\$.....,00

65.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.5.1- valor mensal? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

66- Teve **rendimentos mensais variáveis** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o *quesito 67*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

66.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 66.1.1- valor mensal? R\$.....,00

66.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 66.2.1- valor mensal? R\$.....,00

66.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 66.3.1- valor mensal? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

67- Teve **rendimentos anuais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o *quesito 68*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

67.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 67.1.1- valor anual? R\$.....,00

67.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 67.2.1- valor anual? R\$.....,00

67.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 67.3.1- valor anual? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

68- Teve **rendimentos anuais variáveis** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não-vá para o *quesito 69*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

68.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.1.1- valor anual? R\$.....,00

68.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.2.1- valor anual? R\$.....,00

68.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.3.1- valor anual? R\$.....,00

68.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços?

( ) não ( ) sim Se sim, 68.4.1-valor anual? R\$.....,00

68.5- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.5.1- valor anual? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

QUADRO IB - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002

Nome da terceira pessoa residente listada no Quadro B.....

69- Esteve ocupado(a) de janeiro até setembro deste ano? ( ) não-vá para o Quadro II. ( ) sim

Se sim, 69.1- Quantos meses? .....

70- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

70.1- ( ) não-vá para o quesito 72

70.2- ( ) sim Se sim, 70.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

70.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-vá para o quesito 71

70.2.1.2- ( ) porque não contribuí para o usual fundo de renda familiar-vá para o quesito 71

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

70.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 71

70.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 71

( ) somente para o fundo de renda da família- vá para o quesito 71

71- Quais eram as ocupações com remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 72)

71.1- ocupação principal.....;

71.2- ocupação secundária-1.....;

71.3- ocupação secundária-2.....;

71.4- ocupação secundária-3.....;

71.5- ocupação secundária-4.....;

72- No período ocupou-se em atividades sem remuneração? ( ) não- vá para o quesito 73 ( ) sim. Se sim, 72.1- Quais?

72.1.1- ( ) autoconsumo-vá para o Quadro VI

72.1.2- ( ) autoconstrução-vá para o Quadro VI

72.1.3- ( ) ambos-vá para o Quadro VI

72.1.4- ( ) outra(s); Qual(is)?.....vá para o quesito 73 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 102 caso exista quarta pessoa.

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

73- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

74- Onde se localizava a ocupação principal?

74.1- ( ) no domicílio

74.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

74.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 74.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

75- Na ocupação principal atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 76 ( ) sim

Se sim, 75.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

75.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 75.2.1- Quantos?.....

75.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

75.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 75.4.2 ( ) sim

Se sim, 75.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 75.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 75.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

76- Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 77 ( ) sim

Se sim, 76.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

76.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 76.2.2 ( ) sim

Se sim, 76.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 76.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 76.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

77- Na ocupação principal atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 78 ( ) sim

Se sim, 77.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 77.2 ( ) sim

Se sim, 77.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 77.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 77.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

77.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 77.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

77.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

77.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

77.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 77.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00.

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

78- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

79- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

79.1- ( ) no domicílio

79.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

79.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 79.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

80- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 81 ( ) sim

Se sim, 80.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

80.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 80.2.1- Quantos?.....

80.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

80.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 80.4.2 ( ) sim

Se sim, 80.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 80.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 80.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

81- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 82 ( ) sim

Se sim, 81.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

81.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 81.2.2 ( ) sim

Se sim, 81.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 81.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 81.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

82- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 83 ( ) sim

Se sim, 82.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 82.2 ( ) sim

Se sim, 82.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 82.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 82.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

82.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 82.1.5- Quanto por mês? R\$.....00

82.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

82.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

82.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 82.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

83- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

84- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

84.1- ( ) no domicílio

84.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

84.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 84.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

85- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 86 ( ) sim

Se sim, 85.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

85.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 85.2.1- Quantos?.....

85.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

85.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 85.4.2 ( ) sim

Se sim, 85.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 85.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: *no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.*

( ) Se sim, 85.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

86- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 87 ( ) sim

Se sim, 86.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

86.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 86.2.2 ( ) sim

Se sim, 86.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 86.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: *no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.*

( ) Se sim, 86.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

87- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?

( ) não-vá para o quesito 88

( ) sim Se sim, 87.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 87.2 ( ) sim

Se sim, 87.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 87.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 87.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

87.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 87.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

87.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

87.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

87.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 87.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

88- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

89- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

89.1- ( ) no domicílio

89.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

89.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 89.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

90- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 91 ( ) sim

Se sim, 90.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

90.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 90.2.1- Quantos?.....

90.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

90.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 90.4.2 ( ) sim

Se sim, 90.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 90.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 90.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

91- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 92 ( ) sim

Se sim, 91.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

91.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 91.2.2 ( ) sim

Se sim, 91.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 91.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 91.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

92- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 93 ( ) sim

Se sim, 92.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 92.2 ( ) sim

Se sim, 92.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 92.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 92.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

92.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 92.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

92.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

92.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

92.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 92.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

27- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

28- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

28.1- ( ) no domicílio

28.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

28.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 28.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

29- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador?

( ) não-vá para o quesito 30

( ) sim Se sim, 29.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

29.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 29.2.1- Quantos?.....

29.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

29.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 29.4.2 ( ) sim

Se sim, 29.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 29.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 29.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

30- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 31 ( ) sim

Se sim, 30.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

30.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 30.2.2 ( ) sim

Se sim, 30.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 30.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 30.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

31- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 32 ( ) sim

Se sim, 31.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 31.2 ( ) sim

Se sim, 31.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 31.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 31.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

31.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 31.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

31.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

31.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim;

31.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 31.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

**OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS**

98- Teve rendimentos mensais fixos de janeiro até setembro deste ano?

( ) não-vá para o quesito 99

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

98.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.1.1- valor mensal? R\$......,00

98.2- transferências de outras pessoas?( ) não ( ) sim Se sim, 98.2.1- valor mensal? R\$......,00

98.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.3.1- valor mensal? R\$......,00

98.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.4.1- valor mensal? R\$......,00

98.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.5.1- valor mensal? R\$......,00

Se sim, Qual(is)? .....

99- Teve rendimentos mensais variáveis de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o quesito 100

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

99.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 99.1.1- valor mensal? R\$......,00

99.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 99.2.1- valor mensal? R\$......,00

99.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 99.3.1- valor anual? R\$......,00

Se sim, Qual(is)? .....

100- Teve rendimentos anuais fixos de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o quesito 101

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

100.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 100.1.1- valor anual? R\$......,00

100.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 100.2.1- valor anual? R\$......,00

100.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 100.3.1- valor anual? R\$......,00

Se sim, Qual(is)? .....

101- Teve rendimentos anuais variáveis de janeiro até setembro deste ano?

( ) não-vá para o quesito 102

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

101.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.1.1- valor anual? R\$......,00

101.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.2.1- valor anual? R\$......,00

101.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.3.1- valor anual? R\$......,00

101.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços)? ( ) não ( ) sim

Se sim, 101.4.1-valor anual? R\$......,00

101.5- outra(s) fonte(s) de renda?( ) não ( ) sim Se sim, 101.5.1- valor mensal? R\$......,00

Se sim, Qual(is)?.....

QUADRO Ic - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO  
PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002

Nome da quarta pessoa residente listada no Quadro B.....

102- Esteve ocupado(a) janeiro até setembro deste ano? ( ) não-vá para o Quadro II. ( ) sim

Se sim, 102.1- Quantos meses? .....

103- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

103.1- ( ) não-vá para o quesito 105

103.2- ( ) sim Se sim, 103.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

103.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-vá para o quesito 104

103.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-vá para o quesito 104

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

103.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 104

103.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 104

( ) somente para o fundo de renda da família- vá para o quesito 104

104- Quais eram as ocupações com remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 105)

104.1- ocupação principal.....;

104.2- ocupação secundária-1.....;

104.3- ocupação secundária-2.....;

104.4- ocupação secundária-3.....;

104.5- ocupação secundária-4.....;

105- No período ocupou-se em atividades sem remuneração? ( ) não ( ) sim. Se sim, 105.1- Quais?

105.1.1- ( ) autoconsumo-vá para o Quadro VI 105.1.2- ( ) autoconstrução-vá para o Quadro VI

105.1.3- ( ) ambos-vá para o Quadro VI

105.1.4- ( ) outra(s); Qual(is)?.....vá para o quesito 106 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 135 caso exista pessoa(s) inativa(s).

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

106- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

107- Onde se localizava a ocupação principal?

107.1- ( ) no domicílio

107.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

107.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural

107.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

108- Na ocupação principal atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 109 ( ) sim

Se sim, 108.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

108.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 108.2.1- Quantos?.....

108.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

108.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 108.4.2 ( ) sim

Se sim, 108.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 108.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 108.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

109- Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 110 ( ) sim

Se sim, 109.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

109.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 109.2.2 ( ) sim

Se sim, 109.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 109.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 109.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

110- Na ocupação principal atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 111 ( ) sim

Se sim, 110.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 110.2 ( ) sim

Se sim, 110.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 110.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 110.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

110.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 110.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

110.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

110.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

110.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 110.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

111- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

112- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

112.1- ( ) no domicílio

112.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

112.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 112.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

113- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 114 ( ) sim

Se sim, 113.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

113.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 113.2.1- Quantos?.....

113.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

113.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 113.4.2 ( ) sim

Se sim, 113.4.1- Qual o valor mensal? R\$.00

Se não, 113.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 113.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.00

114- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 115 ( ) sim

Se sim, 114.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

114.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 114.2.2 ( ) sim

Se sim, 114.2.1- Qual o valor mensal? R\$.00

Se não, 114.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 114.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.00

115- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 116 ( ) sim

Se sim, 115.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 115.2 ( ) sim

Se sim, 115.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 115.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.00

Se sim, 115.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.00

115.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 115.1.5- Quanto por mês? R\$.00

115.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.00

115.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

115.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 115.4.1- Quanto por mês? R\$.00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

116- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

117- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

117.1- ( ) no domicílio

117.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

117.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 117.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

118- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 119 ( ) sim

Se sim, 118.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

118.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 118.2.1- Quantos?.....

118.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

118.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 118.4.2 ( ) sim

Se sim, 118.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 118.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 118.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

119- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 120 ( ) sim

Se sim, 119.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

119.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 119.2.2 ( ) sim

Se sim, 119.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 119.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 119.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

120- Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?

( ) não-vá para o quesito 121

( ) sim Se sim, 120.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 120.2 ( ) sim

Se sim, 120.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 120.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 120.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

120.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 120.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

120.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

120.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

120.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 120.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

121- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

122- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

122.1- ( ) no domicílio

122.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

122.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 122.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

123- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 124 ( ) sim

Se sim, 123.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

123.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 123.2.1- Quantos?.....

123.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

123.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 123.4.2 ( ) sim

Se sim, 123.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 123.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 123.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

124- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-vá para o quesito 125 ( ) sim

Se sim, 124.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

124.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 124.2.2 ( ) sim

Se sim, 124.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 124.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 124.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

125- Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 126 ( ) sim

Se sim, 125.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 125.2 ( ) sim

Se sim, 125.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 125.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 125.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

125.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 125.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

125.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

125.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

125.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 125.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

126- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

127- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

127.1- ( ) no domicílio

127.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

127.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 127.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

128- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador? ( ) não-vá para o quesito 129 ( ) sim

Se sim, 128.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

128.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 128.2.1- Quantos?.....

128.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

128.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-vá para o quesito 128.4.2 ( ) sim

Se sim, 128.4.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 128.4.2- Sabe o valor total da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 128.4.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

129- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria?

( ) não-vá para o quesito 130

( ) sim Se sim, 129.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

129.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- vá para o quesito 129.2.2 ( ) sim

Se sim, 129.2.1- Qual o valor mensal? R\$.....,00

Se não, 129.2.2- Sabe o valor da renda líquida de janeiro até setembro deste ano?

( ) Se não-reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,  
no Quadro IV se for não-agrícola e  
no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) se sim, 129.2.2.1- Qual o valor anual? R\$.....,00

130- Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado? ( ) não-vá para o quesito 131 ( ) sim

Se sim, 130.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-vá para o quesito 130.2 ( ) sim

Se sim, 130.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 130.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R\$.....,00

Se sim, 130.1.3- Qual ao valor da diária? R\$.....,00

130.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 130.1.5- Quanto por mês? R\$.....,00

130.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R\$.....,00

130.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

130.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 130.4.1- Quanto por mês? R\$.....,00

**OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS**

131- Teve **rendimentos mensais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não-vá para o quesito 132

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

131.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.1.1- valor mensal? R\$.....,00

131.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.2.1- valor mensal? R\$.....,00

131.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.3.1- valor mensal? R\$.....,00

131.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.4.1- valor mensal? R\$.....,00

131.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.5.1- valor mensal? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

132- Teve **rendimentos mensais variáveis** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não- vá para o quesito 133

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

132.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 132.1.1- valor mensal? R\$.....,00

132.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 132.2.1- valor mensal? R\$.....,00

132.3- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 132.3.1- valor mensal? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

133- Teve **rendimentos anuais fixos** de janeiro passado até setembro deste ano?

( ) não- vá para o quesito 134

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

133.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 133.1.1- valor anual? R\$.....,00

133.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 133.2.1- valor anual? R\$.....,00

133.3- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 133.3.1- valor anual? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

134- Teve **rendimentos anuais variáveis** de janeiro até setembro deste ano?

( ) não-vá para o quesito 135

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

134.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.1.1- valor anual? R\$.....,00

134.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.2.1- valor anual? R\$.....,00

134.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.3.1- valor anual? R\$.....,00

134.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços?

( ) não ( ) sim Se sim, 134.4.1-valor anual? R\$.....,00

134.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.5.1- valor anual? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

**QUADRO II - QUESITOS PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS E INATIVAS  
DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002.**

Nome da primeira pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B .....

135- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

não- *se for a pessoa de referência vá para o Quadro VII*

sim- *se for ou não a pessoa de referência vá para o quesito 135.1*

135.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

apenas para uso próprio

135.1.1-  porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-*vá para o quesito 136*

135.1.2-  porque não contribuí para o usual fundo de renda familiar-*vá para o quesito 136*

para uso próprio e para o fundo de renda da família

135.1.3-  repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 136*

135.1.4-  repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 136*

somente para o fundo de renda da família- *vá para o quesito 136*

135.2- (*preencher só se for a pessoa de referência*) Quem decide pelo uso do fundo de renda monetária familiar?

todos da família, exceto as crianças  os pais e os filhos que contribuem para a formação da renda familiar

os pais  somente o pai  somente a mãe  somente o filho(a) mais velho(a)

outro- Quem?.....

136- Teve rendimentos mensais fixos de janeiro até setembro deste ano?

não-*vá para o quesito 137*

sim Se sim, teve rendimentos com:

136.1- aluguel?  não  sim Se sim, 136.1.1- valor mensal? R\$......,00

136.2- transferências de outras pessoas?  não  sim Se sim, 136.2.1- valor mensal? R\$......,00

136.3- aposentadoria/pensão?  não  sim Se sim, 136.3.1- valor mensal? R\$......,00

136.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa?  não  sim Se sim, 136.4.1- valor mensal? R\$......,00

Se sim, Qual(is)?.....

137- Teve rendimentos mensais variáveis em aplicações financeiras de janeiro até setembro deste ano?

não- *vá para o quesito 138*  sim, Se sim, 137.1- valor mensal? R\$......,00

138- Teve rendimentos anuais fixos de janeiro até setembro deste ano?

não

sim Se sim, teve rendimentos com:

138.1- arrendamento de terras?  não  sim Se sim, 138.1.1- valor anual? R\$......,00

138.2- doações/remessas?  não  sim Se sim, 138.2.1- valor anual? R\$......,00

138.3- outra(s) fonte(s) de renda?  não  sim Se sim, 138.3.1- valor anual? R\$......,00

Se sim, Qual(is)? .....

Nome da segunda pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B. ....

139- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

não-encerre a entrevista relativa a esta pessoa

sim Se sim, 139.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

apenas para uso próprio

139.1.1-  porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-vá para o quesito 140

139.1.2-  porque não contribuí para o usual fundo de renda familiar-vá para o quesito 140

para uso próprio e para o fundo de renda da família

139.1.3-  repassou regularmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 140

139.1.4-  repassou eventualmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 140

somente para o fundo de renda da família- vá para o quesito 140

140- Teve rendimentos mensais fixos entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

não-vá para o quesito 141

sim Se sim, teve rendimentos com:

140.1- aluguel?  não  sim Se sim, 140.1.1- valor mensal? R\$......,00

140.2- transferência de outras pessoas?  não  sim Se sim, 140.2.1- valor mensal? R\$......,00

140.3- aposentadoria/pensão?  não  sim Se sim, 140.3.1- valor mensal? R\$......,00

140.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa?  não  sim Se sim, 140.4.1- valor mensal? R\$......,00

Se sim, Qual(is)?.....

141- Teve rendimentos mensais variáveis em aplicações financeiras de janeiro até setembro deste ano?

não- vá para o quesito 142  sim Se sim, 141.1- valor mensal? R\$......,00

142- Teve rendimentos anuais fixos de janeiro até setembro deste ano?

não  sim Se sim, teve rendimentos com:

142.1- arrendamento de terras?  não  sim Se sim, 142.1.1- valor anual? R\$......,00

142.2- doações/remessas?  não  sim Se sim, 142.2.1- valor anual? R\$......,00

142.3- outra(s) fonte(s) de renda?  não  sim Se sim, 142.3.1- valor anual? R\$......,00

Se sim, Qual(is)? .....

Nome da terceira pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B.....

143- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

não-encerre a entrevista relativa a esta pessoa

sim Se sim, 143.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

apenas para uso próprio

143.1.1-  porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-*vá para o quesito 144*

143.1.2-  porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-*vá para o quesito 144*

para uso próprio e para o fundo de renda da família

143.1.3-  repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 144*

143.1.4-  repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 144*

somente para o fundo de renda da família- *vá para o quesito 144*

144- Teve **rendimentos mensais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

não-*vá para o quesito 145*

sim Se sim, teve rendimentos com:

144.1- aluguel?  não  sim Se sim, 144.1.1- valor mensal? R\$......,00

144.2- transferência de outras pessoas?  não  sim Se sim, 144.2.1- valor mensal? R\$......,00

144.3- aposentadoria/pensão?  não  sim Se sim, 144.3.1- valor mensal? R\$......,00

144.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa?  não  sim Se sim, 144.4.1- valor mensal? R\$......,00

Se sim, Qual(is)?.....

145- Teve **rendimentos mensais variáveis** em aplicações financeiras de janeiro até setembro deste ano?

não- *vá para o quesito 146*  sim Se sim, 145.1- valor mensal? R\$......,00

146- Teve **rendimentos anuais fixos** de janeiro até setembro deste ano?

não

sim Se sim, teve rendimentos com:

146.1- arrendamento de terras?  não  sim Se sim, 146.1.1- valor anual? R\$......,00

146.2- doações/remessas?  não  sim Se sim, 146.2.1- valor anual? R\$......,00

146.3- outra(s) fonte(s) de renda?  não  sim Se sim, 146.3.1- valor anual? R\$......,00

Se sim, Qual(is)? .....

Nome da quarta pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B.....

147- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

não-encerre a entrevista relativa a esta pessoa

sim Se sim, 147.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

apenas para uso próprio

147.1.1-  porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-vá para o quesito 148

147.1.2-  porque não contribuí para o usual fundo de renda familiar-vá para o quesito 148

para uso próprio e para o fundo de renda da família

147.1.3-  repassou regularmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 148

147.1.4-  repassou eventualmente parte dos rendimentos-vá para o quesito 148

somente para o fundo de renda da família- vá para o quesito 148

148- Teve rendimentos mensais fixos de janeiro até setembro deste ano?

não-vá para o quesito 149

sim Se sim, teve rendimentos com:

148.1- aluguel?  não  sim Se sim, 148.1.1- valor mensal? R\$.....,00

148.2- transferência de outras pessoas?  não  sim Se sim, 148.2.1- valor mensal? R\$.....,00

148.3- aposentadoria/pensão?  não  sim Se sim, 148.3.1- valor mensal? R\$.....,00

148.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa?  não  sim Se sim, 148.4.1- valor mensal? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)?.....

149- Teve rendimentos mensais variáveis em aplicações financeiras de janeiro até setembro deste ano?

não- vá para o quesito 150  sim Se sim, 149.1- valor mensal? R\$.....,00

150- Teve rendimentos anuais fixos de janeiro até setembro deste ano?

não

sim Se sim, teve rendimentos com:

150.1- arrendamento de terras?  não  sim Se sim, 150.1.1- valor anual? R\$.....,00

150.2- doações/remessas?  não  sim Se sim, 150.2.1- valor anual? R\$.....,00

150.3- outra(s) fonte(s) de renda?  não  sim Se sim, 150.3.1- valor anual? R\$.....,00

Se sim, Qual(is)?.....

**QUADRO VI - ESTIMATIVA DA RENDA DAS ATIVIDADES DESTINADAS AO CONSUMO FAMILIAR NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002.**

**Tabela 06- Renda estimada com autoconsumo e autoconstrução de janeiro a setembro de 2002.**

Item	Valor Total <sup>a</sup> no ano (R\$)				Valor <sup>b</sup> mensal (R\$)			
	Pessoa de Referência	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	Pessoa de Referência	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa
<b>Total com Autoconsumo</b>								
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								
9.								
10.								
<b>Total com Autoconstrução</b>								
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								
9.								
10.								

a) Se o entrevistado informar o valor total com o autoconsumo e com autoconstrução não é necessário detalhar os demais itens desta tabela. Caso contrário, especifique para o autoconsumo os principais produtos e subprodutos de origem vegetal ou animal produzidos no estabelecimento/domicílio e consumidos na alimentação da família e/ou armazenados. Para a autoconstrução, registre as principais construções e/ou reparos feitos no domicílio/estabelecimento.

b) Preencher estes campos somente se o entrevistado não declarar os valores totais, conforme descrito acima e levando em conta o montante do dispêndio no caso em que o produto fosse adquirido no mercado. Se o entrevistado não souber informar o valor apenas liste os principais produtos autoconsumidos/autoconstituídos no mês.

**QUADRO VII - DESPESAS GERAIS DO ESTABELECIMENTO E/OU DA RESIDÊNCIA DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2002.**

**Tabela 07- Despesas gerais do estabelecimento/residência de janeiro a setembro de 2002.**

Tipo de despesa	Valor total de jan até set -2002 (R\$)
ITR	
IPTU	
Outros impostos e taxas	
Condomínio	
Telefone	
Energia elétrica	
Reparos e manutenção	
Aluguel da casa	
Mão-de-obra	
Empregada doméstica	
Caseiro	
Vigia	
Outros	
<b>Total</b>	



## Anexo B

### Instruções gerais para a Pesquisa Local por Amostra de Domicílios Rurais – PLADR

#### Pesquisa Quantitativa de Renda nos Domicílios Rurais

##### **Objetivo do subprojeto**

Realizar na mesma época da coleta de dados da PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO-PNAD (outubro de 2001) uma pesquisa mais detalhada sobre as ocupações, composição e montante da renda das famílias rurais para avaliar a pertinência ou não de um maior detalhamento do questionário da PNAD para os domicílios situados no meio rural.

##### **Justificativa**

Dois motivos embasam o objetivo do subprojeto, sendo o primeiro o de que, embora se disponha da informação sobre a ocupação principal durante o ano, o dimensionamento da magnitude das famílias pluriativas tem sido feito contabilizando-se as ocupações principal e secundária exercidas na última semana de setembro, que é o usual período de referência da PNAD. Esse procedimento tende a subestimar a manifestação empírica da pluriatividade, no âmbito de cada família e a extensão dessa prática entre as famílias rurais, notadamente pela circunstância de que a PEA ocupada em atividades agrícolas varia conforme a amplitude do período de referência em virtude da oscilação sazonal das atividades agropecuárias.

O segundo é a suspeição de que também há uma forte subestimação da renda, em especial da renda das atividades agrícolas dos pequenos produtores rurais, devido, em grande parte, à forma de se perguntar as rendas variáveis nos questionários utilizados nas PNADs. Assim é que enquanto para os assalariados se pergunta o que recebeu naquele mês de referência da entrevista, no caso de outras formas de remuneração variáveis, o entrevistado tem que estimar a sua renda bruta anual, subtrair os seus custos e calcular uma média da receita líquida mensal. No caso dos agricultores, um exemplo de que as rendas agrícolas foram subestimadas é que, na PNAD de 1995, a renda média dos trabalhadores sem acesso a terra aparece como sendo muito maior que a dos trabalhadores que têm terra.

## **Metodologia**

Em linhas gerais, a conduta básica é a de compor e aplicar um questionário que, além de conter os quesitos básicos da demografia e ocupação prevalecente na semana de referência (a última semana de setembro corrente), possibilite um detalhamento mais exaustivo das ocupações e renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade durante o período de outubro do ano passado até o final de setembro de 2001. Isto é, pretende-se averiguar da maneira usual na PNAD a “população correntemente ativa” e com mais detalhes a “população habitualmente ativa”.

A investigação será efetuada em seis localidades rurais situadas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná (2), Rio Grande do Norte, Goiás e Distrito Federal através da aplicação de questionários numa amostra de cerca de 60 domicílios por localidade.

## **Unidade básica de amostragem**

A unidade básica de amostragem é o **domicílio rural particular permanente** situado fora da região metropolitana, o qual pode abrigar qualquer tipo de morador, ou melhor, o tipo de domicílio que comporá a amostra independe da natureza da ocupação de seus residentes, podendo ser estes agricultores, aposentados, empresários, bóias frias, neo-rurais, chacareiros, caseiros, veranistas etc.

Conceitua-se como **domicílio** o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar pelo interior da casa de outras pessoas.

Classificam-se os domicílios como **particulares** quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Estes ainda se subdividem em **permanentes**, isto é, quando o domicílio particular se localiza em unidade que se destina especificamente a servir de moradia, independentemente do material utilizado, e designado como **improvisado** quando o mesmo se localiza em unidade que não seja destinado à moradia, como lojas, salas comerciais, prédios em construção, embarcações, vagão, barracas, etc.

Classifica-se ainda como domicílio coletivo o local de moradia que abriga moradores cujo relacionamento se restringe ao cumprimento de normas administrativas.

Deverão compor a amostra **somente** domicílios particulares permanentes localizados em áreas rurais não metropolitanas, estando excluídos clubes, igrejas, sindicatos, bares, etc.

### **Rol de domicílios e amostra**

A amostra será composta aleatoriamente através de sorteio onde a chance de integrar a amostra é igual para qualquer domicílio da localidade. Para tanto, é necessário se dispor de um cadastro, lista (rol) dos domicílios da localidade previamente escolhida pela equipe condutora da pesquisa de cada estado. Reafirme-se esse rol ou lista deve referir-se a todas as residências e não somente aqueles domicílios habitados por agricultores.

Para elaborar esse rol ou lista é que recomendamos procurar o pessoal da Secretaria da Saúde ou da Prefeitura e em último caso, do Incra ou da Secretaria da Agricultura. No limite se não se dispor de rol nenhum, vá ao povoado da localidade escolhida e faça um mapa das estradas, solicite aos moradores uma estimativa acerca do número total de residências existentes em cada estrada e vá compondo a amostra a partir de um sorteio aleatório das casas/domicílios.

Assim por exemplo, numa localidade (ou duas) que tenha(m) no total 600 casas, deve-se sortear a estrada, localizar o primeiro domicílio no sentido do povoado para o interior e catalogue os domicílios a serem integrados na amostra sendo o décimo primeiro domicílio da estrada o primeiro a ser incluído na amostra, seguido do vigésimo segundo, trigésimo terceiro etc. Caso na estrada sorteada não se atinja o total de **60 domicílios**, sorteie uma outra estrada e repita o procedimento de escolha dos domicílios.

O importante é que cada domicílio tenha a mesma probabilidade de estar na amostra. É isso que vai garantir a aleatoriedade da amostra ainda que a mesma não seja representativa do ponto de vista estatístico.

### **Questionário**

O organograma a seguir ilustra a composição do questionário que envolve quesitos descritivos sobre: a demografia; o perfil ocupacional dos residentes; a especificação da(s) ocupação(ões) e fonte(s) de renda das pessoas; e, quesitos relativos à estimativa das rendas

variáveis das atividades agrícolas e não-agrícolas; autoconsumo; remessas; variação patrimonial; despesas e infraestrutura do domicílio/estabelecimento.

### **Período de referência**

Os quesitos componentes do questionário estão organizados em três conjuntos de quadros que diferem quanto ao período de referência, sendo:

- a) **Semana de 23 a 29 de setembro de 2001** para os QUADROS A e B;
- b) **Outubro de 2000 a Setembro de 2001**, para os QUADROS I a IX; e,
- c) **Dia da entrevista** para o QUADRO X.

## **QUADRO A**

### **População residente**

A população residente é composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Exclui-se da pesquisa as pessoas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc. e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

### **Família**

Considerar-se-á como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que more só em uma unidade domiciliar.

Entende-se por **dependência doméstica** a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por **normas de convivência** as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

Definem-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residem na mesma unidade domiciliar.

**Pessoa de referência** - Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim é considerada pelos demais membros.

**Cônjuge** - Pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), com ou sem o vínculo matrimonial.

**Filho** – Inclui-se o filho legítimo, enteado, adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge.

**Outro parente** - Pessoa de qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge. São eles: pai, mãe, sogro, sogra, genro, nora, neto e neto.

**Agregado** - Pessoa sem parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge e que não paga hospedagem nem alimentação.

**Agregado pensionista** - Pessoa sem parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) e nem de seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação.

#### **Outros**

**a) empregado doméstico** - Pessoa remunerada em dinheiro ou que recebe benefícios pelos serviços prestados a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

**b) parente do empregado doméstico** - Pessoa parenta do empregado doméstico e que não presta serviços a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

## QUADRO B

### Conceitos associados ao QUADRO B

#### Trabalho

Considera-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante **pelo**

**menos uma hora na semana de referência:**

- . em ajuda a membro da unidade domiciliar que trabalha como empregado, conta-própria ou empregador;
- . em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- . como aprendiz ou estagiário.

d) Ocupação exercida, durante **pelo menos uma hora na semana de referência:**

- na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
- na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- Trabalho remunerado (itens a e b);
- Trabalho não remunerado (item c); e,
- Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

### **Pessoa ocupada/empregada**

- a) a pessoa com 10 anos ou mais de idade com emprego assalariado (em dinheiro ou em espécie) que trabalhou ao menos uma hora durante a semana de referência;
- b) a pessoa com 10 anos ou mais de idade que mantém vínculo com seu emprego atual, mas não estava temporariamente trabalhando na semana de referência por qualquer motivo (férias, greve, licença, falta etc.);
- c) a pessoa com 10 anos ou mais de idade e com emprego independente, ou por conta própria, que trabalhou ao menos uma hora durante a semana de referência para obter benefícios ou ganho familiar (em dinheiro ou em espécie);
- d) a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que tem ocupação independente, ou por conta própria, para obter benefícios ou ganho familiar (em dinheiro ou em espécie), mas que não estava trabalhando na semana de referência;
- e) a pessoa com 10 anos ou mais de idade que tem uma empresa e que na semana de referência estava temporariamente ausente do trabalho, por qualquer motivo.

### **Pessoa desempregada/desocupada**

- a) a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que não tem emprego assalariado, emprego independente ou por conta própria;
- b) a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que não tem emprego assalariado, emprego independente, ou por conta própria, e que estava disponível para o trabalho na semana de referência;
- c) a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que não tem emprego assalariado, emprego independente, ou por conta própria, e que teve iniciativas de procurar emprego na semana de referência.

Define-se como procura de trabalho a tomada de iniciativas para conseguir trabalho durante o período de referência, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou através de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

**Pessoa habitualmente inativa e sem rendimentos** – a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que se manteve desocupada e sem rendimentos (em dinheiro ou espécie) durante a maior parte do período de outubro do ano passado até o final de setembro de 2001. Inclui a pessoa que somente estuda, os estudantes exclusivos e aqueles impedidos de trabalhar por motivo de idade ou saúde.

**Pessoa habitualmente inativa e com rendimentos** – a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que se manteve desocupada e com rendimentos (em dinheiro ou espécie) durante a maior parte do período de outubro do ano passado até o final de setembro de 2001.

### **Ocupação principal e secundária na semana de referência**

A ocupação refere-se ao cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

A ocupação principal refere-se normalmente à única ocupação da pessoa na semana de referência.

Para a pessoa que teve mais de uma ocupação, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios:

- 1) considera-se como principal a ocupação em que a pessoa teve maior tempo de permanência, quer seja essa ocupação remunerada ou não, e como secundária a ocupação de menor tempo de permanência;
- 2) no caso de igualdade de tempo de permanência, considera-se como principal a ocupação remunerada, e secundária aquela sem remuneração;
- 3) no caso de igualdade no tempo de permanência e na remuneração, considera-se como principal a ocupação que a pessoa dedica maior parte do tempo considerando-se um período mais amplo que o de referência. Por conseguinte, considera-se como secundária a ocupação de menor tempo de permanência.

### **Exemplos**

- um filho trabalha em duas atividades na semana de referência: ajuda o pai durante 80% do seu tempo semanal e sem receber remuneração, mas também trabalha recebendo diárias durante 10% do seu tempo semanal em outra atividade fora do domicílio. Nesse caso, ~~clar~~amente a ocupação principal é a não remunerada, e a ocupação secundária aquela que é exercida fora do domicílio.

- na semana de referência uma trabalhadora executou tarefas não remuneradas em um aviário, e também trabalhou como doméstica recebendo diária. Essa trabalhadora dedicou tempos iguais nessas atividades. Nesse caso a ocupação principal será a do trabalho doméstico remunerado, e a ocupação secundária relativo às tarefas do aviário.

- na semana o filho ajudou o pai nos trabalhos do sítio recebendo uma remuneração e também trabalhou como ajudante de pedreiro. O tempo que ele dedicou ao sítio é igual ao ocupado na construção civil, e também são iguais as remunerações dessas ocupações. Aqui a ocupação principal será a de ajudante de pedreiro, se no mês ou no ano, ele dedicar mais tempo a essa ocupação do que nos trabalhos do sítio (que passa a ser considerada como ocupação secundária) e *vice versa*.

**Posição na ocupação** – são dez categorias de posição na ocupação

**Empregado Assalariado** - Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

**Trabalhador doméstico** - Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

**Conta-própria** - Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

**Empregador** - Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, contando com a ajuda de pelo menos um empregado.

**Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar** - Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador. Aqui também se enquadram os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

**Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

**Trabalhador na construção para o próprio uso** - Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

**Empreendimento** – Define-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Portanto, um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

A classificação do empreendimento será obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

### **Preenchimento do QUADRO B**

O entrevistador deve registrar no QUADRO B primeiro o **grupo de ocupação** relativo à ocupação principal e depois a posição nessa ocupação. A seguir deve registrar a ocupação secundária e, imediatamente após, a posição nessa ocupação. Caso a declaração de ocupação efetuada pelo entrevistado não corresponda a nenhum dos grupos de ocupações arrolados no rodapé do QUADRO B, o entrevistador deve recorrer ao ANEXO 1 onde estão listados os tipos de ocupação/trabalho que integram cada grupo de ocupação.

Posteriormente, o entrevistador deverá registrar o empreendimento da ocupação principal. Para isso o entrevistador também deve recorrer ao ANEXO 2, onde encontrará a relação dos diversos empreendimentos classificados pelos ramos de atividade.

**Quadro I - Ocupação e renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade referente ao período de outubro de 2000 até setembro de 2001**

Com relação às pessoas que são conta-própria ou empregadoras engajadas em ramos de atividade que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, são definidas as seguintes oito condições em relação ao estabelecimento:

**Proprietário** - Pessoa que explora o estabelecimento com meios de produção de sua propriedade, total ou parcial, inclusive em regime de usufruto, foreiro etc.

**Arrendatário** - Pessoa que explora o estabelecimento com meios de produção de propriedade de terceiros, cujo uso é pago com uma quantia fixa (em dinheiro ou sua equivalência em produtos) ou serviços, previamente ajustados.

**Parceiro** - Pessoa que explora o estabelecimento de um bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, cujo uso é pago com uma parte da produção, previamente ajustada (metade, terça-parte, quarta-parte etc.).

**Posseiro** - Pessoa que explora o estabelecimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, sem ter consentimento para usá-lo e nada pagando.

**Cessionário** - Pessoa que explorava o estabelecimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, com consentimento para usá-lo sem nada pagar.

**Outra condição** - Pessoa que explorava o estabelecimento em condição distinta das anteriores.

Quanto ao quesito 02 relativo ao tamanho da área do domicílio/estabelecimento, o entrevistador deverá registrar a somatória de todas as áreas sob sua responsabilidade, inclusive aquelas situadas em outras unidades da Federação e exterior. Quanto ao domicílio registre apenas a metragem total da área construída.

O QUADRO I é relativo a pessoa de referência e é destinado principalmente ao registro do perfil do entrevistado em cada uma das ocupações que exerceu durante o período de outubro de 2000 até o final do mês de setembro de 2001.

Esse quadro é composto por quesitos de ordem geral (quesitos 01 a 06) e de quesitos relativos à posição na ocupação e às diferentes fontes de renda fixas e variáveis (quesitos 07 a

31). Completa esse quadro o conjunto de quesitos (32 a 35) destinados ao registro das demais fontes de rendimento.

Afora os quesitos de ordem geral, os demais são repetidos e renumerados para cada ocupação que a pessoa exerceu durante o período de referência, tendo sido previsto um total de cinco ocupações. Caso ocorra mais de cinco ocupações o entrevistador deve encartar cópias do QUADRO I e preencher somente os quesitos (07 a 35).

### **Ocupação remunerada**

A previsão de cinco ocupações por pessoa durante o ano decorre do fato de que cerca de um quinto das famílias tem apresentado pluriatividade quando avaliada na semana de referência, de forma que quando se considera um período de referência mais longo, como o de outubro do ano passado até setembro deste ano, é esperado que a pluriatividade tenha uma expressão mais ampla, tanto na família quanto para a pessoa.

Portanto especial atenção deve ser dedicada ao registro do tempo de permanência em cada ocupação, pois os rendimentos fixos e variáveis por pessoa serão relativos ao tempo que a mesma manteve-se na respectiva ocupação durante o período de referência.

**Note que, para cada ocupação, é perguntado o tempo de permanência durante o período de outubro do ano passado até setembro corrente e que os rendimentos são relativos ao tempo que a pessoa permaneceu na respectiva ocupação.**

A maior dificuldade para o ordenamento das ocupações remuneradas sobressai quando a pessoa exerce várias ocupações durante o dia, semana, mês ou ano, como por exemplo, quando uma pessoa ordenha vacas pela manhã, é faxineiro na escola durante o dia e cumpre quatro horas como segurança noturno numa fábrica.

Como as situações desse tipo são as que devem prevalecer, em função do período de referência mais amplo, o entrevistador deverá auxiliar, caso necessário, o entrevistado efetuar o ordenamento de suas ocupações de acordo com o tempo de permanência em cada ocupação, iniciando com a de maior tempo, a principal, e passando para as ocupações secundárias, conforme é sugerido no questionário (quesito 05 do QUADRO I e demais repetições renumeradas desse quesito nos QUADROS Ia, Ib, Ic.).

Durante essa listagem das ocupações o entrevistador não deve se preocupar com o registro do tempo em cada ocupação, pois a descrição do perfil da pessoa em cada ocupação se inicia com esse registro. No caso da ocupação principal esse registro é efetuado no quesito 07.

Para os quesitos relativos ao **empregador e empregado** considere:

**Empregado temporário** - Quando a duração do contrato ou acordo de trabalho, verbal ou escrito, tem um término estabelecido, ainda que pudesse ser renovado.

**Empregado permanente** - Quando a duração do contrato ou acordo de trabalho, verbal ou escrito, não tem um término estabelecido.

**Diarista** - empregado temporário que recebe por dia de serviço.

**Serviço de empreitada** - quando a contratação dos trabalhadores para execução de um determinado serviço é efetuada por intermédio de uma terceira pessoa, o empreiteiro, "gato" etc, que assume a responsabilidade de fornecimento de pessoal.

### **Rendimento fixo**

a) Para os empregados e trabalhadores domésticos - registre o valor da remuneração bruta.

b) Para os empregadores e conta-própria - registre o valor bruto da retirada mensal.

**Remuneração bruta** é o pagamento da pessoa empregada, sem excluir o salário família e nem os descontos correspondentes ao INSS, imposto de renda, faltas, etc. No cômputo do valor do rendimento mensal não deve ser incluído o décimo terceiro salário (décimo quarto, décimo quinto, etc) e nem a participação nos lucros paga pelo empreendimento ao empregado. Não inclua, também, a parcela do pagamento efetuada em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales alimentação, refeição ou transporte, etc.).

**Retirada** - refere-se ao ganho (rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento como, por exemplo, pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta-própria ou empregadora.

**Rendimento variável** - o caso em que o entrevistado não souber informar a renda líquida do período de outubro passado a setembro de 2001 foram elaborados os QUADROS III, IV e V, como forma de auxiliar o entrevistado nas respostas, levando-se em conta cada ocupação com renda variável exercida no período de referência.

No caso das atividades agrícolas (Tabela 03), deve-se inicialmente perguntar o valor total da renda líquida do estabelecimento. Caso o informante não saiba declarar este valor, liste as atividades com lavouras e com pecuária.

Após esta listagem pergunte para cada atividade o valor total da receita líquida ou o valor total da receita e das despesas. Repita o mesmo procedimento no caso das ocupações não-agrícolas Tabela 4 e agrícolas e não-agrícolas (Tabela 5).

Importante ressaltar que os valores a serem registrados podem ser tanto positivos, negativos ou nulos, ou seja, é possível encontrar ocupações na qual a pessoa teve rendimento negativo, em função de várias causas, como por exemplo, ocorrência de sinistros climáticos, calote, atividades em fase de implantação ou sem receitas no período etc.

### **Outras fontes de rendimento fixos e variáveis afora aqueles das ocupações principal e secundária**

Considera-se como rendimento mensal de outras fontes:

- a) O rendimento mensal normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal, complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, auxílio desemprego, bolsa-escola, pensão alimentícia, abono de permanência, aluguel, e doação ou mesada (proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar);
- b) O rendimento médio mensal proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria etc.

### **QUADRO Ia, Ib, Ic.**

Esses quadros têm conteúdo muito parecido com o QUADRO I. A distinção é que os mesmos não incluem os quesitos de ordem geral relativos à moradia (01 e 02).

Portanto, também são destinados ao registro do perfil das demais pessoas com 10 anos ou mais de idade listadas no QUADRO B. Caso ocorra mais de três pessoas o entrevistador deve encartar cópias do **QUADRO Ia** e preencher todos os quesitos.

## **Quadro II - Relativo às pessoas com 10 anos ou mais de idade e inativas**

Os quesitos desse quadro são similares aos anteriores, exceto que os mesmos não incluem aqueles referentes ao perfil na ocupação, pois se trata de pessoas inativas. Previu-se a existência de até quatro pessoas inativas no domicílio/estabelecimento. Note-se que o QUADRO II está repetindo quatro vezes o mesmo conjunto de quesitos. No caso em que no domicílio ocorrer mais de quatro pessoas inativas é necessário reproduzir cópias da primeira página do QUADRO II quantas vezes forem necessárias.

### **Aposentado**

Classifica-se como aposentada, ou inativa com renda, a pessoa que era jubilada, reformada ou aposentada pelo Plano de Seguridade Social da União ou por instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL. Considera-se com pessoa inativa sem renda aquela que esteve desocupada na maior parte do período de outubro do ano passado a setembro de 2001, por motivo de idade ou doença, ou qualquer outro motivo, e sem rendimentos.

### **Pensionista**

Classifica-se como pensionista a pessoa que recebia pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL, deixada por pessoa da qual era beneficiária.

### **Orientações gerais para o preenchimento do questionário**

Cada entrevistador deve integrar uma equipe mais ampla que trabalha sob orientação direta de um supervisor da pesquisa. Assim, quaisquer dúvidas que surgirem ao se deparar com dificuldades no trabalho de campo que esteja desenvolvendo deverão ser dirimidas de forma direta com o supervisor.

As principais tarefas do entrevistador são as seguintes:

- a) preparar antecipadamente todo o material necessário à entrevista;
- b) localizar adequadamente as unidades domiciliares selecionadas na amostra;
- c) realizar as entrevistas seguindo rigorosamente estas instruções;
- d) devolver ao supervisor da pesquisa os questionários preenchidos corretamente;
- e) fazer verificações do preenchimento do questionário, sempre que possível;
- f) comunicar o supervisor dos problemas surgidos durante a realização do trabalho.
- g) proceder as correções enumeradas pelo supervisor, inclusive voltando ao local da entrevista para dirimir dúvidas.

O entrevistador deverá, sempre que possível, identificar-se junto aos informantes (entrevistados). Deverá, de alguma forma (crachá, documentos comprobatórios, etc.), dar ao informante a segurança de estar tratando com uma pessoa habilitada para a pesquisa. Neste sentido, o entrevistador deverá proceder de forma tal a ter todo o cuidado. É essencial que o entrevistador conscientize-se de que o seu trabalho exige que guarde o sigilo das informações que pesquisa, mas que também transmita essa segurança ao entrevistado. Para ajudar na obtenção das informações, o entrevistador poderá, a título de sugestão, fazer-se acompanhar de um agente de saúde ou de uma pessoa que possua credibilidade nas localidades de pesquisa (líder comunitário, etc.) quando estiver realizando o seu trabalho.

É importante também que o entrevistador não mencione as informações obtidas sobre as pessoas pesquisadas, nem permita que os seus questionários e anotações referentes aos domicílios investigados sejam vistos por pessoas que não façam parte da equipe de trabalho, em especial, parentes, amigos e moradores em outras unidades pesquisadas.

O entrevistador deve despertar a confiança e o interesse dos informantes, tratando-os com cortesia e respeito em relação às suas crenças. Ser discreto na aparência e cordato no relacionamento com as pessoas entrevistadas criando um ambiente favorável ao trabalho que desenvolve.

A conversa deve ser cordial e direcionada para a pesquisa, evitando assuntos alheios ao levantamento que possam causar constrangimento às pessoas pesquisadas.

As principais tarefas do entrevistador são as seguintes:

- a) preparar antecipadamente todo o material necessário à entrevista;
- b) localizar adequadamente as unidades domiciliares selecionadas na amostra;
- c) realizar as entrevistas seguindo rigorosamente estas instruções;
- d) devolver ao supervisor da pesquisa os questionários preenchidos corretamente;
- e) fazer verificações do preenchimento do questionário, sempre que possível;
- f) comunicar o supervisor dos problemas surgidos durante a realização do trabalho.
- g) proceder as correções enumeradas pelo supervisor, inclusive voltando ao local da entrevista para dirimir dúvidas.

O entrevistador deverá, sempre que possível, identificar-se junto aos informantes (entrevistados). Deverá, de alguma forma (crachá, documentos comprobatórios, etc.), dar ao informante a segurança de estar tratando com uma pessoa habilitada para a pesquisa. Neste sentido, o entrevistador deverá proceder de forma tal a ter todo o cuidado. É essencial que o entrevistador conscientize-se de que o seu trabalho exige que guarde o sigilo das informações que pesquisa, mas que também transmita essa segurança ao entrevistado. Para ajudar na obtenção das informações, o entrevistador poderá, a título de sugestão, fazer-se acompanhar de um agente de saúde ou de uma pessoa que possua credibilidade nas localidades de pesquisa (líder comunitário, etc.) quando estiver realizando o seu trabalho.

É importante também que o entrevistador não mencione as informações obtidas sobre as pessoas pesquisadas, nem permita que os seus questionários e anotações referentes aos domicílios investigados sejam vistos por pessoas que não façam parte da equipe de trabalho, em especial, parentes, amigos e moradores em outras unidades pesquisadas.

O entrevistador deve despertar a confiança e o interesse dos informantes, tratando-os com cortesia e respeito em relação às suas crenças. Ser discreto na aparência e cordato no relacionamento com as pessoas entrevistadas criando um ambiente favorável ao trabalho que desenvolve.

A conversa deve ser cordial e direcionada para a pesquisa, evitando assuntos alheios ao levantamento que possam causar constrangimento às pessoas pesquisadas.

Cabe ao entrevistador tentar, sempre, convencer o informante com cortesia, mostrando-lhe a importância de sua participação para o conhecimento da realidade do país. Quando não conseguir demover uma pessoa, que se recusa a participar da pesquisa o entrevistador deve comunicar o fato, de imediato ao supervisor.

O êxito de uma pesquisa depende fundamentalmente da etapa em que se coleta as informações. Um erro básico cometido nesta etapa dificilmente poderá ser corrigido a contento nas fases subseqüentes. Além do mais, em uma pesquisa por amostra, um dado errôneo se multiplica pelo número de elementos da população que representa. Estes fatos exigem uma atenção por parte do entrevistador.

O retorno para completar as informações coletadas em uma primeira visita constitui-se em um aspecto rotineiro do trabalho do entrevistador, consciente de que aceitar respostas imprecisas para evitar voltar ao domicílio traz conseqüências negativas para o resultado da pesquisa. Em caso de dificuldade no entendimento das perguntas, o entrevistador deve esclarecê-las aos informantes, tendo todo o cuidado para não influenciar as respostas.

Na seqüência apresentamos uma síntese de roteiro que visa auxiliar o entrevistador no desenvolvimento de suas tarefas:

**a) antes de sair para as entrevistas:**

- . prepare no dia anterior o material necessário ao trabalho de campo: prancheta, lápis, borracha, questionários, papel de rascunho etc.;
- . planeje o roteiro das visitas aos domicílios que irá pesquisar (mapas das localidades);

**b) ao chegar na localidade localize a unidade que irá pesquisar;**

**c) no primeiro contato com os moradores, logo após os cumprimentos, devem ser passadas as seguintes informações:**

- . diga o seu nome e esclareça os objetivos pretendidos pela pesquisa, sua relevância para compreensão da realidade e elaboração de políticas assegurando ao entrevistado o retorno das informações após a realização da mesma;

**d) durante as entrevistas mantenha a seguinte conduta:**

- formule as perguntas com cordialidade, mas de modo objetivo. Dê toda atenção ao seu trabalho;
- procure obter a cooperação de todos os moradores;

- não prolongue a entrevista com conversas impertinentes à pesquisa para não cansar os informantes;
- não influencie a resposta do informante formulando uma pergunta que já sugira resposta;
- nunca demonstre que já sabe a resposta. Esclareça sem induzir ou, se for o caso, dê as alternativas sem enfatizar nenhuma delas;
- não demonstre, pelo seu tom de voz ou expressão facial, surpresa ou desaprovação;
- ouça o informante com atenção;
- evite que o informante fique constrangido em prestar informações diante de terceiros. Se alguma visita chegar durante a entrevista, coloque o informante à vontade para interrompe-la, prontificando-se a retornar ao domicílio, em outra hora, para prosseguir com a entrevista;
- evite fazer cálculos durante a entrevista; deixe esse tipo de procedimento para o momento da revisão do questionário;
- lembre a garantia do sigilo das informações, principalmente daquelas relacionadas aos rendimentos, ao perceber relutância do informante em responder alguma pergunta; e
- registre todas as respostas no momento da entrevista, para não esquece-las.

**e) no encerramento da visita observe os seguintes pontos:**

- verifique se algum quesito do questionário deixou de ser preenchido;
- se for retornar para completar a pesquisa comine com o (s) informante (s) o dia e a hora da próxima visita. Recapitule, se for o caso, as informações que estão faltando para concluir a entrevista;
- ainda que tenha concluído a entrevista, avise que, eventualmente, poderá retornar ao domicílio para sanar alguma dúvida;
- agradeça aos moradores a colaboração recebida.

**f) após a entrevista:**

- revise o questionário, complete os cálculos (se necessário);
- se tiver faltado alguma informação, consulte o supervisor sobre a necessidade (ou não) de retornar para concluir a entrevista.

## Anexo 1- grupos de ocupações

### **Empregador agrícola**

criador pequenos animais  
criador de animais  
fazendeiro pecuarista  
proprietário indústria vegetal  
proprietário indústria extrativa

### **Empregador não-agrícola**

empregador - indústria  
empregador - construtor  
empregador - comércio  
empregador - hotelaria  
empregador - transporte  
vendedor ambulante  
provedor serviços

### **Gerentes e administradores agrícolas**

dirigente agricultura  
dirigente extração vegetal

### **Gerentes, administradores não-agrícolas e outros**

dirigente extração mineral  
dirigente indústria transformação  
dirigente construção civil  
dirigente comércio  
dirigente serviços hotelaria  
dirigente serviços transporte  
dirigente instituições financeiras  
dirigente instituições de ensino  
chefias e assistentes  
ajudantes auxiliares  
almojarifes  
conferente despachado  
datilógrafo ajudante  
operador processamento dados  
secretário taquígrafo  
ajudante contabilidade  
operador de copiadora  
arquivista  
atendentes de serviços  
ajudante administrativo

### **Administração pública**

diplomata político  
dirigente administração pública  
agentes fiscais  
inspetores  
assistentes administração

### **Professores e outros da educação**

professor pesquisador ensino superior  
docente ensino superior  
professor segundo grau  
professor primeiro grau  
professor primeiro grau inicial  
professor primeiro grau geral  
professor pré-escolar  
instrutor  
outros professores  
orientador educacional  
bedel

### **Outras (não-agrícolas)**

religiosos  
religiosos - conta própria  
juiz  
promotor curador  
advogado  
tabelião  
escrivão  
oficial de justiça  
auxiliar de cartório  
minerador  
trabalhador extração pedras  
operador mineração  
operador petróleo  
garimpeiro  
saleiro (salinas)  
perfurador de poços  
técnico extração mineral  
oficial militar superior  
praça militar  
membro corpo bombeiro  
delegado etc.  
detetive agente policia  
guarda civil  
agente penitenciário  
datiloscopista  
vigilância privada  
bombeiro (não corpo de)

### **Outras ocupações técnicas e científicas**

engenheiro  
arquiteto  
agrimensor engenheiro  
cartógrafo  
desenhista  
agrimensor  
topógrafo  
químico  
farmacêutico  
físico  
geólogo  
meteorologista oceanógrafo.

laboratorista  
farmacêutico prático  
técnico meteorologista  
agrônomo  
biólogo  
bacteriologista  
veterinário  
médico  
dentista  
enfermeiro diplomado  
logopedista etc  
residente hospital  
auxiliar serviço médico  
auxiliar fisioterapia  
ótico  
auxiliar radiologia  
parteira  
protético  
técnico laboratório clínico  
atuário  
estatístico  
analista computador  
analista econômico  
analista contábil  
analista organizacional  
técnico contabilidade  
auxiliar estatística  
agente censitário  
programador de computação  
sociólogo antropólogo  
psicólogo  
demógrafo  
agente social  
cientista político historiador  
jornalista etc.  
artista plástico  
artesão  
decorador  
fotógrafo  
músico  
artista teatro radio TV  
artista de circo  
comunicador  
diretor espetáculos  
cinegrafista  
cenotécnico  
operador de estúdio  
operador de imagem  
bibliotecário  
arquivologista  
analista de cargos etc.  
técnico agrícola

**Agricultor conta-própria**  
agricultor conta própria

### **Trabalhador rural**

trabalhador rural: pequenos animais; animais; pesca; madeira; lenha; carvão; borracha; erva mate; coleta.

### **Operador Agrícola**

operador agrícola

alugador equipamento agrícola

### **Serviços da construção civil (não exclusivo)**

mestre de obras

armador de ferros

pedreiro

ajudante pedreiro

ajudante pintor

estucador

ladrilheiro

bombeiro

vidraceiro assentador

empedrador

calafate

concretista draguista

trabalhador conservação rodovia

### **Ocupações agro-industriais**

arreeiro coureiro

curtidor

serrador de maneira

prensista de madeira

fiambreiro etc.

carniceiro charqueador

abatedor etc.

mantegueiro etc

doceiro etc

patisseiro etc.

padeiro (empregado)

moendeiro

caldeador de açúcar

alambiqueiro etc.

moedor de café etc.

ajudante indústria pescados

ajudante indústria de cacau e chá

ajudante indústria óleos vegetais

cozinhador

processador de fumo

charuteiro

pintor industrial

empilheirista

caldeirista

acondicionador

ajudante indústria papel

### **Indústria de transformação (outros)**

técnico indústria

ajudante indústria têxtil

técnico de serviço público

técnico não especificado

técnico indústria siderúrgica  
operador indústria siderúrgica  
trefilador - indústria arames  
ajudante - indústria siderúrgica  
galvanizador  
afiador  
polidor de metal  
ferramenteiro  
cunhador de moedas  
prensador de metal  
fresador  
torneador mecânico  
ajustador mecânico  
ajudante mecânico veículo  
ajudante mecânico de máquina  
soldador  
montador estrutura metálica  
caldereiro  
ferreiro  
funileiro  
lanterneiro  
cardador  
binador (têxtil)  
fiador (têxtil)  
rendeira  
auxiliar lixadeira urdidor  
cordoeiro  
tecelão  
tapeceiro  
tarrafeiro  
tintureiro (indústria têxtil)  
estampador  
acabador de tecidos  
costureiro alfaiate  
auxiliar costureiro  
calceiro camiseiro  
figurinista cortador  
bordadeira  
chapeleiro (palha)  
chapeleiro  
sapateiro  
ajudante indústria calçados  
bolseiro  
marceneiro  
carpinteiro  
toneleiro  
lixador torneiro  
capoteiro  
colchoeiro  
envernizador  
cesteiro  
bobineiro eletricista  
montador eletricista  
eletricista  
eletrotécnico montador  
eletrotécnico reparador

eletricista de instalações  
instalação de equipamento comunicação  
eletricista manutenção  
operador cent. elétrica  
linotipista  
gráfico  
clicherista  
impressor  
revisor gráfico  
encadernador  
acabador indústria gráfica  
vidraceiro (fabricação)  
ceramista  
decorador ceramista  
fomeiro em olaria  
analista de qualidade  
joalheiro  
lapidador  
borracheiro  
recauchutador  
fogueteiro  
vassoureiro - fabricação  
marmorista - fabricação  
charuteiro  
pintor industrial  
empilheirista  
caldeirista  
acondicionador  
ajudante indústria borracha plástico  
operador inst. cimento  
tecnico segurança trabalho  
tecnicos indústrias diverso

### **Comércio não especificado**

balconistas atendentes  
caixa recebedor  
arrumador de prateleiras  
demonstrador modelo  
jornaleiro  
caixeiro viajante  
representante comercial  
propagandista  
corretor de seguros  
corretor de imóveis  
leiloeiro avaliador  
agente de viagem etc  
comprador

### **Ambulantes em geral**

Feirante (não empregador)  
aguadeiro  
ambulante: balas, etc; frutas, legumes; carnes, etc; outros  
bilheteiro cambista

## **Motoristas**

motorista

## **Ocupações em comunicação**

operador telecomunicação

agente de correio

manipulante (correio)

telgrafista

telefonista

carteiro

## **Serviços domésticos**

arrumadeira - doméstica

babá

cozinheira doméstica

diarista doméstica

lavadeira doméstica

governanta mordomo

serviços domésticos

atendente doméstico

## **Serviços pessoais não-domésticos**

arrumadeira (hotel)

cozinheiro (não doméstico)

garçon

copeiro balconista

governanta não doméstico

maitre de hotel

maitre - restaurantes

passadeira (não doméstica)

porteiro etc

ascensorista

guarda - vigia

servente faxineiro

atendimento infantil (não doméstico)

## **Outros serviços pessoais auxiliares conta-própria (não-agrícolas)**

serviços conta própria

hotelaria - conta própria

cabeleireiro

barbeiro

depilador

manicure

engraxate

provedor serviços lazer

## **Diversos**

piloto navegador

comissário de voo

oficial técnico marinha

arrais timoneiro

maquinista de embarcação

caldereiro em navio

marinheiro (civil)

camareiro  
balseiro etc  
condutor  
estivador  
agente estação trem  
agente ou chefe de trem  
maquinista de trem  
foguista de trem  
guarda freios  
guarda-linha  
trocador de ônibus  
boleiro  
controlador de tráfego  
conservador ferrovias  
atleta futebol  
atleta outros  
árbitro esportivo  
técnico esportivo  
contínuo  
aprendiz  
bilheteiro  
feitor capataz  
imunizador detetizador  
guardador de carros  
guarda sanitário  
agentes e fiscais diverso  
jardineiro  
lixeiro  
lubrificador  
operador de abastecimento água  
operador diversas  
ajudante diversos  
diversos  
sem declaração

## Anexo 2 - Ramo de atividade do empreendimento

### **Agricultura**

sizal  
cottonicultura  
rizicultura  
banana  
cacau-cultura de  
cafeicultura  
cana-de-açúcar  
fumo - cultura de  
mandioca-cultura de  
milho-cultura de  
soja-cultura de  
trigo-cultura de  
produção verduras  
silvicultura  
culturas diversas  
animais - criação  
aves - criação de  
abelhas - criação de  
agropecuária  
indústria extrativas  
erva-mate - extração de  
extração de fibras  
oleginosos  
madeiras  
carvão  
extração de ervas  
pesca  
aquicultura

### **Indústria de transformação**

indústria transformação  
indústria -metais  
equipamentos mecânicos  
equipamentos elétricos  
acessorio veiculos  
indústria de madeiras  
vime  
fabricação móveis  
papel e papelão  
acessorios de borracha  
couro  
insumos químicos  
derivados petróleo  
plásticos e fibras  
indústria farmacêutica  
perfumaria  
produtos plásticos  
produtos de fibra  
rendas e redes  
indústria vestuário  
indústria de calçados  
indústria alimentos

alimentos caseiros  
indústria de bebidas  
indústria do fumo  
indústria gráfica

### **Indústria da construção**

Construção

### **Outras atividades industriais**

pedras  
petróleo  
carvão mineral  
águas e sal  
pedras preciosas  
minerais radioativos  
minérios  
metais - extração e beneficiamento  
mineração não especificada  
eletricidade  
gás  
água e esgoto  
lixo

### **Comércio**

comércio produtos naturais  
comércio alimentos  
comércio vestuário  
comércio artigos domésticos  
comércio artigos gráficos  
comércio artigos construção  
comércio aparelhos  
comércio artigos transportes  
comércio artigos químicos  
comércio combustíveis  
comércio ambulante  
pequeno comércio  
supermercados  
loja de departamento  
comércio de varejo

### **Serviços**

hospedagem  
restaurantes  
assistência técnica - aparelhos  
assistência técnica - veículos  
reparação de móveis  
bombeiros  
consertos especializados  
serviços pessoais  
alfaiataria  
aluguel roupa  
lavanderia  
serviços residenciais  
serviços de segurança  
emprego doméstico

jardineiro  
serviços de diversões  
serviços de comunicação

### **Serviços auxiliares da atividade econômica**

serviços jurídicos  
serviços contabilidade e economia  
processamento dados  
serviço engenharia  
publicidade  
copiadoras  
arte e decoração  
investigação particular  
agencia de mão-de-obra  
serviços comerciais  
armazéns  
serviços diversos  
administração financeira  
serviços de transporte  
organização de serviços de transporte  
serviços navegação  
serviços auxiliares

### **Transportes e comunicações**

pequeno transporte  
transporte público  
transporte de carga  
transporte terrestre  
transporte marítimo  
transporte aéreo  
transporte urbano  
correios e telégrafos  
telefones

### **Social**

serviços sociais  
serviços assistenciais  
instituto previdência  
associações civis  
fundações e institutos  
organizações culturais  
organizações religiosas  
organizações esportivas  
partidos e aut. clubes  
associação comunitária  
serviços de saúde pública  
clínicas e ambulatórios  
serviços odontológicos  
assistência veterinária  
estabelecimento ensino público  
ensino privado

### **Administração pública**

legislativo e tribunal contas

judiciário  
administração federal  
administração estadual  
administração municipal  
autarquias  
serviço público não especializado  
Instituições militares - Exército  
Instituições militares - Marinha  
Instituições militares - Aeronáutica  
polícia militar  
polícia civil  
corpo de bombeiros  
sistema penitenciário

**Outras atividades**

financeiros  
caixa econômica  
seguros  
administração imóveis  
mercado financeiro  
loteria  
consórcios  
consulados e embaixadas  
loterias  
biscates  
em branco e sem declaração.

# Apêndices

## Apêndice A

**Entrevista concedida pelo Sr. João Teodoro dos Santos, ao historiador e vereador do município de Aparecida Laercio Ferreira de Oliveira Filho em 10/10/99**

**Laercio Filho** – *Que Aspectos o Sr. poderia destacar sobre a história da cidade de Aparecida?*

**João Teodoro** – Aparecida nasceu nas datas de terras de Acauã e Riachão, arrendamento de terras feito à Casa da Torre em 1710. Depois houve a Fazenda Acauã constituída logo após. E da Fazenda Acauã surgiu o povoado do Canto. Tivemos aqui um surgimento quase ocasional, porque nós tivemos aqui Aparecida formada em povoado devido à cheia dos Rios Peixe e Piranhas. E na impossibilidade de se transportar os vigários para a celebração de missas na Fazenda Acauã vieram para Aparecida. Aqui foram celebradas missas e dessas missas surgiu a doação de um patrimônio na fazenda do Sr. João Batista e de seus genros Antônio Amâncio e Chico Batista.

**Laercio Filho** – *Como foi o processo de emancipação política de Aparecida e quem estava à frente desse movimento? Existia por parte da população o desejo de se emancipar?*

**João Teodoro** – Tivemos na consolidação duas emancipações. Em 1962, quando foi desfeita pela política de então que tinham outros interesses, interesses contra Aparecida, porque Aparecida seria curral eleitoral de alguns políticos e então preteriram nossa maior pretensão de ser independente. Depois com os tempos com a evolução da consciência cívica dos filhos de Aparecida, tivemos a real e efetiva emancipação no dia cinco de maio de 1996. Naquela época, que era uma época de política de coronelismo, Aparecida era distrito e por sinal quando foi para se tornar distrito houve a conspiração de Sousa contra Aparecida. Essa conspiração, ela funcionava como se fosse defendendo Aparecida, era os nossos políticos dizendo que defendia Aparecida pra não passar para cidade, porque Aparecida não teria condição de sobrevivência. Nós naquela época fizemos movimentos e movimentos pesados e chegamos a pixar as pedras com dizeres e elocuições.

Fomos atrás de pessoas influentes de Aparecida, que seria o vereador Posidônio Queiroga e Zé Onório. Esses dois tiveram um papel preponderante na emancipação e especialmente na divisão do território de Aparecida.

**Laercio Filho** – *Como se vivia em Aparecida nas décadas de 50 e 60?*

**João Teodoro** – Aparecida teve sua fundação aqui num sítio chamado Canto e aqui todas as pessoas que vieram se localizar aqui, elas não divergiam umas das outras. Eles eram agricultores e pequenos criadores. Aqui se viveu toda a vida de agricultura e cultura de subsistência.

**Laercio Filho** – *Quando e como o artesanato surgiu em Aparecida?*

**João Teodoro** – Essa é uma história de curso natural da vida e vivência do pessoal de Aparecida. Aparecida devido às contingências das secas perdeu grande parte do seu poder de sobrevivência que era a agricultura e a pecuária. Nos idios daquelas secas, seca terrível de 1958, Aparecida começou a procurar alguma saída pela tangente e a saída foi que as pessoas começaram a fazer pequenos trabalhos, bicos para sobreviver. Então, foi obrigatoriamente gerar a área do artesanato de Aparecida. Essa área não veio só por acaso, ela é motora, ela foi tangida pela necessidade de sobrevivência. Em primeiro plano, as mulheres começaram a procurar trabalhos lá fora e fazer de encomenda aqui na cidade. E traziam encomendas de redes, por exemplo, e eu quero fazer justiça a Anita Terroso que trouxe as primeiras encomendas de Sousa e começou a andar nas cidades grandes e trazer encomendas. Quando as coisas apertavam e que se fechou os horizontes de outras áreas, os próprios homens partiram também para o artesanato. Aí veio o artesanato, palha da carnaúba, matéria-prima abundante na região, um serviço que não grande habilidade técnica para trabalhar. As próprias crianças eram empregadas nesse serviço pelos pais para ajudar as famílias. Depois chegou aqui em Aparecida um homem de fora, uma família numerosa, todas filhas mulheres e esse homem foi fabricar manualmente vassouras e suas filhas bordarem. Esse homem chama-se João Gomes. Esse pessoal lançou o artesanato da palha de carnaúba e ele diversificou-se, disseminou-se e foi sempre uma das partes que desenvolveu o artesanato de Aparecida. Aí veio o artesanato de linha, de crochê. Numa enquête feita pela Universidade Federal da Paraíba, mostrou que 52% da população de Aparecida já era artesã e 70% de todas as mulheres da área de Aparecida eram artesãs. Nós tivemos um grande mal que foi a seca, mas tivemos um grande bem produzido pela seca. Essa guerra que nós travamos com a fome nas secas foi que nos obrigou a formar o acervo artesanal de Aparecida.

**Laercio Filho** – *Gostaria que o Sr. falasse um pouco sobre essa parte histórica e cultural da cidade. E sobre essa aptidão cultural de Aparecida o que o Sr. tem a dizer ?*

**João Teodoro** – A vida cultural de Aparecida começou no passado, porque antes dessa movimentação de vocês, da Difusora Acauã, da Casa da Cultura, Aparecida viveu um período de estagnação, estagnação cultural porque ela parou, mas Aparecida, Laercinho, não é essa Aparecida que encontrou depois da formação de mentalidades. Você encontrou uma Aparecida morta, mas Aparecida teve uma vida. E um dos grandes baluartes da vida social de Aparecida foi Cecílio Abrantes, um fundador e incentivador da cultura de Aparecida. Tivemos nossos primeiros movimentos sociais festivos sempre comandados, incentivados e muitas vezes financiados por Cecílio Abrantes.

## Apêndice B

**Entrevista concedida pelo historiador e vereador do município de Aparecida Sr. Laercio Ferreira de Oliveira Filho, a Auceia Matos Dourado (autora da dissertação) em 18/08/02**

**Auceia Matos** – *Em torno de qual (ou quais) atividade econômica originou-se o povoamento de Aparecida?*

**Laercio Filho** – Olha, na verdade, aqui começou como as demais cidades do Sertão da Paraíba, relaciona-se com a questão do couro, o ciclo do couro como agente chama, porque foi quando os engenhos passaram a precisar de gado lá na Zona da Mata para mover os moinhos, o couro para embalar o açúcar que ia para a Europa. Só que faltava espaço, aí começou um trabalho de expansão do Sertão da Paraíba pra justamente haver a criação de gado e foi aí que foram surgindo as cidades do Sertão. Quase todas surgiram nessa época, surgiram em torno da criação de gado e a no caso surgiu Pombal e a Fazenda Acauã que é o berço de tudo isso aqui. A origem de Aparecida foi através de Acauã, ela data de 1700 e foi justamente esse o período da expansão do Sertão da Paraíba para a criação de gado, porque a Fazenda Acauã, ela fica entre os Rios Peixe e o Rio Piranhas, então são dois rios que foram e são muito importantes ainda para a economia da região. Então, Acauã foi se constituindo enquanto fazenda, uma enorme fazenda de criação de gado e se tornou assim muito importante, era um dos pontos mais importantes do Sertão. Acauã ela se destacou no início da colonização e em 1700 começou a receber os primeiros moradores. Em 1757 ela ganha uma capelinha, a Capela da Imaculada Conceição, construída em estilo barroco, ao lado de um casarão que pertencia aos donos, que na verdade vem desde a Casa da Torre, aquela coisa dos povoadores, dos Oliveira Ledo, que inclusive fundaram Pombal e depois saíram fundando cidades aqui pelo Sertão. Depois Acauã foi muito importante na época da Confederação do Equador, quando Frei Caneca passou por Acauã em 1824, já preso pelas forças que sufocaram o movimento do Equador e ele registra sua passagem como uma das fazendas mais agradáveis da região e a Fazenda Acauã era o foco da Confederação do Equador ao nível de região. Depois, no início do século, na época do algodão, Acauã foi destaque porque por lá passava a linha de ferro, a

mesma é cortada pela ferrovia no sentido leste/oeste, recebeu uma estação de trem e lá foi também instalada uma das primeiras usinas de beneficiamento de algodão e oiticica, uma das primeiras ao nível de Sertão. Então o algodão teve uma importância muito grande lá. Só que Acauã justamente no período do inverno ficava quase que ilhada por causa desses rios, então começou a necessidade de um povoado, de uma comunidade, que tivesse mais facilidade pra se locomover para os Municípios de Sousa e Pombal. Então, por volta de 1927, tinha essa fazenda denominada de Canto, por sinal foi o primeiro nome de Aparecida, essa fazenda pertencia ao pessoal dos Sá, Tiburtino e o pessoal dos Amâncio Pires, os Batistas que eram as famílias que moravam aqui e conseguiram um pedaço de terra que eles denominavam de Canto, porque ela ficava num canto da fazenda que era enorme, então era um canto reservado da fazenda, que ficava aqui pertinho do Rio do Peixe. Então, eles começaram a construir essa comunidade, esse pequeno povoado e a primeira missa foi realizada em 1927. Nesse período, a base da economia era a agricultura, principalmente o algodão e a criação de gado. Com o passar do tempo, segundo informações, o pessoal começou a trabalhar com a carnaubeira, a palha de carnaubeira, fazendo a vassoura, o chapéu, a cesta, o cesto e foi também muito rentável, pois da carnaubeira se aproveita tudo, a madeira para construção de casas, o pó transforma em cera e tem mil e uma utilidades e a palha para o chapéu, a cesta, a vassoura e ainda hoje se fabrica vassoura em Aparecida, em menor escala, mas se fabrica. Depois que já estava consolidado o povoado, inclusive já transformado em distrito, por volta da década de sessenta, começou o trabalho de artesanato têxtil que na verdade é um trabalho manufaturado e esse período foi um período muito importante porque começou a criar uma alternativa de renda para a cidade.

**Auceia Matos** – *Qual a origem do nome de Aparecida?*

**Laercio Filho** – Segundo seu João Teodoro, Raimundo Amâncio que são as pessoas que a gente tem colhido muitas informações nesse sentido e ouvindo outras pessoas, a gente sente que o nome Canto parece que incomodava, as pessoas achavam feio, eu particularmente acho lindo, melódico, mas as pessoas achavam feio e achavam que era uma coisa que diminuía. A padroeira daqui era Nossa Senhora da Conceição, que era a mesma padroeira da capelinha de Acauã e de repente, uma senhora, uma devota de Nossa Senhora de Aparecida, fez uma promessa e trouxe uma imagem grande, que ainda hoje existe lá na igreja, e a partir daí começaram a trabalhar o nome de Aparecida e transformaram a capela na capela de Nossa

*[Assinatura]*

Senhora Aparecida. Esse fato foi inclusive motivo de muita polêmica, porque o pessoal mais velho durante muito tempo ainda chamava a cidade pelo antigo nome, inclusive ainda hoje você encontra pessoas da zona rural que quando vem para cá diz “eu vou para o Canto”. Ariano Suassuna, por exemplo, Ariano só se refere à Aparecida, se referindo a Canto, pois Ariano morou aqui em Acauã quando Aparecida era Canto, então sempre que ele faz referência, ele faz referência ao Canto.

**Auceia Matos** – *Como foi o processo de emancipação política de Aparecida?*

**Laercio Filho** – O processo de emancipação de Aparecida é uma coisa um tanto quanto polêmica e a gente têm, inclusive, feito muitas pesquisas nesse sentido, porque os documentos dizem uma coisa e o imaginário popular diz outra, existe uma certa contradição no que se diz. Na verdade, Aparecida foi distrito em 1962, em janeiro de 1962, e no mesmo período Aparecida passou à cidade. Na época, o governador era Pedro Gondim e Aparecida foi cidade e o curioso foi que Aparecida foi cidade e segundo os documentos, o projeto que transformava em distrito, já transformava também em cidade e aí o governador vetou, gerando uma polêmica muito grande, porque foi justamente nesse período que foram emancipadas várias cidades aqui no Sertão da Paraíba e o projeto de Aparecida foi vetado. Gerou uma polêmica muito grande e eu acredito até que gerou um prejuízo grande, pois se a gente tivesse se emancipado nesse período, Aparecida com certeza estaria mais desenvolvida. Os documentos dizem que o governador vetou o projeto alegando que a comunidade não era nem distrito e o projeto já a emancipava. A população tinha uma enorme mágoa do governador Pedro Gondim e eles dizem, as pessoas mais velhas, que tudo não passou de uma jogada das lideranças políticas de Sousa que não admitiam, em hipótese nenhuma, que Aparecida se emancipasse naquele momento, porque Aparecida era o principal distrito de Sousa e tinha inclusive importância muito grande do ponto de vista eleitoral, pois algumas famílias conseguiram se manter no poder durante várias décadas, então era uma espécie de curral eleitoral mesmo de uma família de Sousa. Só que os documentos dizem, segundo o governador, o veto diz que é porque não tinha sido nem distrito ainda. E eu sei que depois do veto Aparecida ainda ficou distrito de Sousa de 1962 até 1994. Esse período, foi um período muito interessante da vida de Aparecida, porque houve uma intensa movimentação da população pela emancipação política. Enquanto muitos municípios por aí se emanciparam sem nenhuma manifestação, aqui em Aparecida, de 1962 a 1994, foi um período de intensa

movimentação com ruas pichadas, comícios, manifestações, sabe? Inclusive, teve um detalhe muito interessante; no plebiscito sobre Parlamentarismo e Presidencialismo nós puxamos um movimento aqui e em vez de votar Parlamentarismo ou Presidencialismo a gente votou Aparecida cidade e deu seiscentos e poucos votos Aparecida cidade, um negócio muito interessante e inclusive repercutiu ao nível do Estado. Em 1993, houve o plebiscito para saber se tornava ou não cidade, pelo sim ou pelo não e foi aprovada a cidade em maio, dia cinco de maio de 1994, na verdade, foi dia trinta de abril de 1994 que foi publicado no Diário Oficial a emancipação política, só que foi publicada com os limites errados e esses limites foram revistos numa republicação no dia cinco de maio, então a emancipação política de Aparecida conta-se do dia cinco de maio por causa dessa republicação do Diário Oficial.

**Auceia Matos** – *Qual o tipo de atividade agrícola predominante no município?*

**Laercio Filho** – Ainda predomina aqui a agricultura de subsistência familiar, com destaque para o milho, o feijão e o arroz. Agora existem regiões como a Várzea do Cantinho que é um grande produtor de banana, de coco, o pessoal produz muito e inclusive vende fora. O pessoal produz muito, só que agora eles deram uma parada por causa do canal.

**Auceia Matos** – *Essa agricultura praticada é subsidiada por algum órgão governamental?*

**Laercio Filho** – Na maior parte do município predomina o milho e o feijão, até por uma falta de incentivo. Existe a falta de incentivo e de novas políticas que possam incentivar o plantio de novas culturas. Não existe nenhum tipo de incentivo até aqui. Aparecida já está com seis anos de emancipação política e o município não gastou até aqui, e digo isso oficialmente, o município de Aparecida não gastou ainda um centavo com a agricultura, um negócio impressionante, pois o município é rural. A gente tem criticado muito isso e os agricultores cobram muito isso. Por exemplo, todo início de ano os agricultores cobram a questão de corte de terra, a questão de sementes selecionadas, mas não existem subsídios, eles plantam por conta própria e existe o patrão ainda.

**Auceia Matos** – *A agricultura praticada é artesanal ou tecnificada?*

**Laercio Filho** – A agricultura é na sua maioria artesanal, com exceção do Assentamento Acauã que é uma coisa ainda nova para nós, meio assim modelo para a região. Então, com exceção do Assentamento, o restante é totalmente artesanal ainda com base familiar ainda, da enxada, do arado puxado a boi. Agora, no Assentamento a gente tem umas coisas diferentes, que inclusive já está começando a expandir para outras comunidades daqui do município, porque o

Assentamento trabalha dentro de uma visão nova. Eles já desenvolvem, por exemplo, projeto de apicultura, de forma tímida até porque falta recurso também, falta incentivos, eles recebem pequenos incentivos do INCRA e tem feito alguns empréstimos a nível de Banco do Nordeste e tem buscado apoio e parcerias com a CPT e essas ONGs por aí. Eles desenvolvem trabalho na área de piscicultura, trabalham o projeto de mandala, que é um projeto que o pessoal faz no próprio quintal da casa, onde lá eles criam o peixe, a marreca, plantam em torno hortaliças e frutas. Então, é um projeto muito interessante que para o futuro promete. E tem essa grande esperança que é o Canal da Redenção, que na verdade é meio uma incógnita pra gente, pois, o canal pode trazer um monte de benefícios, mas pode trazer também um monte de prejuízos, mas que no geral vai trazer água, que é o que os agricultores costumam dizer, que falta água para expandir a agricultura irrigada.

**Auceia Matos** – *Em que aspectos foram observadas mudanças no espaço rural de Aparecida?*

**Laercio Filho** – Existe uma mudança sim no comportamento das comunidades rurais e digo isso porque nasci e me criei na zona rural e é completamente diferente a vida hoje. A forma de plantar e de colher ainda é a mesma, agora o modo de vida das pessoas mudou muito. Antigamente as pessoas andavam a cavalo, de jumento, hoje em dia o pessoal anda de moto, aqui o pessoal tem trabalhado muito com moto, bicicleta. Os sítios de Aparecida, a grande maioria são eletrificados e isso ocorreu nos últimos dez anos. Então, você chega na maioria das comunidades e o pessoal já têm sua televisão com sua parabólica, tem geladeira e você sabe muito bem que isso mexe, a televisão mexe, ela mexe no comportamento no geral. A maioria das comunidades tem quadras dançantes, algumas têm sede social para as associações, existem vinte e duas associações rurais hoje em Aparecida, então o movimento associativista é um tanto quanto organizado. Essas associações, algumas delas tem sede onde se reúnem, onde fazem também eventos culturais e tem também time de futebol, quase toda comunidade tem seu time de futebol, o Assentamento Acauã tem um time de vôlei, um grupo de dança que trabalha com teatro com dança, então é diferente hoje o comportamento. Todas as comunidades hoje dispõem de transporte para os alunos estudarem, então existe uma facilidade muito grande para os nossos jovens estudarem, tanto aqui quanto em Sousa. Aqui até a 8ª série e a partir daí em Sousa e Cajazeiras.

**Auceia Matos** – *Como é organizada a pecuária no município?*

**Laercio Filho** – A pecuária no município é de corte e leite, agora de forma tímida, de vez em quando se expande um pouco e é mais direcionada para o consumo da região, salvo alguns grandes proprietários como Assis Queiroga, aquele da Veneza, que chegou a ter um número grande de cabeças de gado, mas o resto são pequenos e é mais a nível de consumo mesmo.

**Auceia Matos** – *Quando surgiu e como foi organizada a atividade artesanal no município?*

**Laercio Filho** – Segundo seu João Teodoro o artesanato, o crochê começou no início do povoamento, com os retirantes que passavam aqui e ficavam embaixo de umas oiticicas que ficavam às margens do Rio do Peixe fazendo crochê. Então, as mocinhas da época começaram a ver essas senhoras fazendo crochê e aprenderam por curiosidade. Depois começaram a fazer em casa muito mais por ocupação. O artesanato começou a pegar mesmo quando começaram a descobrir que tinham como vender isso para fora, já que outras cidades, outros municípios já produziam e consumiam. E a partir daí o pessoal começou a fabricar também a rede em parceria com a cidade de São Bento, que fica ao lado de Catolé do Rocha. E a coisa foi pegando, foi pegando e hoje é umas das principais bases da economia do município. Existe hoje uma preocupação de nossa parte em relação à qualidade e me parece que a venda caiu um pouco, porque houve um período em que o pessoal foi muito incentivado a produzir, produzir, sem se preocupar muito com a qualidade, então de repente o pessoal começou a cobrar mais qualidade dos produtos e salvaram-se apenas algumas lojas, alguns artesãos que tem um trabalho mais caprichado. A venda é bastante interessante, pois o pessoal vende pra fora mesmo, pra outros estados, João Pessoa recebe muito essa mercadoria de Aparecida, tem filhos de Aparecida que moram em João Pessoa e vivem da venda desses produtos de Aparecida, que chamam de artesanato, mas que na verdade é manufaturado e que vendem até para o exterior. José Nilton Fernandes, dono de uma loja aqui e que trabalha com muita qualidade, já teve o prazer de vender para fora, para o exterior, pessoas que vieram pegar aqui pra mandar através do Porto de Cabedelo e para Brasília, pro Congresso Nacional, eles fazem muitas redes personalizadas com os nomes dos grandes lá do Congresso. Essa produção é muito interessante, pois trabalha desde a criança, até o velhinho e a velhinha. Eles trabalham desde a organização do tecido, confecção da varanda, da franja, do cordão até a montagem da rede. Quanto à questão da organização, nós tivemos aqui nos anos 90, no período de 93 a 96 a COOAAP, que era a Cooperativa de Artesãos de Aparecida. Foi um trabalho muito interessante, inclusive eu fiz

parte, fui secretário dessa cooperativa, não por ser artesão, mas só para ajudar na organização da cooperativa na época. Foi uma das grandes esperanças, só que infelizmente na época não houve nenhum incentivo governamental. Houve a busca por várias vezes de projetos junto ao Banco do Nordeste, mas nunca veio nenhum centavo. Findou-se gastando muito para a manutenção dessa cooperativa, para a elaboração de projetos, que a gente elaborava todos os anos, às vezes até duas vezes por ano e findou não saindo nenhum centavo. Aí a cooperativa caiu numa crise muito grande, inclusive de descrédito por parte de alguns associados e findou sendo extinta no final de 1996. Recentemente, houve a tentativa de criação de uma associação dos artesãos, ela foi constituída, acho que não está registrada ainda, mas acho que era mais com a preocupação de organizar o centro comercial, que a gente chama de Shopping das Redes, mas parece que não conseguiu se firmar não. Uma das grandes dificuldades que a gente tem por aqui é organizar os artesãos. Eles teimam e insistem em trabalhar individualmente. É um trabalho de base familiar. então eles preferem trabalhar entre a família mesmo e não sei porque existe uma resistência muito grande para a formação de cooperativas e associações. Na própria organização do Shopping, ali, desde que foi fundado que a gente tem insistido em dar um caráter mais organizativo, até para atrair aos turistas, mas eles têm resistido muito em relação a isso. Aconteceram várias reuniões, seminários com o SEBRAE, Banco do Nordeste, mas infelizmente não tem caminhado muito.

**Auceia Matos** – *Quais as mudanças observadas no município após a chegada do artesanato?*

**Laercio Filho** – Sem dúvida, além de ter melhorado a vida de alguns artesãos e aí não são todos, pois existem uns mais organizados que outros, mas a partir daí a cidade evoluiu. Por exemplo, parte dos prédios hoje, o prédio da Câmara, da Prefeitura, mercadinhos, são de propriedade de um artesão, que foi inclusive um dos pioneiros no trabalho de artesanato em Aparecida, que é um cidadão filho de São Bento e que se mudou aqui para Aparecida no final dos anos setenta. Melhorou a própria paisagem, as casas, os estilos de vida das pessoas. O pessoal começou a possuir veículos, a trabalhar melhor a própria aparência da cidade, dos prédios. Sem dúvida nenhuma houve sim um avanço.

**Auceia Matos** – *Como foi a receptividade da atividade artesanal no município após a chegada do artesanato?*

**Laercio Filho** – Segundo as informações, houve uma aceitação muito grande porque gerava renda e receita para o município e gerava emprego, principalmente para as mulheres. Eu vejo o artesanato daqui mais ou menos como uma espécie de “carta de alforria” para as mulheres e ele é muito bem visto pelas mulheres, porque as mulheres passaram a controlar, em muitos casos, a economia doméstica porque elas ganhavam mais dinheiro que o marido. Enquanto o marido estava na roça produzindo o feijão e o arroz, elas em casa estavam produzindo a rede, então estavam melhorando a renda familiar. Se você for observar hoje, acho que as mulheres ainda predominam nessa questão da fabricação das redes.

**Auceia Matos** – *Existe algum projeto ou programa de apoio a atividade artesanal no município?*

**Laercio Filho** – Não. O maior incentivo que o governo estadual já deu foi à construção do Shopping das Redes, que foi construído quando Aparecida ainda era distrito. De lá para cá não tem existido.

A gente tem tentado, já fizemos várias reuniões, encontros, debates na Câmara nesse sentido, mas até aqui não existe apoio e o pessoal trabalha por conta própria mesmo.

**Auceia Matos** – *Que fatores influenciaram para o desenvolvimento da atividade artesanal no município?*

**Laercio Filho** – Acho que eu não saberia responder com precisão, mas acredito que o desenvolvimento foi mais ligado a essa questão do comércio de São Bento. À medida que o comércio aumentou, aumentou as facilidades para produzir, aumentou o número de artesãos. porque o pessoal começou a comprar o tecido em São Bento, então já fazia duas redes já saía vendendo, já comprava o fio, já fazia uma varanda, uma almofada, já fazia uma colcha de cama. Então eu acho que foi esse pólo de São Bento contribuiu. Foi uma junção do saber fazer das pessoas, com as facilidades da matéria-prima. Aparecida hoje fabrica redes com mais qualidade que São Bento e São Bento compra inclusive as coisas de qualidade de Aparecida. O pessoal de São Bento compra redes de qualidade aqui e chega em São Bento e bota etiqueta de São Bento e aí é vendida como se fosse um produto de São Bento. Então é essa junção, São Bento facilita a matéria-prima e Aparecida faz essa parte de acabamento.

**Auceia Matos** – *Pode-se dizer que o surgimento da atividade artesanal foi uma estratégia de sobrevivência devido à estagnação da atividade agrícola?*

**Laercio Filho** – Eu acredito que o artesanato foi uma forma de complemento, até porque o seu surgimento não foi pensado, não foi montado. Acho eu, ele foi surgindo e foi complementando e foi ocupando espaço. A região também enfrentou no início dos anos oitenta uma seca muito grande, quatro, cinco anos de seca, então eu acho que foi muito mais uma atividade complementar.

**Auceia Matos** – *A experiência com a atividade artesanal tem modificado o espaço rural de Aparecida ou as mudanças são observadas com maior intensidade no espaço urbano?*

**Laercio Filho** – Eu acho que mais no urbano. Você chega na zona rural você vai encontrar as mulheres fazendo crochê, a varanda, a rede, preparando a rede e trazem e vendem aqui no final de semana, no domingo. Agora, os homens, eles se voltam mais para questão da agricultura, a questão de cuidar do gado. Aqui na zona urbana é que existe um envolvimento maior de homens, mulheres, crianças e velhos.

**Auceia Matos** – *Quem comanda o processo produtivo e o comércio dos produtos artesanais no município?*

**Laercio Filho** – Quem comanda o processo de produção são as mulheres e as mulheres ocuparam um maior espaço a partir daí. Se você chega ali no Shopping das Redes, você vai ver que a maioria das lojas pertence a mulheres e elas falam com muito mais autoridade do que os próprios homens, em relação à fabricação, em relação a preços. Foi a partir daí que as mulheres passaram a ocupar mais espaços, a sair da cozinha e passaram também para o comércio. Elas vendem fora, elas saem para vender fora e para comprar a matéria-prima. Os homens também se envolvem com o trabalho, mas os homens ficam mais com a compra e a venda, compra da matéria-prima e a venda do produto. O trabalho de montagem das redes fica mais com as mulheres.

**Auceia Matos** – *Que considerações você faria a respeito do Assentamento Acauã?*

**Laercio Filho** – Eu sou um entusiasta e apaixonado por Acauã, porque eu tenho dito que em vários momentos da história brasileira, Acauã sempre tem se posicionado, como na colonização, depois nos anos trinta e de repente quando foi agora no final do século quando tudo parecia estar adormecido, inclusive a fazenda até abandonada, de repente vem o movimento dos sem terra e o pessoal ocupa a terra. Eles ocuparam no início de dezembro de 95, mais precisamente no dia três de dezembro eles chegaram à fazenda gerando uma polêmica enorme, pois a gente via essas questões dos trabalhadores sem terra mais ao nível da

Região Sul e a maioria das pessoas não imaginavam que isso fosse acontecer aqui com a gente. De repente eles chegaram e ocuparam a terra, que pertencia a família Clota Gadelha, e a partir daí foi um trabalho muito interessante. Eles foram expulsos sete vezes da fazenda e somente após sete expulsões, inclusive algumas violentas, houve prisão de trabalhadores e até umas estudantes alemãs que estavam aqui visitando, isso inclusive foi notícia a nível nacional e finalmente depois de sete expulsões, de muita confusão, de quase um ano de luta, pois esse pessoal entrava na fazenda, era expulso e vinha para as margens da BR 230 e ficava aqui em barracas de lona, de palha, numa situação precária, a comunidade contra, então era uma situação horrível. Mas com uma resistência incrível eles conseguiram após sete expulsões voltar a terra em definitivo. Em outubro de 96 aconteceu a posse da terra dada pelo INCRA e a partir daí começou o trabalho de construção das casas em estilo coletivo. Foi criada logo uma associação, que é hoje uma das mais ativas do município e passaram a coordenar a compra do material e a construção das casas tudo de forma coletiva, trocando também mão-de-obra. Após a construção das casas que foram 114, iniciou-se o processo de eletrificação e, em 1999, o Assentamento ganhou uma escola, a melhor da zona rural do município de Aparecida. No final de 99, veio o abastecimento d'água e aí foi surgindo uma série de projetos. O Assentamento hoje tem uma sede social, sede da associação comunitária, num prédio onde funciona uma biblioteca, onde têm acontecido vários cursos, seminários, palestras, atividades culturais, encontro de jovens, encontros de trabalhadores.

O assentamento mudou o panorama da vida de aparecida, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, porque a partir daí o pessoal do Assentamento começou a participar das decisões da cidade e até mesmo a interferir nessas decisões. O ano passado, por exemplo, essa BR foi tomada três vezes, inclusive passou mais de vinte e quatro horas fechada pelos trabalhadores rurais do município, puxados pelos trabalhadores do Assentamento, reivindicando mais vagas na emergência, alimentação nos períodos de seca. Foi um pessoal que passou a fazer com que o Conselho de Desenvolvimento Rural do município passasse a existir. Forçaram a criação da União das Associações Comunitárias, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e tudo isso partiu da organização dos trabalhadores do Assentamento. E eles têm realizado eventos, encontros, discussões a respeito da questão da agroecologia, da questão do desenvolvimento sustentável, novas alternativas pra trabalhar, a questão dos agrotóxicos e lá sempre estão acontecendo alguma coisa, o pessoal está sempre criando, sempre inventando alguma coisa e mudou sim o

estilo de compreensão dos trabalhadores. Eu acho que o Assentamento foi o maior presente que esse município ganhou, porque foram 114 famílias a mais no município, a produzir, a discutir, a estudar, a gerar discussões no município. O Assentamento de Acauã é considerado pelo INCRA como assentamento modelo na Paraíba devido a sua organização.

**Auceia Matos** – *Comente um pouco sobre a cultura de Aparecida.*

**Laercio Filho** – A cidade por si só possui uma aptidão artística e cultural que eu acho que é uma herança de Acauã. O desenvolvimento da atividade teatral no município começou em 1987 com a Paixão de Cristo e começou a pegar, começou a fluir, até como uma forma de ocupação para a juventude que na época a maioria era despregada e só estudava. Aí a gente montou o primeiro grupo de teatro em 88 e ficamos até 99 que era o GTAA (Grupo de Teatro Amador de Aparecida). Aí a gente criou o Acauã Produções Culturais, que é uma ONG que tem doze anos. Durante esses anos a gente tem trabalhado teatro, são cinco espetáculos de teatro, são dez anos de festival de poesia, vários festivais de música, quatro livros lançados. Então tudo isso não foi feito simplesmente pela questão do lazer, sempre foi com o pensamento de contribuir com a cidade, com seu desenvolvimento e com a divulgação da cidade lá fora. A cidade hoje é muito conhecida lá fora pela sua produção cultural e artística, pelos eventos que tem acontecido aqui. Nós fundamos em 1994 a Casa da Cultura Antonio Nóbrega, onde lá funcionava biblioteca, no final de semana funcionava também o Cine Clube Charles Chaplin, tínhamos também a Difusora Acauã e em 98 nós botamos uma rádio comunitária onde todo mundo trabalhava como voluntário.

Existem outros grupos que trabalham a cultura como, o assentamento que é o grupo Ariano Suassuna, aqui existe alguns artistas produzindo, existem companhias de arte e lazer que trabalham com o público adolescente, tem o pessoal que trabalha com artes plásticas e esculturas. A cultura de Aparecida é uma das coisas mais importantes que o município tem hoje, porque ela é uma promessa para o futuro. Eu vejo o turismo como a grande esperança desse século e nós temos o privilégio de termos um patrimônio histórico, nós temos pegadas de dinossauros, nós temos a questão do ecoturismo que trabalha ligado a arte e eu vejo isso como uma alternativa, inclusive uma alternativa econômica, uma alternativa de renda, via sua arte, que não seja só pelo prazer de fazer arte, mas se puder gerar renda melhor ainda, pois infelizmente a gente não consegue viver só de poesia, quem dera pudesse.

## Apêndice C

Entrevista concedida pelo Sr. Raimundo Amâncio Pires,  
a Auceia Matos Dourado (autora da dissertação) em 16/08/02

**Auceia Matos** – *Como começou a história de Aparecida?*

**Raimundo Amâncio** – Os meus avós foram os doadores do patrimônio. O patrimônio são 150 braças de norte a sul, por 300 braças de nascente a poente. Em 1927 foi doado esse patrimônio. Então isso aqui se chamava Canto. Mas, por que se chamava Canto? Chamava-se Canto porque era um “canto” da propriedade Gado Bravo, pegando o Rio do Peixe ao norte e o Rio Piranhas ao sul.

**Auceia Matos** – *Qual a origem do nome de Aparecida?*

**Raimundo Amâncio** – Antes a padroeira de Acauã era Nossa Senhora da Conceição. Quando se formou o povoado do Canto mudaram o nome da padroeira do Canto em virtude de já ter uma Nossa Senhora da Conceição em Acauã. Então lembraram que Nossa Aparecida era padroeira do Brasil, então ficou sendo a padroeira daqui Nossa Senhora Aparecida. Quando passou para distrito, em 1962, foi que mudaram o nome de Canto para Aparecida.

**Auceia Matos** – *Como foi o processo de emancipação da cidade de Aparecida?*

**Raimundo Amâncio** – Isso aqui era pra ter sido cidade desde 1962, só que aos políticos travaram. Na época o governador do Estado era Pedro Gondim, em 1962, e ele tinha como vice André Avelino de Paiva Gadelha, Dr. Lelelo e Pedro Gondim precisou fazer uma viagem ao exterior e deixou Dr. Lelelo em seu lugar como governador. E ele tinha uma irmã que morava aqui e tinha um deputado estadual, Antonio de Paiva Gadelha, que se interessou e isso aqui passou a cidade em 1962. Só que o deputado veio combinar com sua em Sousa e a família não aceitou, pois queria que isso aqui ficasse distrito mesmo pertencendo a Sousa. Só agora, em 1996, que passou novamente a cidade com a ajuda do povo e de alguns políticos. Nós fizemos abaixo-assinados e levamos para a Assembléia, onde foi colocada na pauta de cidade.

**Auceia Matos** – *O que o Sr. tem a dizer sobre o desenvolvimento da cidade nos últimos anos?*

**Raimundo Amâncio** – Eu sou até suspeito pra falar, porque eu era da oposição ao primeiro prefeito. Mas ele trabalhou. Ele fez calçamentos, trabalhou pela saúde, educação, ele trabalhou. Agora ela veio se desenvolver mais, na segunda etapa no governo de Júlio Cezar. Ele reconstruiu posto médico na sede. Ele reconstruiu o posto de saúde no Sítio Extrema. No Distrito de Prensa ele também tem feito alguma coisa. Então ela está desenvolvendo bem a cidade.

**Auceia Matos** – *Como era a vida cultural de Aparecida por volta dos anos 50 e 60?*

**Raimundo Amâncio** – Havia feira nos domingos e as festas da padroeira. Quando a padroeira era Nossa Senhora da Conceição, as festas eram realizadas no dia oito de dezembro e eram bem movimentadas. Na época de Cecílio Abrantes, Luis de Figueiredo, Antonio Meira, de meu pai Antonio Amâncio, de Francisco Batista e tantos outros, se fazia as festas no dia oito de dezembro. Depois essas festas foram mudadas para o dia doze de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida e as missas eram realizadas na casa do meu pai. De 1927 a 1932, as missas eram na casa do meu pai. Aí depois de 1932, foi construída a capela com frente para o norte. Depois a capela foi demolida e construída a igreja que está aí hoje.

**Auceia Matos** – *Quando começou a atividade artesanal aqui em Aparecida e por que a cidade apresentou vocação para essa atividade?*

**Raimundo Amâncio** – O artesanato começou mais ou menos em 1980, com o pessoal fazendo o crochê. Acho que você já viu que aqui até as pessoas andando elas fazem crochê. Aí começaram a fazer as redes de solasol, de linha, de fio. Aí o governador fez o prédio, os boxes das redes, que é bem movimentado e vem comprador principalmente de São Bento das redes, aos domingos, comprar as varandas e levar para lá. Então uma parte da fonte da riqueza daqui é o crochê, é o artesanato. O município de Aparecida todo faz crochê e no domingo trazem para vender na cidade.